



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025



Klabin

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e Relatório dos Auditores Independentes.

Relatório da Administração 2025

Aspiração Klabin

"Ser a companhia referência mundial em soluções responsáveis que atendam às constantes transformações da sociedade, com produtos de base florestal de usos múltiplos, renováveis, recicláveis e biodegradáveis. Com o propósito de contribuir para a construção de uma economia sustentável e inspirar as escolhas do consumidor final, a Klabin prioriza a prosperidade do planeta, gerando valor para os seus investidores, colaboradores e parceiros de negócio."

(Aspiração elaborada em 2018)

Mensagem da Administração

O ano de 2025 exigiu resiliência e capacidade de adaptação das empresas em todo o mundo e a Klabin respondeu a esse cenário com disciplina, eficiência e protagonismo. Em um contexto marcado por oscilações econômicas globais, barreiras tarifárias e mudanças estruturais nas cadeias produtivas, o modelo de negócios da Companhia demonstrou força ao preservar competitividade e avançar em frentes essenciais do seu ciclo de colheita. A consolidação dos investimentos realizados nos últimos anos — como o avanço das máquinas de papel 27 e 28 (MP27 e MP28), a evolução de Piracicaba II (Projeto Figueira) e a integração dos ativos florestais do Projeto Caetê — fortaleceu a eficiência operacional da Klabin e ampliou sua capacidade de resposta às condições de mercado.

Os mercados de atuação da Companhia também apresentaram trajetórias variadas ao longo de 2025. No início do ano, a celulose registrou preços mais altos diante da menor oferta global, mas o cenário mudou no segundo semestre com a normalização dos estoques, a sazonalidade menos favorável na Europa e as incertezas tarifárias,

pressionando sobretudo a fibra curta. Nos mercados de papel, o papel-cartão enfrentou demanda mais moderada e maior competição internacional ao longo do ano, enquanto o containerboard se beneficiou de um ambiente global mais equilibrado, apoiado pelo fechamento de capacidades de fibra virgem em importantes regiões produtoras. Já em embalagens, o mercado brasileiro manteve volumes estáveis, com destaque para o papelão ondulado da Klabin, cujo desempenho superou o do setor, medido pela Associação Brasileira de Embalagens de Papel (Empapel), graças à ampliação da base de clientes em contratos estratégicos, à maior exposição a segmentos essenciais, como o de alimentos, e ao suporte do *ramp-up* de Piracicaba II, reforçando o papel da integração como alicerce competitivo da Companhia.

Nesse contexto, o volume de vendas da Companhia em 2025 foi 4% superior ao do ano anterior e a receita líquida cresceu 5%, no mesmo período. O custo caixa total por tonelada, incluindo os efeitos das paradas gerais de manutenção, permaneceu em linha com o ano anterior, encerrando 2025 em R\$ 3.225/t e confirmando o *guidance* divulgado pela Companhia. No ano, o EBITDA Ajustado somou R\$ 7.848 milhões, crescimento de 7% frente a 2024, explicado principalmente pelo crescimento de receita líquida em papéis e embalagens, diante de maiores preços e volumes e pelo maior volume em celulose, além da depreciação do real frente ao dólar. A margem EBITDA ajustada foi de 38%, representando um incremento de 1 p.p. frente a 2024.

No ano, a Klabin também avançou de forma consistente na gestão de seu endividamento. A relação Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado, medida em dólares — métrica que melhor representa o perfil financeiro da Companhia — recuou de 3,9 vezes no início do ano para 3,3 vezes ao final de 2025, refletindo a disciplina na alocação de capital e as iniciativas de *liability management* concluídas ao longo do período. Esse movimento foi acompanhado de uma diminuição no custo médio da dívida em dólares de 5,7% a.a. para 5,2% a.a..

Ao longo de 2025, foram distribuídos R\$ 1,2 bilhão em proventos, na visão caixa, correspondendo a um *dividend yield* de 5,3%. Além disso, em 8 de dezembro de 2025, a Companhia anunciou via Fato Relevante a distribuição de R\$ 1,1 bilhão de dividendos intercalares, a serem pagos em quatro parcelas iguais ao longo de 2026. Além disso, também foi realizado o aumento de capital por meio da bonificação de ações no montante de R\$ 800 milhões na proporção de 1% para cada espécie de ação detida pelo acionista.

No último trimestre do ano, a Klabin consolidou o cumprimento das projeções de investimentos futuros (CAPEX) e de custo caixa total de produção anunciadas para o ano. [Clique aqui para acessar o documento.](#)

No âmbito das parcerias com investidores financeiros, especialmente TIMOs (*Timber Investment Management Organization*), a Companhia totalizou ingressos de capital de

R\$ 3,6 bilhões. Em relação à monetização de terras excedentes, a Klabin concretizou a primeira venda no 3T25, seguida por novas operações no 4T25, totalizando R\$ 246 milhões de impacto no EBITDA do ano.

Em sustentabilidade, no ano de 2025, a Klabin revisou a sua análise de dupla materialidade, integrando-a à gestão de riscos e controles internos. A Companhia passou a compor, ainda, o grupo de empresas TNFD Adopters, reforçando a transparência em relação aos impactos e dependências associados à biodiversidade. Ao longo do ano, a Klabin foi novamente reconhecida entre as líderes globais em agenda ASG: integrou, pelo 5º ano consecutivo, a Triple A List do CDP em gestão de água, florestas e mudanças climáticas, com nota máxima nos três temas; alcançou 86 pontos no Dow Jones Best-in-Class Indices, figurando novamente nas carteiras Global e de Mercados Emergentes; e participou, pelo 13º ano consecutivo, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia também obteve resultados relevantes em outras avaliações independentes, incluindo B- no ISS ESG Corporate Rating, classificação de Baixo Risco na Sustainalytics ESG Risk Rating, desempenho de 3,79% no Bloomberg ESG Rating e nota BB no MSCI ESG Rating.

Os avanços registrados em 2025 reforçam a solidez da Klabin e a consistência de sua estratégia. A Companhia segue comprometida com a eficiência operacional, a disciplina na alocação de capital e a geração de valor sustentável para todos os seus *stakeholders*.

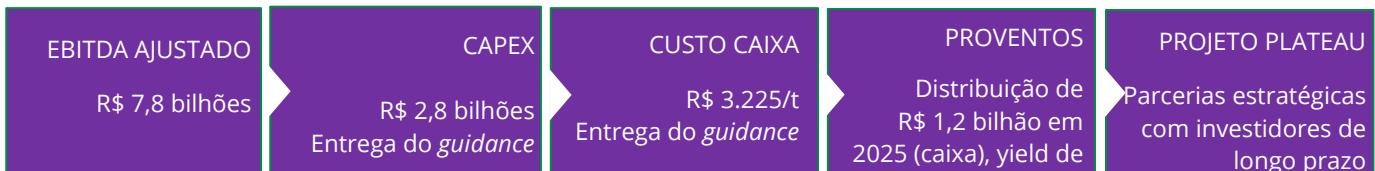
Agradecemos ao Conselho de Administração, aos nossos colaboradores, aos investidores, aos clientes, aos fornecedores, às comunidades e a todos que confiam nos negócios da Klabin e contribuem com a nossa trajetória.

Administração



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Destaques 2025



O EBITDA Ajustado do ano totalizou R\$ 7.848 milhões, crescimento de 7% *versus* 2024, com margem EBITDA de 38%. O resultado refletiu o crescimento de papéis e embalagens — impulsionado por maiores preços e volumes —, o aumento do volume de celulose e o efeito positivo da depreciação do real, além da monetização de ativos florestais.

O custo caixa total foi de R\$ 3.225/t e os investimentos R\$ 2,8 bilhões em 2025, alinhados as projeções ("*guidance*") formalizadas pela Companhia refletindo as iniciativas de redução de custo, majoritariamente fixos, no período.

A alavancagem em dólares, finalizou o ano em 3,3x, redução de 0,6x *versus* o 4T24, refletindo disciplina na alocação de capital e as iniciativas de liability management concluídas no período. Esse movimento veio acompanhado da diminuição do custo médio da dívida em dólares, de 5,7% a.a. para 5,2% a.a., reforçando a solidez financeira da Companhia.

A Klabin distribuiu R\$ 1,2 bilhão em proventos em 2025, na visão caixa, o que representa um *dividend yield* de 5,3%, seguindo sua Política de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.

A Companhia avançou na monetização de ativos, com aportes de R\$ 2,7 bilhões por meio do Projeto Plateau e adicionais R\$ 0,9 bilhão em duas operações imobiliárias, totalizando R\$3,6 bilhões em 2025.

A Klabin passou a integrar o grupo TNFD Adopters e, pelo 5º ano consecutivo, a Triple A List do CDP em água, florestas e clima. A Companhia também alcançou 86 pontos no Dow Jones Best-in-Class Indices, participou pela 13ª vez do ISE B3 e obteve avaliações sólidas em ratings independentes: B- no ISS ESG, Baixo Risco na Sustainalytics, 3,79% no Bloomberg ESG Rating e BB no MSCI ESG Rating.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

Unidade de Negócio Florestal

As florestas estão no centro da estratégia e da sustentabilidade da Klabin, fornecendo continuamente matéria-prima para a sustentação do modelo de negócios da Companhia, verdadeiramente integrado à cadeia produtiva. O ativo florestal, composto por áreas de pinus e eucalipto, permite o acesso a fibras curta e longa com custo competitivo, conferindo à Klabin importante vantagem competitiva.

A dinâmica das atividades da Unidade Florestal está alinhada aos projetos de longo prazo da Klabin, com três objetivos principais: garantir o abastecimento das fábricas com qualidade e segurança; sustentar a competitividade dos produtos da Klabin; e assegurar o crescimento futuro. Para alcançá-los, a Klabin utiliza prospecção ativa e parcerias com TIMOs (*Timber Investment Management Organizations*) para a compra, venda e gestão de ativos florestais. Ademais, estruturalmente, a Companhia busca otimizar seu raio médio para obtenção de madeira, além de acesso ao *mix* ideal de fibras de acordo com os produtos finais.

O desdobramento do Projeto Caetê consistiu na disponibilização de 60 mil hectares de terras produtivas excedentes para monetização. Essa frente foi materializada com aportes de R\$ 2,7 bilhões em 2025 no âmbito do Projeto Plateau, de parcerias com TIMOs (*Timber Investment Management Organization*), visando a maior eficiência na alocação de capital.

Ainda no âmbito das parcerias com investidores financeiros, a Companhia recebeu aportes de R\$ 0,9 bilhão, por meio de duas operações imobiliárias. Em relação à monetização de terras excedentes, concretizou a primeira venda no 3T25, seguida por novas operações no 4T25.

Em 2025, o volume de venda de madeira foi de 4.512 mil toneladas *versus* 1.983 mil toneladas em 2024. O crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior é reflexo da maior disponibilidade de sortimento de madeira para venda, não utilizada em processo interno, decorrente principalmente da conclusão do Projeto Caetê. Já a receita líquida foi de R\$ 688 milhões, sólido crescimento em relação à receita de R\$ 420 milhões do ano anterior, explicada pelo mesmo motivo mencionado anteriormente.

A Klabin encerrou 2025 com 910 mil hectares de área total, sendo 462 mil hectares produtivos para plantio de pinus e eucalipto e 373 mil hectares com florestas nativas e preservadas. Foram plantados 47 mil hectares em terras próprias e arrendadas em 2025, 18% superior *versus* 2024. Ao total 73 milhões de mudas de eucalipto e pinus foram plantadas em 2025, ou seja, 2,3 mudas plantadas por segundo.



Unidade de Negócio Celulose

O ano de 2025 começou com uma conjuntura favorável para o mercado global de celulose, marcada pela elevação dos preços em todas as fibras e regiões, sobretudo pelo ambiente de oferta mais equilibrado.

Na fibra curta, paradas programadas e ajustes operacionais relevantes entre produtores — especialmente na América Latina e na Ásia — limitaram significativamente a disponibilidade no mercado global, contribuindo para um ambiente de oferta mais restrito e sustentando o movimento de alta observado ao longo do primeiro semestre. No entanto, a partir do segundo semestre, o mercado passou a refletir pressões de baixa, influenciadas pela sazonalidade europeia, pelas incertezas relacionadas ao ambiente tarifário internacional e pelo aumento dos estoques globais de celulose. Com isso, os preços médios da fibra curta entregue na China ficaram 16% abaixo de 2024, enquanto na Europa registraram queda de 12% no mesmo período, conforme índice FOEX.

Já na fibra longa, no acumulado do ano, os preços médios da fluff entregue na China ficaram 2% acima de 2024, enquanto na Europa houve avanço de 4% no mesmo período, conforme índice Table 5 da RISI.

Ao longo de 2025, a Klabin demonstrou forte capacidade de execução operacional. Apesar de um primeiro trimestre marcado por menor disponibilidade de produção, as operações se estabilizaram ao longo dos períodos seguintes, permitindo recuperar integralmente esse efeito e encerrar o ano com 1.557 mil toneladas produzidas, crescimento de 3% em relação a 2024. Essa retomada operacional, aliada à estratégia comercial e à flexibilidade geográfica da Companhia, resultou em um volume de vendas de 1.544 mil toneladas, avanço de 6% no ano.

A receita líquida de celulose encerrou 2025 em R\$ 5,8 bilhões, apoiada no sólido desempenho da fibra longa e da fluff, cuja receita avançou 5% no ano, reforçando sua relevância no portfólio e contribuindo para a resiliência dos resultados. Esse efeito positivo, no entanto, foi mais do que compensado pela queda de 9% na receita da fibra curta, reflexo do ambiente global mais competitivo para essa fibra ao longo de 2025. O custo caixa de produção de celulose ficou em R\$ 1.290/t, aumento de 7%, explicado principalmente pelo maior consumo de químicos e pela elevação do custo de fibras, reflexo do aumento dos custos logísticos e operacionais, além do aumento no consumo específico da fábrica devido à umidade elevada em função dos eventos climáticos do período.

Ao combinar disciplina comercial, mix robusto e atuação focada em mercados de maior valor, a Klabin manteve sua capacidade de geração de resultados em um ano marcado

por pressões nos preços da fibra curta, reforçando a resiliência estrutural trazida pelo portfólio integrado de fibra curta, fibra longa e fluff.

O desempenho do negócio de celulose em 2025 refletiu a capacidade da Companhia de ajustar sua operação e estratégia comercial em um ano de maior volatilidade entre as fibras. A estratégia voltada à captura de valor, aliada a um portfólio diversificado, contribuiu para sustentar o desempenho ao longo do período, mesmo em um ambiente global de preços mais competitivos.

Unidade de Negócio Papéis

Papel-Cartão

O mercado de papel-cartão enfrentou um ambiente mais desafiador em 2025, influenciado por fatores como pressões inflacionárias, incertezas no comércio internacional e tensões geopolíticas. Esses elementos, combinados à maior oferta global — especialmente na Ásia —, resultaram em um cenário de maior competitividade no setor e ritmo moderado de consumo ao longo do ano.

Em 2025, as vendas da Klabin no mercado interno totalizaram 495 mil toneladas, retração de 7% quando comparado ao ano anterior. O volume total de vendas, por sua vez, alcançou 809 mil toneladas no mesmo período, refletindo uma redução de 2% em relação a 2024, evidenciando a habilidade da Companhia em preservar níveis de comercialização mesmo diante de um cenário adverso.

Já a receita líquida do segmento atingiu R\$ 4,6 bilhões, crescimento de 2% na comparação anual, impulsionado pela recomposição de preços no início do ano, que mais do que compensou o menor volume vendido.

Containerboard

No segmento de containerboard, as condições de mercado em 2025 foram relativamente favoráveis. Esse ambiente mais positivo foi impulsionado pelo fechamento de plantas produtoras de papéis de fibra virgem, o que contribuiu para um melhor equilíbrio entre oferta e demanda ao longo do ano.

A Klabin registrou volume de vendas de 575 mil toneladas em 2025, aumento de 11% em relação ao ano anterior. Esse crescimento reflete o *ramp-up* das máquinas MP27 e MP28 e a flexibilidade comercial da Companhia, que ao longo do ano direcionou maior volume para kraftliner, aproveitando condições de mercado mais atrativas e reforçando sua estratégia de crescimento em novos mercados internacionais.

A receita líquida do segmento atingiu R\$ 2,3 bilhões em 2025, avanço de 18% frente a 2024, impulsionada pelo maior volume de vendas ao longo ano, pelo melhor nível de preços e pelos efeitos positivos da desvalorização do real frente ao dólar no período.



Unidade de Negócio Embalagens

Papelão Ondulado

Em 2025, de acordo com informações divulgadas pela Empapel, o volume de expedição em m² do mercado apresentou desempenho linear em relação ao ano anterior. A Klabin, por sua vez, apresentou volume de expedição de 1.700 mil m², crescimento de 4% em relação a 2024, com desempenho superior ao observado no mercado. Este resultado reflete a ampliação da base de clientes estratégicos, com aumento da sua exposição nos segmentos de proteínas e higiene e limpeza, além da safra mais longa nos mercados de frutas e fumo. Cabe destacar que nesses setores a Klabin possui alta participação e se destaca na utilização de fibra virgem para essas embalagens.

O *ramp-up* da unidade de Piracicaba II (Projeto Figueira) também foi fundamental para viabilizar esse crescimento e garantir um nível de serviço adequado aos clientes da Companhia.

A Klabin apresentou receita líquida de R\$ 6,0 bilhões no segmento, aumento de 14% em relação a 2024, diante do aumento do volume de vendas, mix de produtos e maiores preços, que subiram 10% em R\$/m² e 11% em R\$/ton, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Sacos Industriais

De acordo com dados preliminares do SNIC, o despacho de cimento no Brasil — indicador relevante para as vendas de sacos industriais — cresceu 3,7% em 2025, tanto na comparação por dias úteis quanto por dias corridos, em relação a 2024.

As medidas tarifárias impostas por outros países ao longo de 2025 impactaram o desempenho da Klabin em importantes mercados de destino de suas exportações de sacos industriais. Diante desse cenário, a Companhia utilizou da flexibilidade de seu portfólio e passou a direcionar parte desse volume para o mercado interno com a ampliação da sua base de clientes e aumento da sua participação de mercado no segmento de construção civil.

Diante disso, no ano, a Klabin apresentou volume de 149 mil toneladas, crescimento de 4% em relação a 2024. Além disso, a valorização do dólar frente ao real no ano, dado o maior volume comercializado no mercado externo até o 3T25, contribuiu para a receita de R\$ 1,4 bilhão no ano, um aumento de 10% versus 2024.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

R\$ milhões	2025	2024	△ 2025/2024
Volume de Vendas (mil t)¹	4.008	3.870	4%
% Mercado Interno	53%	57%	- 4 p.p.
Celulose	1.544	1.454	6%
Papéis	1.383	1.341	3%
Embalagens	1.081	1.053	3%
Receita Líquida²	20.698	19.645	5%
% Mercado Interno	63%	65%	- 2 p.p.
Celulose	5.803	6.040	-4%
Papéis	6.821	6.397	7%
Embalagens	7.428	6.575	13%
EBITDA Ajustado	7.848	7.333	7%
Margem EBITDA Ajustada	38%	37%	+ 1 p.p.
Lucro (prejuízo) Líquido	1.678	2.047	-18%
Endividamento Líquido	25.932	33.297	-22%
Dívida Líquida/EBITDA (UDM - R\$)	3,3x	4,5x	- 1,2x
Dívida Líquida/EBITDA (UDM - US\$)	3,3x	3,9x	- 0,6x
Investimentos	2.832	3.343	-15%
Dólar Médio	5,59	5,39	4%
Dólar Final	5,50	6,19	-11%

¹ Exclui madeira e vendas de subprodutos

² Inclui vendas de madeira, subprodutos e *hedge accounting*

O volume total de vendas (ex-madeira) alcançou 4.008 mil toneladas em 2025, crescimento de 4% frente a 2024 (+138 mil toneladas). O avanço reflete a expansão registrada em todos os negócios, com destaque para celulose, cujo volume vendido cresceu 6% no ano. Na fibra curta, a alta foi de 9%, refletindo o incremento da produção e a flexibilidade comercial e geográfica da Companhia. Na fibra longa e fluff, o volume comercializado permaneceu estável durante o ano, refletindo a consistência desses mercados e o posicionamento da Klabin em segmentos de maior valor agregado. Em papéis, o crescimento foi liderado pelo containerboard, que avançou 11% em 2025, beneficiado pela estratégia de expansão no mercado externo e pela flexibilidade operacional da Companhia, além do *ramp-up* da MP27 e da MP28, que sustentou o aumento da oferta. No segmento de embalagens, o volume cresceu 3% quando comparado a 2024. Em papelão ondulado, o volume cresceu 2%, desempenho acima do

mercado, favorecido pela alta participação nos segmentos de proteínas, higiene e limpeza, frutas e fumo, que apresentaram performance favorável. Em sacos industriais o crescimento no volume total vendido foi de 4%, alavancado pelas vendas no mercado interno, diante do aumento de participação no mercado de construção civil, que mais do que compensou o impacto da redução das vendas no mercado externo.

A receita líquida anual totalizou R\$ 20,7 bilhões em 2025, crescimento de 5% em relação a 2024. O desempenho refletiu o maior volume de vendas, a evolução dos preços nos segmentos de papéis e embalagens e os efeitos positivos da desvalorização do real frente ao dólar no período, que favoreceram especialmente as operações voltadas à exportação.

No ano, o CPV foi de R\$10,0 bilhões, 7% acima de 2024, devido aos maiores custos variáveis dado: (i) a elevação do custo de fibras, influenciada por fatores climáticos e sazonalidade de captura de sinergias do Projeto Caetê; (ii) o maior consumo de químicos, principalmente em razão do maior volume de compra spot de cal, devido manutenção planejada do forno de cal no 3T25, bem como pelo aumento do preço de químicos, sobretudo da soda cáustica e do enxofre; e (iii) o aumento do preço de aparas na base comparativa. Os aumentos de custos foram parcialmente compensados por iniciativas de redução de custos, majoritariamente fixos, capturadas no ano, especialmente relacionadas à diminuição de gastos com pessoal e serviços, como viagens e consultorias. Essas iniciativas combinadas resultaram em uma redução de 9% nas despesas de pessoal e serviços de terceiros no CPV de 2025, quando comparado ao mesmo período de 2024. O CPV por tonelada apresentou aumento de 4% na comparação com 2024, finalizando o ano em R\$2.491/t.

As despesas com vendas somaram R\$ 1,8 bilhão em 2025, equivalente a 8,8% da receita líquida, alta de 0,6 p.p. na comparação com 2024, devido ao reajuste anual no contrato de containers no 2T25, maior custo de frete associado ao aumento de vendas para o mercado externo, pelo efeito negativo da desvalorização do real em relação ao dólar no período, além do mix geográfico e da inflação.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 1,2 bilhão no ano de 2025, 10% maior frente a 2024, explicado principalmente por: (i) maior gasto com pessoal, reflexo da inflação de salários, encargos e benefícios, além da variação na provisão do Incentivo de Longo Prazo (ILP), que teve ajuste negativo em 2024, impactando a análise comparativa; (ii) aumento de despesas com serviços de TI, em função de reajuste de contratos dolarizados e aumento de escopo (Projeto Figueira e Caetê); e (iii) consultorias estratégicas.

O saldo de outras despesas líquidas no ano foi positivo em R\$ 165 milhões, resultado principalmente da venda de terras no segundo semestre do ano, alinhado à estratégia de monetização dos ativos florestais da Companhia no âmbito do Projeto Caetê,

conforme divulgação realizada em dezembro de 2023. A venda de terras representou R\$62/t no ano.

No acumulado do ano, o custo caixa total por tonelada, incluindo efeitos das paradas gerais de manutenção, foi de R\$3.225/t, em linha com 2024 e confirmando o *guidance* divulgado via Fato Relevante em 10 de dezembro de 2024. Ao longo de 2025, os aumentos de custos advindos de inflação e eventos pontuais na operação foram compensados por iniciativas de redução de custos, majoritariamente fixos, capturadas no período, especialmente relacionadas à diminuição de viagens, consultorias e pessoal. Esse movimento reforçou a capacidade de adaptação e flexibilidade da Klabin, resultando em ganho de eficiência para a operação. No ano, as iniciativas foram responsáveis por uma redução de R\$178 milhões no custo caixa total da Companhia, quando comparado ao mesmo período de 2024.

EBITDA

R\$ milhões	2025	2024	Δ 2025/2024
Lucro (prejuízo) Líquido	1.678	2.047	-18%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	701	223	n/a
(+) Financeiras Líquidas	2.101	2.228	-6%
(+) Depreciação, Exaustão e Amortização	4.990	3.964	26%
Ajustes Conforme Resolução CVM 156/22 art. 4º			
(+) Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	(1.671)	(1.071)	-56%
(+) Efeito do <i>Hedge Accounting</i> de Fluxo de Caixa	76	(33)	n/a
(+) Equivalência Patrimonial	0	(25)	n/a
(+) Crédito fiscal sobre subvenção	(28)	-	n/a
EBITDA Ajustado	7.848	7.333	7%
Margem EBITDA Ajustada	38%	37%	+ 1 p.p.
(+) Efeitos Não Recorrentes	-	-	n/a
EBITDA Ajustado Excluídos Efeitos Não Recorrentes¹	7.848	7.333	7%
Margem EBITDA Ajustada Excluídos Efeitos Não Recorrentes	38%	37%	+ 1 p.p.
Geração de Caixa (EBITDA Ajustado - Capex de Manutenção)	5.248	5.159	2%
Geração de Caixa/t¹ (R\$/t)	1.310	1.333	-2%

¹ Volume de vendas exclui madeira

Em 2025, o EBITDA Ajustado excluídos efeitos não recorrentes foi de R\$ 7,8 bilhões, aumento de 7% em relação a 2024. Este aumento foi favorecido pelos maiores preços de papéis e embalagens, pelo maior volume de vendas em todos os segmentos de negócios e pela depreciação do real frente ao dólar. Além disso, o SG&A contribuiu positivamente devido ao efeito positivo da venda de terras, alinhado à estratégia de monetização dos ativos florestais da Companhia no âmbito do Projeto Caetê. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento do CPV, devido aos maiores custos variáveis explicados anteriormente.

A geração de caixa por tonelada, medida pelo EBITDA Ajustado deduzido o CAPEX de manutenção em relação ao volume vendido, foi de R\$ 1.310/t em 2025, praticamente em linha com o ano anterior, reflexo do maior desempenho do EBITDA que compensou o maior investimento em continuidade operacional no CAPEX de manutenção e na modernização da caldeira de Monte Alegre.

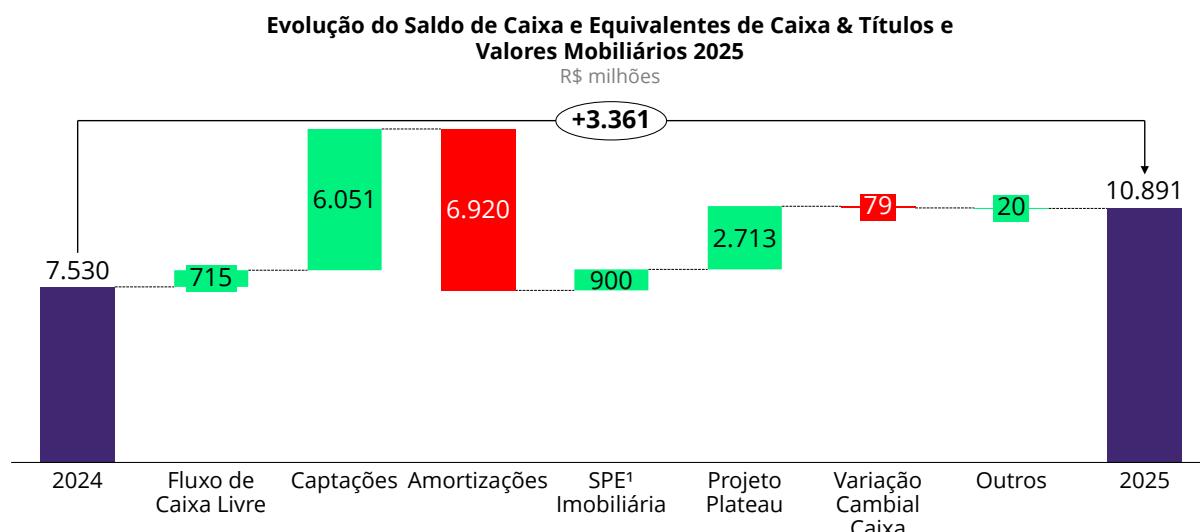


Endividamento e Aplicações financeiras

O endividamento bruto da Companhia finalizou o ano em R\$ 36,8 bilhões em 31 de dezembro de 2025, redução de R\$ 4 bilhões em relação ao final de 2024. Essa redução é explicada principalmente pelo efeito da valorização do real frente ao dólar sobre o endividamento em moeda estrangeira, sem efeito caixa material no período.

O prazo médio de vencimento da dívida encerrou 2025 em 85 meses *versus* 87 meses em 2024. Já o custo médio da dívida da Klabin em moeda estrangeira, principal fonte de crédito da Companhia, apresentou redução de 0,5 p.p. em relação ao ano anterior, encerrando 2025 em USD + 5,2% a.a., refletindo as ações de *liability management* do período.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa & títulos e valores mobiliários encerrou 2025 em R\$ 10,9 bilhões, elevação de R\$ 3,4 bilhões em relação ao final de 2024, explicado principalmente por: recebimentos de R\$ 3,6 bilhões referente ao Projeto Plateau e SPEs Imobiliárias; e geração de fluxo de caixa livre de R\$ 715 milhões. Esses efeitos mais do que compensaram a captação líquida de amortização de R\$ 869 milhões no período.



¹ Sociedade de Propósito Específico

O endividamento líquido, consolidado em 31 de dezembro de 2025, totalizou R\$ 25,9 bilhões, retração de cerca de R\$ 7,4 bilhões, como reflexo das movimentações do caixa mencionadas acima e, majoritariamente, do impacto de variação cambial no endividamento bruto da Companhia.

A relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado medida em dólares, que melhor reflete o perfil de alavancagem financeira da Klabin, encerrou 2025 em 3,3x, uma redução de 0,6x em comparação com o 4T24.

Investimentos

R\$ milhões	2025	2024	Δ 2025/2024	Guidance 2025 (R\$ bilhão)
Silvicultura / Compra de madeira em pé	1.070	1.045	2%	1,1
Continuidade Operacional	1.002	988	1%	0,9
Projetos Especiais	222	802	-72%	0,4
Modernização de Monte Alegre	538	144	n/a	0,6
Projeto Puma II	-	365	-100%	-
Total	2.832	3.343	-15%	2,9

Em 2025, a Klabin investiu R\$ 2,8 bilhões em suas operações, uma redução de 15% *versus* 2024 e em conformidade com o *guidance* fornecido pela Companhia em [Fato Relevante](#) publicado em 9 de dezembro de 2025. O desempenho do ano é reflexo da redução dos investimentos em projetos especiais e de expansão, e da diligente gestão de investimentos, com previsibilidade e disciplina na alocação de capital.

Do montante total investido, R\$ 1.070 milhões foram destinados a silvicultura e compra de madeira em pé, seguindo o plano de manejo florestal e planejamento para o período, em linha com o valor investido em 2024. Adicionalmente, R\$ 1.002 milhões foram destinados à continuidade operacional das fábricas, em linha com o investido em 2024. O montante gasto em projetos especiais (R\$ 222 milhões) apresentou redução de 72% na comparação com o mesmo período do ano anterior, principalmente pela entrada em operação do Projeto Figueira, em 22 de abril de 2024, conforme [Fato Relevante](#) publicado na mesma data. Além disso, a Companhia investiu neste período R\$ 538 milhões no projeto de modernização de Monte Alegre. Por se tratar de visão caixa, os valores investidos não consideram os investimentos decorrentes das atividades para expansão da base florestal das controladas por meio das Sociedades de Propósito Específico (SPEs), realizados via aporte de ativos florestais já existentes no balanço da Klabin. Vale lembrar que pode haver um descasamento temporal entre o valor desembolsado pela Companhia em tais atividades florestais e a entrada de caixa dos investidores das SPEs.

Por fim, a Companhia possui *guidance* formal para investimentos futuros (Capex), conforme Fato Relevante publicado em 9 de dezembro de 2025. Mais detalhes na seção de Estimativas deste documento.



Estimativas

As estimativas ora divulgadas são dados hipotéticos e previsões que refletem as expectativas atuais da Administração, considerando a operação da Companhia à plena capacidade. Ademais, não constituem promessa de desempenho, e dependem de fatores e condições, inclusive macroeconômicas e de mercado, que não estão sob controle da Companhia, podendo, assim, diferir materialmente em relação aos números e resultados a serem efetivamente registrados pela Klabin.

O ano de 2025 consolidou a entrega integral das projeções anunciadas para o ano pela Klabin, destacando o compromisso da Companhia com o mercado. O cumprimento integral das projeções publicadas de CAPEX e de Custo Caixa reforça a eficiência das operações da Klabin, com a excelência operacional e a disciplina na execução de sua estratégia, evidenciando a capacidade da Companhia de gerar resultados sólidos e sustentáveis.

A Companhia reforça que mais informações sobre as projeções estão disponíveis no item 3 de seu Formulário de Referência, conforme regulação aplicável.

Em 9 de dezembro de 2025, conforme Fato Relevante publicado na mesma data, a Companhia atualizou suas projeções, conforme abaixo apresentadas:

Investimentos (CAPEX)

R\$ bilhões	2026(e)	2027(e)	2028(e)	Longo prazo(e)
Silvicultura + Compra de madeira em pé	1,1			
Continuidade operacional	1,4	2,8	2,5	2,0-2,5
Projetos especiais	0,2			
Modernização Monte Alegre	0,7			
Total	3,3			

Custo Caixa Total por tonelada

Para o custo caixa de 2026 a estimativa entre R\$ 3,2 mil/ton e R\$ 3,3 mil/ton.

Abaixo, a Companhia apresenta a comparação dos resultados obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 versus as projeções vigentes.

Investimentos (CAPEX)

R\$ bilhões	2025 (e)	2025 (realizado)
Silvicultura / Compra de madeira em pé	1,1	1,1
Continuidade Operacional	0,9	1,0
Projetos Especiais	0,4	0,2
Modernização de Monte Alegre	0,6	0,5
Total	2,9	2,8

Em 2025, a Companhia totalizou R\$ 2,8 bilhões em investimentos, alinhado à projeção fornecida aos seus investidores. Importante ressaltar que não há variações a serem destacadas sobre as aberturas das linhas providas também na projeção anual.

Sobre as projeções de longo prazo, apresentamos abaixo as informações comparativas da projeção dada 10 de dezembro de 2024 e atualizada em 9 de dezembro de 2025.

Projeções Originais (10 de dezembro de 2024)

R\$ bilhões	2025 (e)	2026 (e)	2027 (e)	2028 (e)	Longo prazo (e)
Total	3,3	2,9	2,8	2,5	2,5

Projeções atualizadas (9 de dezembro de 2025)

R\$ bilhões	2025 (e)	2026 (e)	2027 (e)	2028 (e)	Longo prazo (e)
Silvicultura / Compra de madeira em pé	1,1	1,1	-	-	-
Continuidade Operacional	0,9	1,4	-	-	-
Projetos Especiais	0,4	0,2	-	-	-
Modernização de Monte Alegre	0,6	0,7	-	-	-
Total	2,9	3,3	2,8	2,5	2,0 a < 2,5

Custo Caixa Total por tonelada

R\$ mil/ton	2025 (e)	Realizado até 31/12/2025
Custo caixa total	entre 3,1-3,2	3,2

Em relação à projeção de custo caixa total por tonelada, não houve mudança na projeção de entre R\$ 3,1-3,2 mil/ton esperada para 2025.

No acumulado de janeiro a dezembro de 2025, o custo caixa por tonelada foi de R\$ 3,2 mil/ton, alinhado à projeção fornecida.

Sobre as projeções para o ano de 2026, apresentamos abaixo as informações da projeção dada em 09 de dezembro de 2025. Até 31 de dezembro de 2025, não houve alterações nas projeções divulgadas.

R\$ mil/ton	2026 (e)
Custo caixa total	entre 3,2-3,3

Mercado de Capitais

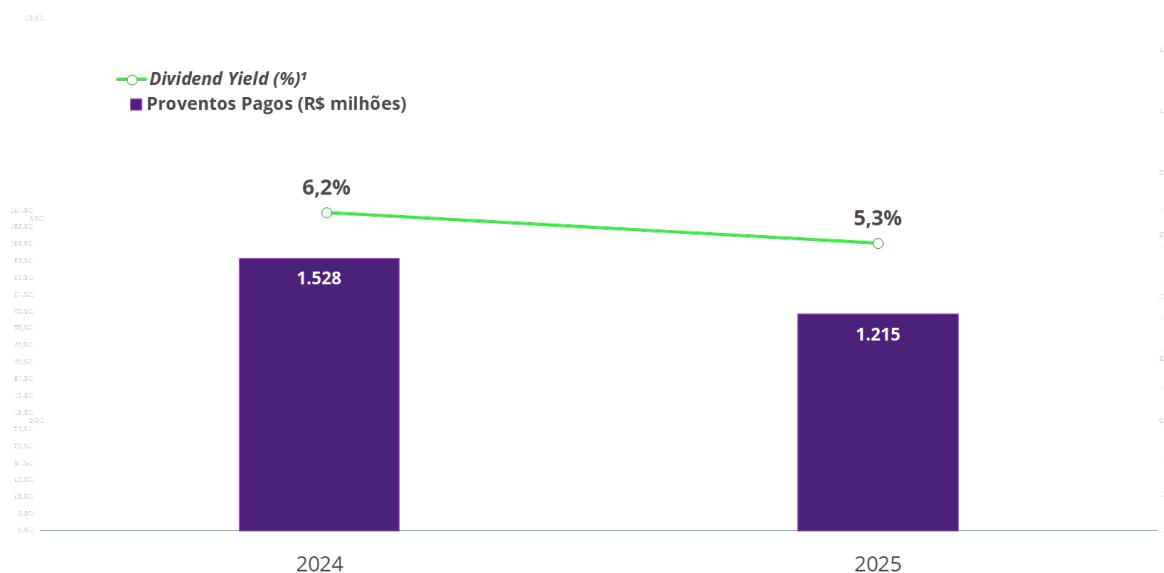
No ano de 2025, as *units* da Klabin (KLBN11) apresentaram desvalorização de 19%, enquanto o Ibovespa apresentou uma valorização de 34% no mesmo período. As *units* da Companhia foram negociadas em todos os pregões da B3, registrando cerca de 2,9 milhões de operações, aproximadamente 1,3 bilhão de títulos transacionados e volume médio diário negociado de R\$ 96 milhões.

O capital social da Klabin é composto por 6.241.478.850 ações, sendo 2.312.800.469 ações ordinárias e 3.928.678.381 ações preferenciais. As ações da Klabin também são negociadas no mercado norte-americano, listadas OTC (*over-the-counter*) como ADRs Nível I, sob o código KLBAY.

No mercado de renda fixa, a Klabin mantém emissões ativas no mercado internacional (*Notes ou Bonds*), dentre as quais há(i) duas emissões de *Green Bonds* (2027 e 2049), cujos títulos devem necessariamente ter seus recursos alocados em projetos elegíveis; (ii) uma emissão convencional de dívida (2029); e (iii) um *Sustainability Linked Bonds* (SLB 2031), cujo cupom é atrelado aos indicadores de performance em Sustentabilidade.

Ao longo de 2025, o risco de crédito da Klabin foi reafirmado pelas agências de *rating* em BB+ pela Standard & Poor's e BB+ pela Fitch Ratings, todas em escala global com perspectiva estável, enquanto foi mantido em Ba1 pela Moody's também em perspectiva estável.

Proventos (visão caixa)



¹ calculado com base nos Dividendos e JCP pagos por *unit* e na média diária de fechamento da *unit* no período

Em 2025, a Companhia distribuiu, na visão caixa, R\$ 1,215 bilhão em proventos, correspondentes ao montante de R\$ 0,19942850391 por ação e R\$ 0,99714251958 por unit, equivalente ao dividend yield de 5,3%.

A Companhia dispõe de Política de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio na qual a Companhia define o percentual alvo para pagamento de proventos entre 10% e 20% do EBITDA Ajustado. Para acessar a Política na íntegra, [clique aqui](#).

Em 8 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor total de R\$ 1,112 bilhão, declarados com base nos lucros do exercício apurados com base no balanço de 30 de setembro de 2025. Esse montante corresponde a R\$ 0,18238868899 por ação ordinária ou preferencial e R\$ 0,91194344495 por Unit. Esses dividendos serão considerados para o cumprimento do target previsto na Política de Dividendos da Companhia e serão pagos em quatro parcelas iguais de R\$ 278 milhões cada, nas datas de 27/02/2026, 20/05/2026, 19/08/2026 e 12/11/2026, sem juros ou correção monetária. Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).



Sustentabilidade

A Companhia avançou em sua jornada de desenvolvimento sustentável, reforçando sua governança e seu alinhamento às melhores práticas internacionais.

Ao longo de 2025, a Companhia estruturou sua abordagem de Dupla Materialidade, promovendo a reclassificação dos temas materiais. De forma integrada à gestão de Riscos e Controles Internos, os temas avaliados foram categorizados conforme impactos aos *stakeholders* (considerando severidade *versus* probabilidade) e efeitos financeiros para a Klabin (impacto financeiro – as oportunidades ainda estão em cálculo).

Esse processo permitiu à empresa elencar os temas materiais revistos, sendo: (1) Capital Humano; (2) Desempenho Socioambiental de Fornecedores; (3) Desenvolvimento Local e Impacto nas Comunidades; (4) Diversidade; (5) Saúde e Segurança; (6) Certificação Florestal; (7) Conduta Ética e Integridade; (8) Segurança Cibernética; (9) Uso de Recursos e Circularidade; (10) Mudanças do Clima e Energia; (11) Uso de Água; (12) Ecossistemas e Biodiversidade – sendo estes três últimos classificados como duplo materiais.

Essa estrutura permitirá à Companhia apresentar exclusivamente os riscos materiais relacionados aos temas identificados, além dos requisitos mínimos obrigatórios, considerando o esforço prévio para integrar a materialidade financeira aos impactos analisados. Adicionalmente, a Klabin manteve e atualizou, para os três temas classificados como duplo materiais, os reportes alinhados às normas internacionais, incluindo o Plano de Transição Climática e o Plano de Conservação da Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, conforme as recomendações do Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD) e do Taskforce on Nature-Related Financial Disclosures (TNFD).

Em 2025, a Companhia tornou-se TNFD Adopter, comprometendo-se a divulgar dados sobre dependências e impactos financeiros relacionados à biodiversidade e serviços ecossistêmicos, dentro de uma estrutura específica de governança, com métricas e metas definidas.

Paralelamente, a Klabin manteve sua trajetória alinhada aos Objetivos Klabin para o Desenvolvimento Sustentável (KODS), que, apesar da reclassificação dos temas materiais, preservam a mesma proposta de agenda para 2030, estruturada em três pilares: Construção de um Futuro Renovável, Prosperidade para as Pessoas e Contribuição para uma Economia Sustentável.

O processo completo da dupla materialidade, assim como a performance das metas dos temas materiais e suas principais métricas estão divulgados e auditados periodicamente no Painel ASG da Companhia (<https://esg.klabin.com.br/>). Esta



plataforma reúne todos os indicadores relacionadas aos aspectos ambiental, social e de governança, reunindo os principais *frameworks* de relato para o setor financeiro. Desta forma, a Companhia provê transparência e base histórica, permitindo visão ampla e consistente dos dados de gestão e performance.

No mesmo canal, é possível também acessar o último relatório de Finanças Sustentáveis integrado da Klabin, que reúne os principais avanços e presta contas do uso de recursos vinculados a instrumentos financeiros ligados à sustentabilidade – que, atualmente, correspondem a 34% do total de dívidas da Companhia.

Em paralelo, a Klabin ampliou seu reconhecimento no mercado ao se destacar em relevantes índices e avaliações ASG. A Companhia foi reconhecida pelo CDP por sua liderança em transparência corporativa e desempenho nos temas de mudança do clima, florestas e segurança hídrica, assegurando presença na seleta lista “AAA” da instituição. Em 2025, apenas 23 empresas no mundo alcançaram essa classificação, entre mais de 22 mil respondentes globais.

Adicionalmente, a Klabin obteve pontuação expressiva no Dow Jones Best-in-Class Indices, com 86 pontos, integrando as carteiras Global e de Mercados Emergentes do índice (até o primeiro trimestre do ano). No ciclo 2025-2026 do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, a Companhia alcançou score base de 84,75%, com divulgação do relatório final prevista para o término do primeiro trimestre de 2026.

Outros reconhecimentos relevantes reforçam a solidez do desempenho ASG da Klabin, incluindo o score B- no ISS ESG Corporate Rating, a classificação de baixo risco no Sustainalytics ESG Risk Rating, o desempenho de 3,79% no Bloomberg ESG Rating e a nota BB no MSCI ESG Rating. Esses resultados refletem a consistência da estratégia corporativa da Companhia e seus compromissos públicos amplamente reconhecidos pelo mercado.



Gente e Gestão

A Klabin entende que a evolução contínua da cultura organizacional e o engajamento das pessoas são forças que impulsionam seus resultados e consolidam seu futuro. Após a renovação da Atitude Klabin em 2024 — que reforçou o jeito de ser da Companhia e conectou comportamentos e valores já vivenciados — o ano de 2025 se apresentou como um período dedicado ao aprofundamento da aplicação dos valores e competências no cotidiano da organização.

Neste ano, o foco esteve na consolidação das Competências da Atitude Klabin, fortalecendo a forma como cada colaborador e colaboradora interpreta e prática esses pilares no dia a dia. A Companhia trabalhou para que sua Cultura fosse percebida, compreendida e vivenciada de maneira ainda mais consistente, mantendo a coerência entre discurso, prática e resultados.

Visão e Missão

Oferecer soluções sustentáveis por meio de produtos florestais renováveis, recicláveis e biodegradáveis, alinhados às transformações da sociedade, é um objetivo da Klabin. Sua missão é gerar valor para acionistas, colaboradores e a sociedade, promovendo o desenvolvimento sustentável por meio do uso responsável e eficiente de seus ativos florestais e industriais.

Valores e Competências

A Companhia se baseia em quatro valores que formam sua identidade: Meio Ambiente, Respeito, Segurança e Solidez. As competências que orientam a estratégia de negócios são: Eficiência, Adaptabilidade, Time e Protagonismo. A consolidação da Visão, Missão e Atitude Klabin é fundamental para garantir uma trajetória que construa o futuro da empresa.



O que é a cultura Klabin

Cultura é o nosso jeito de ser por meio da Atitude Klabin.

A Atitude Klabin é ter o compromisso de todos os dias preservar os **Valores** inegociáveis e colocar em prática as nossas **Competências**.



Como parte desse movimento, foi lançado o Plano Estratégico de Evolução de Cultura, estruturado em três frentes — Comunicação, Desenvolvimento e Rituais — e comunicado a todas as lideranças. Esse plano guiou as ações ao longo do ano, proporcionando oportunidades para que todos os colaboradores se conectassem aos comportamentos culturais e reforçando que o desempenho organizacional depende não apenas do que se entrega, mas também de como se entrega.

Comunicação e Rituais Culturais

Na frente de Comunicação, a Klabin implementou campanhas estruturadas para cada competência da Atitude Klabin, com vídeos, mensagens integradas, identidade visual própria e o relançamento do Cartão Atitude, ampliando a clareza sobre os comportamentos esperados.

Na frente de Rituais, avanços significativos foram registrados a partir das pesquisas realizadas. A Pesquisa de Clima de 2024, com 90% de adesão e 78% de favorabilidade, deu origem a planos de trabalho conduzidos pelas lideranças, que foram acompanhados ao longo de 2025 por meio de governança contínua, reuniões trimestrais e discussões estruturadas nos fóruns de liderança.

Ao final de 2025, foi aplicada uma pesquisa Pulse dedicada à vivência da Atitude Klabin. Com participação de 30% dos colaboradores, abrangendo diversas unidades e perfis, o diagnóstico permitiu identificar avanços e oportunidades que orientarão os próximos ciclos de evolução cultural.

Performance, Liderança e Desenvolvimento

A liderança manteve papel essencial na difusão da Atitude Klabin e na criação de ambientes coerentes com os valores e competências da Companhia. Nesse contexto, a Performance Administrativa e Operacional passou por aprimoramentos importantes. A Klabin adotou uma avaliação estruturada em dois eixos: Resultados — que analisa metas e entregáveis — e Atitude Klabin — que avalia de que forma as competências foram aplicadas no alcance dos resultados.

Aproximadamente 7 mil colaboradores operacionais e 4,6 mil colaboradores administrativos foram avaliados nesse modelo, que também contou com treinamentos, campanhas de comunicação e acompanhamento intensivo para fortalecer o uso dos indicadores de performance nas decisões de gestão de pessoas.

Como desdobramento desse acompanhamento, a Companhia implementou o Programa de Melhoria de Performance, destinado a apoiar colaboradores com

desempenho abaixo do esperado, oferecendo suporte direcionado, alinhamentos estruturados e reorientação de iniciativas.

Outro marco relevante foi a realização do exercício de sucessão, que fortaleceu a governança do tema e inclui mapeamento sucessório, identificação de posições críticas e uso sistemático desses dados como referência em processos seletivos e ações de desenvolvimento de lideranças.

Além disso, foi produzido um Guia de Reconhecimento para orientar as lideranças na implementação de rituais de valorização contínua, contribuindo para a retenção e o engajamento das equipes.

Aprendizagem e Formação Técnica

O investimento contínuo no desenvolvimento das pessoas ganhou força com o lançamento do EKOA, ecossistema de aprendizagem da Klabin, que integra conteúdos, ferramentas e experiências estruturadas em quatro pilares: Administrativo e Financeiro; Operacional e Tecnológico; Comercial e Estratégico; e Liderança. O lançamento ocorreu nas convenções de gerentes, coordenadores e especialistas, ampliando a disseminação entre as lideranças.

O Pilar Liderança atuou de forma integrada para desenvolver líderes capazes de engajar, inspirar e gerar resultados sustentáveis de alta performance. Para isso, diferentes iniciativas foram articuladas para fortalecer competências essenciais e promover uma liderança alinhada à cultura Klabin. Com destaque para o Programa Executivo Klabin (PEK), que visa a potencializar as competências de gerentes, para uma atuação executiva alinhada à Atitude Klabin e que impulsiona os resultados dos Negócios. O programa estimula o protagonismo no processo de aprendizagem e formou mais de 100 gerentes em 2025, alcançando um NPS médio de 96,3%.

No Pilar Administrativo e Financeiro, foram oferecidas trilhas em *Analytics*, Compras, Inteligência Artificial e BP's de Gente & Gestão, beneficiando mais de 230 pessoas. Os treinamentos em inteligência artificial — incluindo Copilot 365 e Copilot Chat — somaram mais de 1.000 conclusões, além de uma imersão personalizada para a Diretoria. Foram também realizados treinamentos corporativos em Segurança, Saúde e Bem-estar, Integridade, Superar e Sustentabilidade. O terceiro ciclo do Programa de Idiomas disponibilizou 50 vagas, totalizando mais de 500 horas de treinamento, e registrou evolução média de um nível entre os participantes.

No Pilar Operacional e Tecnológico, o PKE (*Process Kaizen Engineer*) formou mais de 70 profissionais em conceitos de melhoria contínua, manutenção, qualidade e engenharia. A Missão Japão, que envolveu três diretores e dois gerentes em visitas a mais de dez



empresas de referência, trouxe aprendizados relevantes sobre disciplina organizacional, integração entre áreas e excelência operacional.

No Paraná, por meio do Centro de Qualificação Profissional, a Klabin seguiu ampliando parcerias estratégicas. Em 2025, formou sua primeira turma de Aprendizagem Técnica em Celulose e Papel com 88% de efetivação e envolveu mais de 175 jovens nos programas de Aprendizagem Técnica. O Programa de Trainees Técnicos contou com 75 participantes ao longo de seis meses. Também foram realizadas mais de 20 visitas a docentes, 30 reuniões com professores, 300 visitas técnicas e 17 palestras, reforçando o compromisso com a formação de mão de obra local e o fortalecimento do pipeline de talentos.

Na área Florestal, foram realizados treinamentos para 335 operadores do Projeto Caetê e outras capacitações em estradas, silvicultura, manutenção e carregamento, totalizando 2.113 participações, 272 turmas e 17,2 mil horas de treinamento. Simuladores de realidade virtual e equipamentos de treinamento florestal foram utilizados para potencializar o aprendizado em ambiente seguro.

Na área de Embalagens, destacaram-se formações técnicas como Flexografia, Instrutores Internos, Operações, Qualidade, Manutenção e Clicheria, totalizando mais de 50 mil horas de treinamento e impacto em mais de mil colaboradores.

No Pilar Comercial & Estratégico, foram realizadas Trilhas de Negócios, como Conexão Comercial Papéis e E-commerce, impactando mais de 60 profissionais e registrando 85% de aplicabilidade.

O Portal ENK completou 10 anos com expressivo aumento de engajamento: 175 novos cursos foram lançados, totalizando 180 mil horas de navegação, com 15 mil colaboradores treinados (78% de adesão). A plataforma celebrou seu aniversário com campanhas internas, concursos, reconhecimento de embaixadores e premiação por engajamento — ações que contribuíram para aumento de 280% nos cursos concluídos em setembro. Cerca de 80% dos cursos publicados foram produzidos pelos próprios colaboradores, reforçando a gestão do conhecimento.

Diversidade e Inclusão

A Klabin pauta sua atuação em Diversidade e Inclusão nos pilares de Gênero, Raça e Etnias, Pessoas com Deficiência, LGBTI+ e Multigerações. Em 2025, campanhas específicas para cada pilar geraram mais de 9 mil interações, além de cinco rodas de conversa com 1.399 participações. Os Grupos de Diversidade, compostos por representantes de diversas áreas, contaram com 58 colaboradores em agendas recorrentes dedicadas à evolução do tema.



Foram realizados 30 encontros presenciais de Liderança Inclusiva, reunindo 160 gerências, coordenações e supervisões. Para colaboradores operacionais, rodas de conversa sobre respeito e inclusão reuniram 575 participantes.

A Klabin manteve o compromisso público com a pauta por meio de sua participação ativa como associada do Movimento Mover e do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+. A parceria com o Mover beneficiou 287 colaboradores autodeclarados negros em programas de formação.

Alinhada às metas de Diversidade para 2030, a companhia encerrou 2025 com:

- 20,05% de mulheres na liderança;
- 41,20% de colaboradores negros (26,13% na liderança);
- 12,19% de colaboradores com mais de 50 anos;
- 78% de percepção positiva em respeito e igualdade (Pesquisa de Clima 2024).

O programa de Estágio Social (Integra Klabin) manteve seu compromisso com a inclusão, com 35% de autodeclarados negros entre os 83 participantes.

I. Quantidade e proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos

Nível de Cargo	2024				Total colaboradores	2025				Total colaboradores		
	Colaboradores gênero feminino		Colaboradores gênero masculino			Qtde	%	Qtde	%			
	Qtde	%	Qtde	%								
Conselho Administração	4	27%	11	73%	15	4	29%	10	71%	14		
Conselheiro Fiscal	-	0%	5	###	5	-	0%	5	###	5		
Diretoria Estatutária	-	0%	6	###	6	-	0%	7	###	7		
Diretores	3	25%	9	75%	12	4	36%	7	64%	11		
Gerentes e Especialistas II	40	24%	125	76%	165	45	25%	138	75%	183		
Coordenador e Especialista	156	26%	450	74%	606	160	27%	441	73%	601		
Técnico	1.049	33%	2.144	67%	3.193	1.093	34%	2.139	66%	3.232		
Administrativo	334	58%	241	42%	575	375	62%	230	38%	605		
Operacional	2.116	16%	11.187	84%	13.303	2.334	17%	11.161	83%	13.495		
Aprendiz	241	65%	127	35%	368	256	61%	163	39%	419		
Estagiário	181	63%	105	37%	286	159	56%	92	37%	251		
Total	4.124	22%	14.410	78%	18.534	4.430	24%	14.393	76%	18.823		

II. Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração e no Conselho Fiscal

Nível de Cargo	2024				Total colaboradores	2025				Total colaboradores		
	Colaboradores gênero feminino		Colaboradores gênero masculino			Qtde	%	Qtde	%			
	Qtde	%	Qtde	%								
Conselho Administração	4	27%	11	73%	15	4	29%	10	71%	14		
Conselheiro Fiscal	-	0%	5	100%	5	-	0%	5	100%	5		
Diretoria Estatutária	-	0%	6	100%	6	-	0%	7	100%	7		
Total	4	15%	22	85%	26	4	15%	22	85%	26		



III. Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares

Nível de Cargo	2024		2025		Colaboradores		Colaboradores	
	Colaboradores		Colaboradores		gênero feminino		gênero masculino	
	RF (%)	RV (%)	RF (%)	RV (%)	RF (%)	RV (%)	RF (%)	RV (%)
Conselho Administração	100%	0%	100%	0%	100%	0%	100%	0%
Conselheiro Fiscal	0%	0%	100%	0%	0%	0%	100%	0%
Diretoria Estatutária	0%	0%	21%	79%	0%	0%	60%	40%
Diretores	38%	62%	36%	64%	44%	56%	39%	61%
Gerentes e Especialistas II	55%	45%	56%	44%	65%	35%	63%	37%
Coordenador e Especialista	73%	27%	73%	27%	77%	23%	77%	23%
Técnico	84%	16%	87%	13%	88%	12%	89%	11%
Administrativo	84%	16%	87%	13%	89%	11%	89%	11%
Operacional	87%	13%	90%	10%	90%	10%	91%	9%
Aprendiz	100%	0%	100%	0%	88%	12%	88%	12%
Estagiário	100%	0%	100%	0%	100%	0%	100%	0%
Total	79%	21%	81%	19%	83%	17%	85%	15%

*RF (remuneração fixa) e RV (remuneração variável)

Governança Corporativa

Os principais órgãos de governança da Klabin são a Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração, os Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e a Diretoria, que atuam em sinergia para o alcance dos objetivos econômicos, sociais e ambientais da Companhia, além do Conselho Fiscal, instalado de modo permanente.

A Companhia pauta as suas ações e decisões pelas melhores práticas de governança corporativa, tendo como pilares a transparência e a prestação de contas.

O modelo de governança é fortalecido pela atuação de três comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e a ele vinculados: Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Pessoas e Cultura. Todos são compostos por membros experientes no tema objeto de cada Comitê, com a finalidade de assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas atribuições, por meio do aprofundamento em temas específicos de suas respectivas competências e elaboração de recomendações ao Conselho de Administração.

No ano de 2025, reforçando seu compromisso com as melhores práticas de governança corporativa, a Klabin avançou na implementação de ferramentas que a auxiliam em suas atividades e fortalecem sua gestão, incluindo a revisão e aprovação das seguintes políticas internas: (i) Política de Auditoria Interna; (ii) Política do Canal de Integridade e Ouvidoria; e (iii) Política de Alçadas de Responsabilidade.

Destaca-se, ainda, a atuação diligente no monitoramento de riscos, visando sempre à estabilidade e à perenidade dos negócios.

A Klabin mantém um processo contínuo de aprimoramento, alinhado aos seus valores, às suas políticas internas, às disposições legais e aos princípios fundamentais de integridade, transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade e sustentabilidade.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Pesquisa & Desenvolvimento Industrial

Em 2025, o P&D Industrial reforçou seu papel estratégico na Klabin ao apoiar a competitividade dos negócios atuais, acelerar a diversificação em novos materiais de base florestal e fortalecer a inovação orientada à sustentabilidade. A atuação integrada com as áreas Florestal, Celulose, Papéis, Embalagens e Sustentabilidade elevou a eficiência operacional, aprimorou a qualidade dos produtos e ampliou a geração de valor.

Florestal - Qualidade da madeira e inteligência de processos

Avanços consistentes em programas de qualidade da madeira resultaram em melhorias nos processos produtivos e industriais. A evolução de modelos de predição e a integração entre as áreas de automação, Centro de Tecnologia Klabin (CTK) e pesquisa florestal aprimorou a tomada de decisão e reduziu variabilidade. Projetos de abastecimento voltados para aplicações específicas reforçaram o alinhamento entre a base florestal e as demandas industriais.

Celulose - Eficiência operacional, qualidade e novos produtos

A Companhia apresentou avanço na melhoria de processos, com destaque para o Benchmarking Celulose e simulações laboratoriais. Desta forma, o desenvolvimento de novos grades ampliou o portfólio de soluções para mercados *premium*. Além disso, o suporte técnico às unidades e clientes contribuiu para homologações aceleradas.

Papéis e Embalagens - Sustentabilidade e inovação aplicada ao mercado

Foram ampliadas as soluções com barreiras renováveis, substituição de plásticos e fortalecimento da circularidade, com avanços em papéis seláveis, White Top Liner, Sack Kraft com barreiras biodegradáveis e cartão com barreira resinosa. Projetos de MFC (Celulose Microfibrilada), propriedades mecânicas, e melhorias em produtos como Klafold reforçaram performance e competitividade.

Biomateriais - Expansão comercial e desenvolvimento tecnológico

O segmento seguiu contribuindo para o crescimento da Companhia, com aumento de receita. Cabe destacar a lignina, que avançou em homologações e aplicações de maior valor agregado, e a Celulose Microfibrilada (MFC), que consolidou-se como plataforma tecnológica em mercados diversos, como tintas, barreiras, concreto e têxteis.

Sustentabilidade, circularidade e energia renovável

Projetos de valorização de resíduos, novos materiais cerâmicos, formulações de tintas e briquetes florestais ampliaram circularidade e as aplicações. Estudos em

combustíveis renováveis, bio-óleo e processos catalíticos apoiaram a evolução da matriz energética verde.

Parcerias estratégicas e ambiência tecnológica

A Klabin ampliou sua presença em consórcios e programas globais de P&D, fortalecendo conexões com centros internacionais em barreiras renováveis, química do pinus, filmes avançados e biomateriais. Essas parcerias aceleraram inovação e ampliaram acesso a tecnologias emergentes.

Maturidade do portfólio e geração de valor

Com elevada maturidade tecnológica, o portfólio gerou ganhos financeiros diretos, reduziu custos industriais e ampliou a oferta de produtos sustentáveis de alto valor agregado. O CTK manteve forte contribuição operacional, com suporte contínuo às unidades fabris e alta intensidade de atividades técnicas.

P&D Florestal

Os projetos de P&D Florestal têm como objetivo garantir a manutenção e o aumento da produtividade da base florestal da Companhia, com ações de curto, médio e longo prazo. Com foco em otimizar a relação entre ambiente, genética e manejo, assegurando ganhos contínuos e sustentáveis.

Os projetos estão compreendidos nas seguintes linhas de pesquisa:

- Melhoramento Genético de Eucalipto;
- Melhoramento Genético de Pinus;
- Clonagem;
- Biotecnologia Florestal;
- Fitossanidade;
- Nutrição e Silvicultura;
- Ecofisiologia; e
- Qualidade da Madeira.

Destaques em 2025

- Recomendação de seis novos clones híbridos de eucalipto para plantios operacionais, com alta produtividade e maior entrega de celulose por hectare.

- Aumento da base experimental de Eucalyptus e Corymbia em áreas de expansão e novos sítios produtivos, por meio do plantio e análise de novos materiais genéticos visando identificar os superiores para condições adversas/ mudanças climáticas.
- Evolução na implantação dos protocolos de embriogênese somática, com sucesso na produção de novos clones de *Pinus taeda*, que agora passam a ser produzidos internamente, em laboratório de P&D Florestal da Klabin. Nos próximos anos estes novos clones passarão a compor nossa base experimental, na busca constante por materiais com produtividade superior e resilientes.
- Em 2025 foram recomendados novos clones de *Pinus*, com maior potencial produtivo de fibras por hectare, e que passarão a compor o mix de materiais plantados operacionalmente.
- Continuidade nos trabalhos de melhoramento genético de *Pinus*, com ampliação da rede experimental e base genética por meio da inserção de 298 diferentes materiais.
- Ampliação da rede de monitoramento fitossanitário de 40 para 214 pontos, aumentando a capacidade de detecção precoce de possíveis pragas em nossas florestas e possibilitando ações de manejo mais rápidas e assertivas, com redução de riscos operacionais.
- Expansão das redes de monitoramento climatológico e hidrológico, com inclusão de novas estações meteorológicas. Atualmente a Klabin possui 73 estações, uma das maiores redes do setor florestal brasileiro, com 1 estação para cada 7,4 mil ha produtivos.
- Revisão e atualização de todas as listas técnicas operacionais, alinhando práticas às melhores recomendações de manejo silvicultural.
- Incorporação de recomendações de fertilização 100% customizadas, conforme demanda do site e da floresta, otimizando o uso de insumos e serviços com foco em eficiência e redução de custos, sem comprometer o potencial produtivo.



- Avanços nos protocolos de propagação vegetativa de Pinus em viveiro, com maior efetividade na produção de mudas operacionais e aumento da proporção de materiais superiores (mais produtivos) plantados em campo.
- Publicação científica de relevância nacional, referente a estimativa de biomassa acima e abaixo do solo em diferentes regiões brasileiras, tanto de Pinus quanto eucalipto, auxiliando na assertividade destas estimativas nos relatórios de emissões e captura de carbono que são realizadas anualmente.



Klabin S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Klabin S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Klabin S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Valor justo dos ativos biológicos (Nota 15)

Os ativos biológicos da Companhia, de suas controladas e das sociedades em conta de participação, estão representados pelo plantio e cultivo de florestas de pinus e eucalipto, para produção de celulose de fibras curta e longa e de fluff, e para a produção de diversos tipos de papel e embalagens.

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos os custos necessários para colocação do ativo em condição de uso ou venda, utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado.

Este método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da Administração dentre as quais incluem: preços de madeira em pé em diferentes regiões, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, planos de colheita das florestas e volumes de produtividade projetado das florestas.

Assim como no exercício anterior, essa área permaneceu como uma área de foco em nossa auditoria em virtude da relevância do saldo dos ativos biológicos, alto grau de julgamento envolvido, com impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício, bem como do volume e detalhamento de dados e informações coletados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no respectivo cálculo.

Com o apoio de nossos especialistas em valorização de ativos biológicos, avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética.

Para as premissas de preços de madeira em pé e volumes de produtividade, consideradas significativas no âmbito de nossa auditoria, efetuamos comparações com fontes externas, bem como avaliamos o comportamento histórico, respectivas tendências e dados utilizados. Também com o apoio de especialistas avaliamos, em base amostral, as aferições de áreas plantadas e a idade das florestas por talhões.

Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas internos contratados pela administração para apoio na mensuração do valor justo.

Comparamos as informações divulgadas nas notas explicativas com a avaliação e cálculos elaborados pela administração, bem como com os requisitos de divulgação estabelecidos pela norma contábil.

Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Efetuamos procedimentos adicionais para as deficiências identificadas a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação do valor justo dos ativos biológicos, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos.

Instrumentos financeiros designados como contabilidade de hedge (Nota 28)

A Companhia e suas controladas apresentam um volume significativo de exportações futuras altamente prováveis e contrata empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira para gerenciamento do risco cambial, além de utilizar outros instrumentos financeiros para alinhamento entre indexadores de dívidas e de aplicações financeiras.

A Companhia adota programas de contabilidade de hedge com objetivo de reconhecer, de forma simultânea no resultado do exercício, os efeitos da variação cambial das exportações e dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, bem como refletir sua estratégia de gerenciamento de risco de taxa de juros no resultado.

Para aplicar o método de contabilidade de hedge, a Companhia deve cumprir determinadas exigências previstas nas normas contábeis, dentre elas a documentação formal da designação para contabilidade de hedge, realização de teste de efetividade e contabilização de eventual ineficácia na demonstração do resultado do exercício.

Dado à complexidade envolvida na designação e periódica mensuração da efetividade das relações de contabilidade de proteção mantidas pela Companhia, mantivemos esse assunto como uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros:

- Atualização do entendimento do processo de gerenciamento de riscos, políticas de proteção relacionados à documentação e contabilização dos referidos instrumentos financeiros.
- Envolvimento dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, para análise da política e do programa de contabilidade de hedge.
- Recálculo, em base amostral, da valorização do valor justo dos instrumentos financeiros.
- Inspeção da documentação-suporte da designação dos instrumentos financeiros e análise dos testes de efetividade preparados pela administração da Companhia.
- Obtenção de confirmação externa junto às instituições financeiras dos saldos dos instrumentos financeiros contratados.
- Discussão com a administração acerca da deficiência de controle interno identificada e ajustes considerados imateriais no contexto das demonstrações financeiras em seu conjunto.
- Efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia envolvendo as práticas contábeis, as transações e saldos registrados

Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria**

decorrentes das operações envolvendo contabilidade de hedge.

Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela administração na aplicação da contabilidade de hedge são consistentes com as divulgações efetuadas e estão alinhadas com os dados e informações obtidos em nossa auditoria.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Klabin S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Klabin S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Klabin S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

SUMÁRIO

<u>BALANÇO PATRIMONIAL</u>	3
<u>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS</u>	5
<u>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES</u>	6
<u>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	7
<u>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</u>	8
<u>DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS</u>	9
<u>1. INFORMAÇÕES GERAIS</u>	10
<u>2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u>	11
<u>3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS, REVISÕES E INTERPRETAÇÕES</u>	17
<u>4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u>	18
<u>5. PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO</u>	21
<u>6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</u>	22
<u>7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES</u>	23
<u>8. PARTES RELACIONADAS</u>	25
<u>9. ESTOQUES</u>	27
<u>10. TRIBUTOS A RECUPERAR</u>	28
<u>11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS</u>	29
<u>12. PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO</u>	37
<u>13. IMOBILIZADO</u>	42
<u>14. INTANGÍVEL</u>	45
<u>15. ATIVOS BIOLÓGICOS</u>	46
<u>16. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS</u>	50
<u>17. FORNECEDORES</u>	55
<u>18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES</u>	57
<u>19. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS</u>	63
<u>20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	68
<u>21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</u>	74
<u>22. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS POR NATUREZA</u>	75
<u>23. RESULTADO FINANCEIRO</u>	76
<u>24. PLANO DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO</u>	76
<u>25. RESULTADO POR AÇÃO</u>	79
<u>26. SEGMENTOS OPERACIONAIS</u>	80
<u>27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS</u>	83
<u>28. CONTABILIDADE DE HEDGE</u>	95
<u>29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA</u>	101
<u>30. COBERTURA DE SEGUROS</u>	104
<u>31. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA</u>	105
<u>32. EVENTOS SUBSEQUENTES</u>	106
<u>PARECER DO CONSELHO FISCAL</u>	107
<u>PARECER DO COMITÉ DE AUDITORIA</u>	108
<u>DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u>	109
<u>DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES</u>	110
<u>DIVULGAÇÃO DO LAJIDA (EBITDA)</u>	111
<u>COMENTÁRIOS SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS</u>	113

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	5.579.331	4.709.506	10.106.016	6.736.171
Títulos e valores mobiliários	6.2	785.369	794.037	785.369	794.037
Contas a receber de clientes	7	2.049.229	1.589.164	2.404.326	1.815.129
Partes relacionadas	8	1.991.343	1.151.816	7.981	-
Estoques	9	3.308.002	3.234.340	3.683.984	3.215.938
Instrumentos financeiros derivativos	27	110.015	-	110.015	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	324.534	561.468	361.972	631.518
Tributos a recuperar	10	334.691	370.061	356.450	414.462
Outros ativos		215.949	198.561	233.572	211.589
Total do ativo circulante		14.698.463	12.608.953	18.049.685	13.818.844
Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	27	544.521	-	544.521	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	500.158	103.138	524.572
Depósitos judiciais	19	215.108	196.977	216.005	198.561
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	212.535	192.668	212.535	192.668
Tributos a recuperar	10	212.774	247.889	213.790	247.889
Partes relacionadas	8	26.172	2.185.649	23.741	-
Outros ativos		222.393	199.933	280.145	200.343
		1.433.503	3.523.274	1.593.875	1.364.033
Investimentos					
Participação em controladas e controladas em conjunto	12	8.465.819	8.513.176	76.072	121.819
Outros investimentos		20.819	17.410	20.819	17.410
Imobilizado	13	23.495.161	23.967.911	28.648.316	28.965.380
Ativos biológicos	15	6.234.258	6.587.178	13.242.376	12.887.297
Ativos de direito de uso	16	1.599.305	1.495.013	1.659.808	1.787.971
Intangível	14	314.015	235.543	505.826	428.078
		40.129.377	40.816.231	44.153.217	44.207.955
Total do ativo não circulante		41.562.880	44.339.505	45.747.092	45.571.988
Total do ativo		56.261.343	56.948.458	63.796.777	59.390.832

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

PASSIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		(Reapresentado Nota 2.1)	31.12.2024	(Reapresentado Nota 2.1)	31.12.2024
Circulante					
Fornecedores	17	2.237.150	2.027.185	2.362.018	2.101.712
Fornecedor risco sacado	17	658.466	601.448	658.466	601.448
Fornecedor risco sacado florestal	17	1.118.187	236.661	1.118.187	236.661
Passivos de arrendamentos	16	251.498	276.478	251.911	313.164
Obrigações fiscais		250.831	298.822	285.544	347.744
Obrigações sociais e trabalhistas		543.886	512.225	556.251	527.336
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	1.589.287	1.573.201	1.770.665	1.813.049
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	584.212	-	584.212
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	11	-	-	87.913	67.148
Partes relacionadas	8	337.299	527.203	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.6	1.112.000	223.376	1.112.000	223.376
Outras contas a pagar e provisões		484.980	285.878	564.443	347.493
Total do passivo circulante		8.583.584	7.146.689	8.767.398	7.163.343
Não circulante					
Fornecedores	17	5.722	35.497	6.053	35.497
Fornecedor risco sacado florestal	17	233.784	588.901	233.784	588.901
Passivos de arrendamentos	16	1.424.640	1.283.837	1.485.620	1.545.039
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	23.044.212	21.740.010	34.950.377	37.891.188
Instrumentos financeiros derivativos	27	574.557	1.594.293	574.557	1.594.293
Participação de passivo a descoberto de controlada	12	507	201.675	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.107.378	-	1.878.984	559.186
Partes relacionadas	8	12.180.124	16.617.812	-	-
Contas a pagar - investidores de sociedade em conta de participação		-	-	189.898	198.520
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	19	501.271	385.547	520.181	404.740
Provisão do passivo atuarial	29.1	572.334	495.119	575.155	497.939
Obrigações fiscais		90.300	160.697	90.300	160.697
Outras contas a pagar e provisões		56.984	46.528	123.369	114.289
Total do passivo não circulante		39.791.813	43.149.916	40.628.278	43.590.289
Total do passivo		48.375.397	50.296.605	49.395.676	50.753.632
Patrimônio líquido					
Capital social		6.875.625	6.075.625	6.875.625	6.075.625
Reservas de capital		(156.626)	(193.610)	(156.626)	(193.610)
Ações em tesouraria		(101.882)	(123.421)	(101.882)	(123.421)
Reservas de lucros		2.777.662	4.242.843	2.777.662	4.242.843
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.508.833)	(3.349.584)	(1.508.833)	(3.349.584)
Patrimônio líquido dos acionistas da Klabin	20	7.885.946	6.651.853	7.885.946	6.651.853
Participação dos acionistas não controladores	20.7	-	-	6.515.155	1.985.347
Patrimônio líquido consolidado	20	7.885.946	6.651.853	14.401.101	8.637.200
Total do passivo e patrimônio líquido		56.261.343	56.948.458	63.796.777	59.390.832

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receita líquida de vendas	21	20.421.146	19.264.142	20.697.507
Variação do valor justo dos ativos biológicos	15	546.187	504.101	1.671.361
Custo dos produtos vendidos	22	(15.155.391)	(13.496.810)	(15.043.958)
Lucro bruto		5.811.942	6.271.433	7.324.910
Despesas/receitas operacionais				
Vendas	22	(1.658.007)	(1.476.064)	(1.819.080)
Gerais e administrativas	22	(1.177.817)	(1.078.168)	(1.217.691)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	81.362	(189.483)	192.643
		(2.754.462)	(2.743.715)	(2.844.128)
Resultados de equivalência patrimonial	12	679.049	1.015.220	(433)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		3.736.529	4.542.938	4.480.349
Receitas financeiras		853.053	752.284	872.367
Despesas financeiras		(3.167.071)	(2.802.158)	(3.098.523)
Variações cambiais, líquidas		286.597	(549.340)	125.210
Resultado financeiro	23	(2.027.421)	(2.599.214)	(2.100.946)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.709.108	1.943.724	2.379.403
Correntes	11	(660)	(9.731)	(241.654)
Diferidos	11	(305.313)	(102.982)	(459.538)
Imposto de renda e contribuição social		(305.973)	(112.713)	(701.192)
Lucro líquido do exercício		1.403.135	1.831.011	1.678.211
Atribuído aos acionistas da Klabin		1.403.135	1.831.011	1.403.135
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	275.076
Resultado por ação				
Lucro básico e diluído por ação - R\$	25	0,2286	0,3069	0,2286
Lucro básico/diluído por ação PN - R\$	25	0,2286	0,3069	0,2286
0,3069				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	1.403.135	1.831.011	1.678.211	2.046.945
Outros resultados abrangentes				
Ajustes de conversão para moeda estrangeira	23.860	5.442	23.860	5.442
Variação de valor justo do instrumento de hedge	28.5	3.911.363	(7.977.684)	3.911.363
Realização de reserva de hedge para resultado financeiro	28.5	4.410	61.540	4.410
Realização de reserva de hedge para resultado receita líquida	28.5	76.115	(32.765)	76.115
IR/CS diferido sobre hedge de fluxo de caixa	28.5	(1.357.242)	2.702.629	(1.357.242)
Opção de compra		9.114	(1.055)	9.114
Itens reclassificados posteriormente para o resultado financeiro	2.667.620	(5.241.893)	2.667.620	(5.241.893)
Variação na obrigação do passivo atuarial	(25.085)	19.454	(24.614)	17.463
Variação na obrigação do passivo atuarial de controladas	312	(1.314)	-	-
IR/CS diferido sobre passivo atuarial	8.529	(6.614)	8.370	(5.937)
Itens não reclassificados posteriormente para o resultado	(16.244)	11.526	(16.244)	11.526
Resultado abrangente total do exercício	4.054.511	(3.399.356)	4.329.587	(3.183.422)
Atribuído aos acionistas da Klabin	4.054.511	(3.399.356)	4.054.511	(3.399.356)
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	275.076	215.934

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Ações em tesouraria	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da Klabin	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Em 31 de dezembro de 2023		4.475.625	(225.642)	(135.808)	5.626.832	1.844.115	-	11.585.122	2.147.408	13.732.530
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.831.011	1.831.011	215.934	2.046.945
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	(5.230.367)	-	(5.230.367)	-	(5.230.367)
Alterações nas participações em controladas	20.7	-	-	-	-	36.668	-	36.668	(234.370)	(197.702)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	(5.193.699)	1.831.011	(3.362.688)	(18.436)	(3.381.124)
Aumento de capital social	20.1	1.600.000	-	-	(1.600.000)	-	-	-	-	-
Aporte de capital de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	50.000	50.000
Plano de incentivos de longo prazo	24	-	32.032	12.387	-	-	-	44.419	-	44.419
Alienação de ações em tesouraria		-	16.025	6.542	-	-	-	22.567	-	22.567
Outorga de ações em tesouraria		-	(6.542)	6.542	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento da remuneração do plano de ações		-	21.852	-	-	-	-	21.852	-	21.852
Cancelamentos do plano de ações		-	697	(697)	-	-	-	-	-	-
Destinação de lucros		-	-	-	216.011	-	(1.831.011)	(1.615.000)	(193.625)	(1.808.625)
Constituição de reserva legal		-	-	-	91.296	-	(91.296)	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais do exercício		-	-	-	5.095	-	(5.095)	-	-	-
Reserva de ativos biológicos		-	-	-	128.818	-	(128.818)	-	-	-
Constituição de reserva de investimento e capital de giro		-	-	-	128.802	-	(128.802)	-	-	-
Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio pago		-	-	-	(192.000)	-	(1.199.624)	(1.391.624)	(193.625)	(1.585.249)
Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(223.376)	(223.376)	-	(223.376)
Dividendos complementares propostos		-	-	-	54.000	-	(54.000)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024		6.075.625	(193.610)	(123.421)	4.242.843	(3.349.584)	-	6.651.853	1.985.347	8.637.200
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.403.135	1.403.135	275.076	1.678.211
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	2.651.376	-	2.651.376	-	2.651.376
Alterações nas participações em controladas	20.7	-	-	-	-	(788.605)	-	(788.605)	782.115	(6.490)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	1.862.771	1.403.135	3.265.906	1.057.191	4.323.097
Aumento de capital	20.1	800.000	-	-	(800.000)	-	-	-	-	-
Realização de ajustes de avaliação de ativos, líquido de impostos		-	-	-	-	(22.020)	-	(22.020)	-	(22.020)
Aporte de capital de acionistas não controladores	5	-	-	-	-	-	-	-	3.613.700	3.613.700
Plano de incentivos de longo prazo	24	-	36.984	21.539	-	-	-	58.523	-	58.523
Alienação de ações em tesouraria		-	22.157	10.893	-	-	-	33.050	-	33.050
Outorga de ações em tesouraria		-	(10.893)	10.893	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento da remuneração do plano de ações		-	25.473	-	-	-	-	25.473	-	25.473
Cancelamentos do plano de ações		-	247	(247)	-	-	-	-	-	-
Destinação de lucros		-	-	-	(665.181)	-	(1.403.135)	(2.068.316)	(141.083)	(2.209.399)
Constituição de reserva legal		-	-	-	70.157	-	(70.157)	-	-	-
Reserva de ativos biológicos		-	-	-	77.438	-	(77.438)	-	-	-
Constituição de reserva de investimento e capital de giro		-	-	-	144.224	-	(144.224)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		-	-	-	(957.000)	-	-	(957.000)	(141.083)	(1.098.083)
Distribuição de dividendos intercalares		-	-	-	-	-	(1.112.000)	(1.112.000)	-	(1.112.000)
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	684	684	-	684
Em 31 de dezembro de 2025		6.875.625	(156.626)	(101.882)	2.777.662	(1.508.833)	-	7.885.946	6.515.155	14.401.101

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024 (Reapresentado Nota 2.1)	31.12.2025	31.12.2024 (Reapresentado Nota 2.1)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.709.108	1.943.724	2.379.403	2.269.680
Ajustes por					
Depreciação e amortização	22	2.272.520	2.092.794	2.292.455	2.119.388
Exaustão dos ativos biológicos	22	1.682.028	1.055.652	2.697.982	1.844.166
Variação do valor justo dos ativos biológicos	15	(546.187)	(504.101)	(1.671.361)	(1.070.557)
Variação do valor justo de títulos e valores mobiliários	23	(46.708)	66.315	(46.708)	66.367
Despesa com juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquida	23	2.929.214	2.975.114	2.683.261	2.659.128
Variação cambial	23	(286.597)	549.340	(125.210)	292.642
Despesa com custo de transação	23	100.147	95.885	123.345	115.614
Despesa com juros de arrendamentos	16/23	126.976	157.702	169.115	182.262
Receita de juros com debêntures intercompanhias	23	(229.968)	(133.539)	-	-
Ajuste valor presente - risco sacado florestal	23	133.027	76.638	133.027	76.638
Instrumentos financeiros derivativos	23	(556.946)	(708.103)	(556.946)	(708.103)
Realização da reserva de hedge	28	80.525	28.775	80.525	28.775
Rendimentos sobre aplicações financeiras	23	(526.882)	(664.922)	(781.895)	(777.584)
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	7.1	8.299	(10.094)	6.919	(10.122)
Perdas estimadas com estoque		46.015	49.204	45.837	50.177
Resultado na alienação de ativos		(174.427)	26.692	(254.223)	26.692
Resultado de equivalência patrimonial		(679.049)	(1.015.220)	433	(25.047)
Provisão para processos judiciais e administrativos		115.724	319.620	93.489	338.656
Outras		11.394	46.748	(21.162)	122
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes e partes relacionadas		(2.112.206)	737.951	(863.186)	763.051
Estoques		1.326.638	708.420	367.718	1.181.607
Tributos a recuperar		246.906	51.731	280.399	(14.064)
Outros ativos		77.034	27.306	105.327	383.543
Fornecedores e partes relacionadas		(1.885.575)	(1.052.663)	(725.920)	(1.908.822)
Fornecedores risco sacado e risco sacado florestal		450.400	428.400	450.400	428.400
Obrigações fiscais		(116.948)	(105.595)	(176.065)	(243.644)
Obrigações sociais e trabalhistas		31.661	63.251	28.915	61.719
Outros passivos		(53.222)	(202.545)	(163.614)	(100.629)
Caixa gerado nas operações		4.132.901	7.104.480	6.552.260	8.030.055
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.775)	(230.121)	(156.016)	(489.114)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.120.126	6.874.359	6.396.244	7.540.941
Atividades de Investimento					
Adição de bens do ativo imobilizado e intangível	26.2	(1.761.866)	(2.306.298)	(1.761.866)	(2.357.228)
Aquisição de ativos Caetê		-	-	-	(6.371.280)
Caixa adquirido – projeto Caetê		-	-	-	96.523
Adição de plantio e compras de madeira em pé	26.2	(726.696)	(935.942)	(1.070.097)	(1.191.181)
Aporte de capital		(200.135)	(3.679.199)	-	-
Cancelamento de ações em controladas	12	95.835	-	-	-
Títulos e valores mobiliários		582.258	1.087.748	837.271	1.200.358
Recebimento de debêntures com controladas		3.077.208	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	(169.700)	(133.579)	-	-
Debêntures com partes relacionadas		-	(2.847.239)	-	-
Recebimento na alienação de ativos		45.365	5.358	67.365	5.358
Dividendos recebidos		568.245	630.323	45.314	13.767
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		1.510.514	(8.178.828)	(1.882.013)	(8.603.683)
Atividade de Financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	18.4	5.970.169	3.224.981	6.868.419	3.224.981
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	18.4	(3.995.452)	(1.329.472)	(7.371.201)	(1.349.201)
Amortização de empréstimos e financiamentos intercompanhia		(2.475.749)	-	-	-
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	18.4	(1.341.208)	(1.413.202)	(2.116.146)	(2.191.872)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos intercompanhia		(1.050.217)	(1.049.552)	-	-
Pagamento de passivos de arrendamentos	16	(428.312)	(477.041)	(497.299)	(525.850)
Alienação de ações mantidas em tesouraria		33.050	22.567	33.050	22.567
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(423.263)	-	(423.263)	-
Aumento de capital em controladas pelos não controladores	5	-	-	3.613.700	50.000
Pagamento dividendos SPEs		-	-	(141.083)	(193.626)
Pagamento dividendos SCPs		-	-	(24.186)	(22.781)
Dividendos/Juros sobre capital próprio pagos		(957.000)	(1.562.624)	(957.000)	(1.562.624)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(4.667.982)	(2.584.343)	(1.015.009)	(2.548.406)
Aumento de caixa e equivalentes		962.658	(3.888.812)	3.499.222	(3.611.148)
Efeito de variação cambial de caixa e equivalentes		(92.833)	468.397	(129.377)	788.490
Aumento de caixa e equivalentes		869.825	(3.420.415)	3.369.845	(2.822.658)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		4.709.506	8.129.921	6.736.171	9.558.829
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		5.579.331	4.709.506	10.106.016	6.736.171

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		(Reapresentado Nota 2.1)		(Reapresentado Nota 2.1)	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receitas					
Venda produtos		23.184.031	22.011.574	23.582.128	22.504.773
Variação no valor justo dos ativos biológicos	15.2	546.187	504.101	1.671.361	1.070.557
Outras receitas (despesas)		(10.486)	49.784	16.133	66.758
Receitas relativas à construção de ativos próprios		4.167.116	4.459.536	3.687.571	4.132.368
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD)		(8.299)	10.094	(6.919)	10.122
		27.878.549	27.035.089	28.950.274	27.784.578
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos vendidos		(10.807.543)	(9.518.842)	(9.080.357)	(8.481.430)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(6.485.122)	(7.384.278)	(6.636.876)	(7.187.511)
Perdas estimadas de ativos		(52.478)	(45.701)	(54.874)	(86.323)
		(17.345.143)	(16.948.821)	(15.772.107)	(15.755.264)
Valor adicionado bruto		10.533.406	10.086.268	13.178.167	12.029.314
Retenções					
Depreciação, amortização e exaustão		(3.954.548)	(3.148.446)	(4.990.437)	(3.963.554)
Valor adicionado líquido produzido		6.578.858	6.937.822	8.187.730	8.065.760
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	12	679.049	1.015.220	(433)	25.047
Receitas financeiras, incluindo variação cambial		663.598	1.627.311	579.201	1.826.918
		1.342.647	2.642.531	578.768	1.851.965
Valor adicionado total a distribuir		7.921.505	9.580.353	8.766.498	9.917.725
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		1.755.814	1.664.949	1.800.599	1.711.015
Benefícios		662.440	604.169	679.156	615.380
FGTS		134.153	130.607	135.113	131.725
		2.552.407	2.399.725	2.614.868	2.458.120
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		724.180	489.440	1.213.502	711.943
Estaduais		579.974	664.117	612.990	676.793
Municipais		3.989	5.580	7.667	6.569
		1.308.143	1.159.137	1.834.159	1.395.305
Remuneração de capital de terceiros					
Juros		2.647.103	4.182.371	2.628.543	4.009.246
Aluguéis		10.717	8.109	10.717	8.109
		2.657.820	4.190.480	2.639.260	4.017.355
Remuneração de capital próprio					
Dividendos e Juros sobre capital próprio		1.112.000	1.477.000	1.112.000	1.477.000
Lucro líquido do exercício		291.135	354.011	291.135	354.011
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	275.076	215.934
		1.403.135	1.831.011	1.678.211	2.046.945
Valor adicionado distribuído		7.921.505	9.580.353	8.766.498	9.917.725

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Klabin S.A. (“Klabin”), em conjunto com suas controladas e controlada em conjunto (coletivamente “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Klabin possui ações e certificados de depósitos de ações (*units*) negociados na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão – “B3”), listada no segmento Nível 2 de Governança Corporativa, sob os *tickers* KLBN3, KLBN4 e KLBN11. Sua *unit* possui proporção de 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) preferenciais. Além disso, a Klabin possui *American Depository Receipts* (“ADRs”) na proporção de 2 (duas) *unit*, Nível I, negociadas no mercado de balcão norte-americano sob o *ticker* KLBAY.

A Companhia atua nos segmentos florestal, celulose, papel e embalagens, atendendo aos mercados interno e externo com fornecimento de madeira, celulose branqueada, papéis para embalagem, sacos de papel e caixas de papelão ondulado. Suas atividades são integradas desde o reflorestamento (silvicultura) até a fabricação dos produtos finais.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 21 unidades industriais distribuídas pelo território nacional (22 unidades em 31 de dezembro de 2024) e uma unidade industrial na Argentina. Possuía também, centros de tecnologia para o desenvolvimento de novos produtos, com base florestal, mudas de alto teor produtivo e resistência e embalagens para diversos propósitos, e opera dois escritórios comerciais, sendo um nos Estados Unidos e outro na Áustria.

A Companhia também possuía 910 mil hectares de áreas totais, sendo 462 mil hectares de áreas produtivas (de pinus e de eucalipto) e 448 mil hectares de áreas de conservação e áreas sem plantio (911 mil hectares totais, sendo 463 mil hectares de áreas plantadas e 488 mil hectares de áreas de conservação e áreas sem plantio em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia também tem participação em outras sociedades (notas explicativas 4 e 12), cujas atividades operacionais estão relacionadas com seus objetivos de negócio, sendo um terminal no porto de Paranaguá localizado no Paraná e empresas reflorestadoras visando o abastecimento das fábricas, bem como a viabilização de projetos de expansão.

1.1 Projeto Figueira (Unidade Piracicaba II)

A Companhia, em 22 de abril de 2024, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, o início das operações da nova unidade de papelão ondulado (“Piracicaba II”) localizada na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo. A nova planta possui capacidade total de produção de papelão ondulado de 240 mil toneladas por ano.

O investimento total previsto no Projeto Figueira é de R\$ 1.500.000, incluindo aproximadamente R\$ 170.000 referentes a impostos recuperáveis. Os desembolsos tiveram início em 2022, com previsão de

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

conclusão em 2026, com financiamento proveniente do caixa da Companhia. Até 31 de dezembro de 2025, o valor desembolsado totalizou R\$ 1.373.272 (R\$ 1.328.785 até 31 de dezembro de 2024).

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), atualmente denominadas “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, detalhadas na nota explicativa 2.3.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou reclassificações nos saldos apresentados no exercício comparativo com o objetivo de melhorar a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado. Essas reclassificações referem-se ao saldo anteriormente classificados como "Materiais, energia, serviços de terceiros e outros" (Insumos adquiridos de terceiros), que foram realocados para "Receitas relativas à construção de ativos próprios" (Receitas), em razão das aquisições realizadas no exercício.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2026, aprovou e autorizou a emissão e divulgação das Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, após a análise e validação do Comitê de Auditoria. O Conselho Fiscal, conforme suas atribuições legais, também revisou as Demonstrações Financeiras, emitindo seu parecer sobre a conformidade e precisão das informações divulgadas.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

2.1 Reapresentação dos Saldos Comparativos

Algumas rubricas para as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ora apresentadas, foram reclassificadas para permitir a comparabilidade com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

BALANÇO PATRIMONIAL	Nota	Controladora			Consolidado					
		Publicado	Reclassificação	Reapresentado	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado	Reapresentado	Referência
PASSIVO	Explicativa	31.12.2024		31.12.2024	01.01.2024	31.12.2024		31.12.2024	01.01.2024	
Circulante										
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	1.941.974	(368.773)	1.573.201	1.662.979	1.813.049	-	1.813.049	1.560.843	(a)
Partes relacionadas	8	158.430	368.773	527.203	11.283	-	-	-	-	(a)
Total do passivo circulante		2.100.404	-	2.100.404	1.674.262	1.813.049	-	1.813.049	1.560.843	
Não circulante										
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	38.193.570	(16.453.560)	21.740.010	30.023.775	37.891.188	-	37.891.188	29.780.401	(a)
Partes relacionadas	8	164.252	16.453.560	16.617.812	-	-	-	-	-	(a)
Total do passivo não circulante		38.357.822	-	38.357.822	30.023.775	37.891.188	-	37.891.188	29.780.401	
Total do passivo		40.458.226	-	40.458.226	31.698.037	39.704.237	-	39.704.237	31.341.244	
Patrimônio líquido										
Ajustes de avaliação patrimonial		(3.386.252)	36.668	(3.349.584)	1.844.115	(3.386.252)	36.668	(3.349.584)	1.844.115	(b)
Ágio em transações de capital em controladas		36.668	(36.668)	-	-	36.668	(36.668)	-	-	(b)
Patrimônio líquido dos acionistas da Klabin	20	(3.349.584)	-	(3.349.584)	1.844.115	(3.349.584)	-	(3.349.584)	1.844.115	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA										
		Controladora			Consolidado					
		Publicado	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado	Reapresentado	Referência	
		31.12.2024		31.12.2024	31.12.2024	31.12.2024		31.12.2024		
Ajustes por										
Despesa com custo de transação				95.885	95.885			115.614	115.614	(a)
Receita de juros com debêntures intercompanhias				(133.539)	(133.539)			-	-	(a)
Instrumentos financeiros derivativos				(769.643)	61.540			(769.643)	61.540	(708.103)
Variações nos ativos e passivos										
Contas a receber de clientes e partes relacionadas				710.351	27.600			763.051	763.051	(c)
Fornecedores e partes relacionadas				(1.186.202)	133.539			(1.908.822)	(1.908.822)	(a)
Outros passivos				26.116	(228.661)			(39.089)	(61.540)	(100.629)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		(1.219.378)		(43.636)	(1.263.014)	(1.954.503)		115.614	(1.838.889)	
Atividades de Investimento										
Aporte de capital				(3.846.320)	167.121			-	-	(c)
Adiantamento para futuro aumento de capital				(105.979)	(27.600)			-	-	(c)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(3.952.299)		139.521	(3.812.778)	(3.425.459)		115.614	(1.838.889)	
Atividade de Financiamento										
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures				(1.233.587)	(95.885)			(1.233.587)	(115.614)	(1.349.201)
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures				(2.462.754)	1.049.552			(2.191.872)	-	(2.191.872)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos intercompanhia				-	(1.049.552)			-	-	(a)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(3.696.341)		(95.885)	(3.792.226)	(3.425.459)		115.614	(1.838.889)	
DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS										
		Controladora			Consolidado					
		Publicado	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado	Reapresentado	Referência	
		31.12.2024		31.12.2024	31.12.2024	31.12.2024		31.12.2024		
Receitas										
Receitas relativas à construção de ativos próprios				4.459.536	-			5.592.058	(1.459.690)	4.132.368
Insumos adquiridos de terceiros										
Custo dos produtos vendidos				(9.526.951)	8.109			(8.489.539)	8.109	(8.481.430)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros				(7.429.979)	45.701			(8.733.524)	1.546.013	(7.187.511)
Perdas estimadas de ativos				-	(45.701)			-	(86.323)	(86.323)
Remuneração de capital de terceiros										
Aluguéis				-	8.109			-	8.109	8.109

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Balanço Patrimonial e Demonstração dos Fluxos de Caixa

Segregação de valores relacionados a “Empréstimos, financiamentos e debêntures” com terceiros e “Partes relacionadas”, para refletir adequadamente a natureza das obrigações. Além disso, houve a abertura de despesas com custo de transação.

(b) Balanço Patrimonial

Para melhor evidenciação dos efeitos decorrentes de variações de participação societária em controladas, foi realizada reclassificação entre as rubricas “Ágio em transações de capital em controladas” e “Ajustes de avaliação patrimonial”.

(c) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Determinados fluxos de caixa foram reclassificados entre as categorias de atividades operacionais e de investimento, de forma a refletir de maneira mais adequada a natureza das transações, anteriormente apresentados de forma agregada.

(d) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Para fins de melhor apresentação no consolidado, foram reapresentados os efeitos de transações, e suas correspondentes contrapartidas, entre a Companhia e suas controladas florestais.

(e) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Abertura dos valores relativos a aluguéis creditados a terceiros.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2026, aprovou e autorizou a emissão e divulgação das Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, após a análise e validação do Comitê de Auditoria. O Conselho Fiscal, conforme suas atribuições legais, também revisou as Demonstrações Financeiras, emitindo seu parecer sobre a conformidade e precisão das informações divulgadas.

2.2 Práticas contábeis materiais

2.2.1 conversão de moeda estrangeira

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação da Companhia, de suas controladas e controlada em conjunto, exceto da controlada Klabin Argentina Ltda., a qual tem como moeda funcional o peso argentino (ARS\$).

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas aplicando a taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no fechamento do exercício, são reconhecidos na demonstração do resultado da Companhia.

b) Controladas no exterior

As controladas Klabin Austria GmbH e Klabin Forest Products Company têm a mesma moeda funcional da Companhia. A controlada Klabin Argentina, que tem moeda funcional diferente da Companhia, e tem suas diferenças cambiais resultantes da conversão de suas Demonstrações Financeiras contabilizadas separadamente em conta do patrimônio líquido, denominada “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

Os ativos e passivos dessa controlada no exterior são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento da data do balanço. As receitas e despesas são convertidas pelas taxas de câmbio das datas das operações.

c) Economia hiperinflacionária

A Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua controlada Klabin Argentina S.A., utilizando as regras da CPC 42/IAS 29. Os efeitos apurados decorrentes da conversão da moeda funcional (pesos argentinos) para a moeda de apresentação (real) estão registrados na demonstração do resultado abrangente, e impactam o resultado do exercício somente quando da sua alienação ou dissolução.

De acordo com o CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 – *Financial Reporting in Hyperinflationary Economies*), os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controlada que opera em economia altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compra da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As Demonstrações Financeiras de uma entidade cuja moeda funcional é a moeda de uma economia altamente inflacionária, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para real na taxa de câmbio de fechamento do exercício.

2.2.2 Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após 12 meses subsequentes à data-base das referidas Demonstrações Financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, se aplicável, até a data do balanço.

2.2.3 Subvenções governamentais

De acordo com o CPC 07 (R1), as subvenções governamentais são reconhecidas quando existe razoável segurança de que a Companhia cumprirá as condições estabelecidas e de que os recursos serão efetivamente recebidos.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As subvenções recebidas para compensação de despesas ou custos são reconhecidas no resultado do exercício como redução das respectivas despesas que se propõem a compensar.

As subvenções governamentais relacionadas a investimentos em ativos são registradas no balanço patrimonial como dedução do custo do ativo a que se referem e apropriadas ao resultado ao longo de sua vida útil, por meio da redução da despesa de depreciação.

Os incentivos fiscais relacionados à redução ou crédito de tributos são reconhecidos diretamente na apuração dos respectivos impostos, resultando em menor valor a pagar.

Quando aplicável, os benefícios de subvenções governamentais sujeitos à restrição de distribuição são destinados à “Reserva de lucros – incentivos fiscais”, não havendo tais restrições atualmente em razão da Lei nº 14.789.

2.2.4 Demonstração dos fluxos de caixa

A informação sobre fluxo de caixa proporciona aos usuários das Demonstrações Financeiras uma base para avaliar a capacidade da entidade para gerar caixa e seus equivalentes e as necessidades da entidade para utilizar esses fluxos de caixa, o modelo utilizado é o método indireto.

O CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7 – *Statement of Cash Flows*) define os requisitos para a apresentação da demonstração do fluxo de caixa e respectivas divulgações (CPC 26 (R1)).

Os seguintes tópicos principais devem ser apresentados em todos os fluxos de caixa:

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da entidade;
- Atividades de investimento: são as aquisições e vendas de ativos de longo prazo; e
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos empréstimos da entidade.

A Companhia utiliza operações de risco sacado com o objetivo de otimizar sua estrutura de capital na aquisição de madeira em pé. Os pagamentos aos fornecedores são apresentados no fluxo de caixa como atividades operacionais, enquanto o ajuste a valor presente dessas operações é classificado como atividade de financiamento. As políticas contábeis aplicáveis e demais detalhes encontram-se descritos na Nota 17.1.

2.2.5 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado é obrigatória apenas para companhias de capital aberto, de acordo com o item 3 da NBC TG 09, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.138/08 e alterada pela Resolução CFC n.º 1.162/09. Essa demonstração, com base no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

No registro das receitas e despesas do exercício e na elaboração das Demonstrações Financeiras, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas do exercício e outras transações. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração é elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das Demonstrações Financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do suporte formal de especialistas, quando aplicável.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais. Essas estimativas são revisadas periodicamente.

Os principais itens avaliados incluem o ajuste a valor justo dos ativos biológicos, cuja natureza é suscetível a fatores biológicos e ambientais como crescimento, reprodução e degeneração. Essa avaliação permite analisar a razoabilidade das premissas, estimativas e metodologias empregadas, bem como os potenciais impactos associados. Além disso, a contabilidade de *hedge*, de fluxo de caixa e valor justo possibilita o reconhecimento consistente dos efeitos dos instrumentos de *hedge* em relação ao tratamento contábil dos itens protegidos.

Os itens críticos sujeitos a essas estimativas ou julgamentos são:

Nota Explicativa	Estimativas e Julgamentos críticos
7	Análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.
9	Determinação sobre as perdas estimadas com estoque.
11	Imposto de renda e contribuição social diferidos.
13	Revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado.
13.6	Análise da recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis.
15	Ajuste a valor justo dos ativos biológicos.
16	Períodos de contrato e taxa incremental de financiamento em contratos de arrendamento.
11 e 19	Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.
11 e 19	Incertezas tributárias do imposto de renda e contribuição social.
24	Transações com plano de incentivos de longo prazo.
27	Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.
28	Contabilidade de <i>hedge</i> e de fluxo de caixa.
29	Compromissos com plano de benefícios de colaboradores.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS, REVISÕES E INTERPRETAÇÕES

Os pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) são aplicados pela Companhia de acordo com suas respectivas datas de vigência.

Adicionalmente, o IASB continua emitindo novos pronunciamentos e revisões de normas existentes, os quais são incorporados ao arcabouço contábil brasileiro por meio do processo de convergência pelo CPC e entrarão em vigor em exercícios futuros. Os principais pronunciamentos e revisões emitidos até a data de autorização destas Demonstrações Financeiras estão apresentados a seguir:

Pronunciamentos e Revisões	Alteração / Aprimoramento	Aprovação	Vigência
CPC 02 (R2) <i>Efeito das mudanças nas taxas de câmbio / IAS 21</i>	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis que exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda.	05.07.2024	01.01.2025
OCPC 10 - <i>Créditos de Carbono</i>	Estabelece normas específicas para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização.	18.10.2024	01.01.2025
CPC 48 - <i>Instrumentos Financeiros/IFRS Financial instruments 9 e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação/IFRS 7</i>	O IASB traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes.	30.05.2024	01.01.2026
CPC 51 – <i>Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis</i>	Substitui o IAS 1 (CPC 26 (R1)) e traz mudanças em relação a apresentação de categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado e divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração.	10.10.2025	01.01.2027

A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes da adoção dos pronunciamentos e revisões que entrarão em vigor em exercícios futuros, à medida que tais normativos sejam regulamentados pelos órgãos competentes.

Com exceção do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (IFRS 18), cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

desempenho definidas pela Administração (MPMs), acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas Demonstrações Financeiras.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As Demonstrações Financeiras das controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas Demonstrações Financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As seguintes políticas são aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas:

a) Controladas

A Companhia possui participação direta em todas as suas controladas e essas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que deixa de ter o controle.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem aquisição ou perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

b) Controlada em conjunto

A Pinus Taeda Florestal S.A. é uma entidade com controle compartilhado (*joint venture*) com a Companhia, que por sua vez, tem envolvimento por meio de membros no Conselho de Administração, mas não exerce controle nem gestão operacional das atividades diárias. A Pinus Taeda opera terras e florestas em regiões fora do perímetro de atuação principal da Companhia. A empresa controlada em conjunto é avaliada pelo método de equivalência patrimonial tanto nas Demonstrações Financeiras individuais quanto nas consolidadas.

4.1 Participação de acionistas não controladores

A Companhia apresenta a participação de acionistas não controladores nas suas Demonstrações Financeiras consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis a eles na demonstração de resultado.

4.2 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações de partes relacionadas, quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações de partes relacionadas e lucros não realizados provenientes de operações efetuadas entre a

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia e as empresas controladas, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação econômica da Companhia na controlada. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As Demonstrações Financeiras consolidadas abrangem a Klabin S.A., suas controladas, sociedades em conta de participação e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, conforme demonstrado abaixo:

Empresas controladas	País Sede	Atividade	Participação - %	
			31.12.2025	31.12.2024
Klabin da Amazônia - Soluções em Embalagens de Papel Ltda (Klabin Amazônia)	Brasil	Fabricação e comercialização de produtos	100%	100%
Klabin Argentina S.A. (Klabin Argentina)	Argentina	Sacos industriais	100%	100%
Klabin Austria GmbH (Klabin Austria)	Austria	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	100%	100%
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda. (KPPF)	Brasil	Fabricação de produtos fitoterápicos	100%	100%
Klabin Fitoprodutos Ltda. (KLAFITO) (v)	Brasil	Produção de fitoterápicos	98%	100%
Klabin Forest Products Company (KEUA)	Estados Unidos	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	100%	100%
Klabin Paranaguá SPE S.A. (Klabin Paranaguá)	Brasil	Serviços portuários	100%	100%
IKAPÊ Empreendimentos Ltda. (IKAPÊ)	Brasil	Hotelaria	100%	100%
Klabin ForYou Soluções em Papel S.A. (ForYou)	Brasil	Serviços de personalização de embalagens	100%	100%
Manacá Reflorestadora S.A. (Manacá)	Brasil	Reflorestamento	100%	100%
Cambará Reflorestadora S.A. (Cambará) (i)	Brasil	Reflorestamento	53%	100%
Pinheiro Reflorestadora S.A. (Pinheiro)	Brasil	Reflorestamento	100%	100%
Imbuia Reflorestadora S.A. (Imbuia)	Brasil	Reflorestamento	100%	100%
Itararé Reflorestadora S.A. (Itararé) (i)	Brasil	Reflorestamento	54%	100%
Paraná Reflorestadora S.A. (Paraná)	Brasil	Reflorestamento	100%	100%
Arapoti Reflorestadora S.A. (Arapoti) (i)	Brasil	Reflorestamento	25%	100%
Florestal Vale do Corisco S.A. (VDC) (iv)	Brasil	Reflorestamento	46%	65%
Kla Holding S.A. (Kla Holding)	Brasil	Participação em Companhias	51%	51%
Cerejeira Reflorestadora S.A. (Cerejeira) (ii)	Brasil	Reflorestamento	55%	50%
Guaricana Reflorestadora S.A. (Guaricana)	Brasil	Reflorestamento	35%	35%
Sapopema Reflorestadora S.A. (Sapopema)	Brasil	Reflorestamento	26%	26%
Aroeira Reflorestadora S.A. (Aroeira)	Brasil	Reflorestamento	29%	29%
Erva-Mate Reflorestadora S.A. (Erva-Mate)	Brasil	Reflorestamento	100%	100%
Jacarandá Reflorestadora S.A. (Jacarandá) (i)	Brasil	Reflorestamento	28%	100%
Florestal Santa Catarina S.A. (Santa Catarina)	Brasil	Reflorestamento	100%	100%
Eucalipto São Nicolau S.A. (São Nicolau) (iii)	Brasil	Gestão Imobiliária	69%	0%
Pinus Sul S.A. (Pinus Sul) (iii)	Brasil	Gestão Imobiliária	76%	0%
Pitangueira S.A. (Pitangueira) (iii)	Brasil	Gestão Imobiliária	74%	0%

Empresas controladas - Indiretas

Paineira Reflorestadora Ltda (Paineira)	Brasil	Reflorestamento	100%	100%
Florestal Vale do Corisco S.A. (VDC) (iv)	Brasil	Reflorestamento	54%	35%
Klabin Fitoprodutos Ltda. (KLAFITO) (v)	Brasil	Produção de fitoterápicos	2%	0%

Sociedades em Conta de Participação

Sociedade em Conta de Participação - Harmonia (Harmonia)	Brasil	Reflorestamento	100%	100%
Sociedade em Conta de Participação - Araucária (Araucária)	Brasil	Reflorestamento	100%	100%
Sociedade em Conta de Participação - Serrana (Serrana)	Brasil	Reflorestamento	100%	100%

Empresas controladas em conjunto

Pinus Taeda Florestal S.A. (Figueira)	Brasil	Reflorestamento	26%	26%
---------------------------------------	--------	-----------------	-----	-----

(i) Alteração no percentual referente ao Projeto Plateau, vide informações na nota explicativa 5.1.

(ii) Alteração de percentual referente ao aporte realizado pela Companhia em 21 de janeiro de 2025.

(iii) Empresas constituídas no segundo semestre de 2025 para viabilização da operação Florestal, vide informações na nota explicativa 5.2.

(iv) Alteração de percentual em razão do aporte realizado pela controlada sob controle comum Erva-Mate, que aumentou sua participação na VDC.

(v) Alteração de percentual em razão do aporte realizado pela controlada sob controle comum KPPF, que aumentou sua participação na KLAFITO.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO

5.1 Closing Projeto Plateau

A Companhia concluiu em 15 de dezembro de 2025, a operação com uma *Timber Investment Management Organization* (“TIMO”), denominada “Operação” ou “Projeto Plateau”. Em decorrência da Operação, foram aportados para a composição do patrimônio das quatro sociedades de propósito específico (“SPEs”) 23 mil hectares de florestas plantadas e 4 mil hectares de terras produtivas pela Klabin, bem como aportes em caixa realizados pela TIMO no montante total de R\$ 2.680.418.

A conclusão do Projeto Plateau ocorreu após a verificação e o cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

5.2 Projetos de arrendamento de terras

A Companhia concluiu, em 26 de setembro de 2025, operação com investidor institucional para investimento em duas sociedades de propósito específico (“SPEs”), cujo patrimônio foi constituído por aporte de 30 mil hectares de terras produtivas pela Klabin e por aporte em caixa de R\$ 600.000 pelo investidor institucional.

Em 03 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu nova operação com investidor institucional para investimento em uma nova SPE, cujo patrimônio foi constituído por aporte de 15 mil hectares de terras produtivas pela Klabin e por aporte em caixa de R\$ 300.000 pelo investidor institucional.

5.3 Aumento de capital com bonificação de ações e distribuição de dividendos intercalares

Em 08 de dezembro de 2025, em reunião do Conselho de Administração, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante total de R\$ 1.112.000, com base nos lucros acumulados do exercício social apurados em balanço de 30 de setembro de 2025. Os dividendos correspondem a R\$ 0,18238868899 por ação ordinária ou preferencial e R\$ 0,91194344495 por Unit, serão imputados ao dividendo obrigatório e considerados para fins de cumprimento da Política de Dividendos da Companhia. O pagamento ocorrerá em quatro parcelas iguais de R\$ 278.000, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de 2026, fazendo jus ao recebimento os acionistas constantes da base acionária em 15 de dezembro de 2025, sendo as ações negociadas ex-dividendos a partir de 16 de dezembro de 2025.

Na mesma data, foi aprovado aumento de capital social no valor de R\$ 800.000, mediante a capitalização de parte da Reserva Estatutária para Investimentos e Capital de Giro, com a emissão gratuita de 61.796.819 novas ações, sendo 22.899.014 ações ordinárias e 38.897.805 ações preferenciais, a título de bonificação, na proporção de 1% (uma nova ação para cada 100 ações detidas). Em decorrência da operação, o capital social da Companhia passará a totalizar R\$ 6.875.625, dividido em 6.241.478.850 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações emitidas terão os mesmos direitos das ações existentes, exceto quanto aos dividendos intercalares ora declarados, e farão jus às distribuições futuras após a data de

emissão, observadas as regras aplicáveis às Units, às frações de ações e aos prazos de negociação e crédito das ações bonificadas.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

6.1 Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos - moeda nacional	4.586	9.151	7.674	32.440
Caixa e bancos - moeda estrangeira (i)	65	223.853	59.157	1.036.503
Aplicações - moeda nacional	4.203.680	4.476.502	6.428.817	5.425.206
Aplicações - moeda estrangeira (i)	1.371.000	-	3.610.368	242.022
Total de caixa e equivalentes de caixa	5.579.331	4.709.506	10.106.016	6.736.171

(i) Substancialmente em dólares americanos

As aplicações financeiras em moeda nacional, são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, correspondentes a certificados de depósitos bancários (CDBs) e outras operações compromissadas, são indexadas pela variação do certificado de depósito interfinanceiro (CDI), com taxa média anual de remuneração de 15,13% na controladora e 15,09% no consolidado em 31 de dezembro de 2025 (12,35% na controladora e 12,36% no consolidado em 31 de dezembro de 2024), as aplicações financeiras não são mantidas para investimentos ou outros propósitos. Os recursos em moeda estrangeira classificados em “Caixa e bancos”, que correspondem majoritariamente a operações de *time deposit*, possuem taxa média anual de remuneração de 4,22%, em 31 de dezembro de 2025 (3,99% em 31 de dezembro de 2024), com liquidez imediata garantida pelas instituições financeiras.

6.2 Títulos e valores mobiliários

	Taxa média	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Títulos do Tesouro Direto (NTN-B)	IPCA + 4,52% a.a.	2026 a 2040	774.414	778.815	774.414	778.815
Recompra CRA	CDI	2025	-	456	-	456
Bonds (USD)	3,52% a 4,02%	2028 e 2038	10.955	14.766	10.955	14.766
Total de títulos e valores mobiliários			785.369	794.037	785.369	794.037

Política contábil

Representam os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um risco remoto de mudança de valor, de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7 – *Statement of Cash Flows*).

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, vencimento de longo prazo, com alta liquidez, e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado), correspondentes ao seu valor justo.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Clientes				
Nacionais	1.843.460	1.351.523	1.938.293	1.431.878
Estrangeiros	256.232	299.707	518.664	449.155
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	2.099.692	1.651.230	2.456.957	1.881.033
Total de contas a receber	2.049.229	1.589.164	2.404.326	1.815.129
A Vencer	2.004.505	1.552.861	2.334.894	1.755.535
1 a 10 dias	12.733	4.613	14.968	4.792
11 a 30 dias	15.589	19.001	36.081	33.163
31 a 60 dias	11.229	10.476	11.206	16.560
61 a 90 dias	4.202	1.510	5.576	3.539
+ de 90 dias	971	703	1.601	1.540
Vencidos	44.724	36.303	69.432	59.594
Ativo circulante	2.049.229	1.589.164	2.404.326	1.815.129

Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes corresponde a aproximadamente 90 dias (85 dias em 31 de dezembro de 2024), para as vendas realizadas no mercado interno, e aproximadamente 99 dias (146 dias em 31 de dezembro de 2024) para vendas realizadas no mercado externo, havendo cobrança de juros após o vencimento do prazo definido na negociação.

7.1 Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD)

A Companhia mantém apólice de seguro determinados para os recebíveis nos mercados interno e externo nos montantes de R\$ 240.000 e de US\$ 50 milhões, respectivamente, para todas as unidades de negócio, exceto para os clientes de madeira da unidade Florestal, além de determinados clientes que não atendam às exigências específicas de risco, tais como continuidade e liquidez. A apólice vigente tem vencimento em setembro de 2026.

A movimentação das perdas estimadas está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	(65.632)	(69.389)
Perdas estimadas do exercício	(20.605)	(29.010)
Reversões de perdas estimadas	29.510	36.863
Variação cambial	(6.528)	(6.637)
Baixa definitiva	1.189	2.269
Em 31 de dezembro de 2024	(62.066)	(65.904)
Perdas estimadas do exercício	(45.825)	(48.156)
Reversões de perdas estimadas	29.117	32.813
Variação cambial	19.902	20.192
Baixa definitiva	8.409	8.424
Em 31 de dezembro de 2025	(50.463)	(52.631)

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2 Operações de desconto de recebíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas operações de desconto de recebíveis com clientes específicos no montante de R\$ 7.766.203 na controladora de R\$ 12.157.012 no consolidado (R\$ 5.924.893 na controladora de R\$ 9.978.574 no consolidado em 31 de dezembro de 2024), para os quais todos os riscos e benefícios associados aos ativos foram transferidos para a contraparte.

Os encargos financeiros na operação de desconto de recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 257.830 na controladora e R\$ 311.298 no consolidado, classificados no resultado financeiro (nota explicativa 23) (R\$ 134.469 na controladora e R\$ 183.046 no consolidado em 31 de dezembro de 2024).

Política contábil

O contas a receber é registrado pelo valor nominal faturado, que corresponde ao seu valor justo, no curso normal das atividades da Companhia, ajustado pela variação cambial quando denominado em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzido das perdas de crédito esperadas.

No contexto do ciclo operacional, a Administração considera que existe um alinhamento entre prazos médios de recebimento e de pagamento.

As perdas de crédito esperadas (PECLD) são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando:

- (i) o conceito de perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que têm probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas Demonstrações Financeiras;
- (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de *impairment*, e
- (iii) ativos financeiros que já apresentavam indicação de *impairment* em 31 de dezembro 2025.

A Companhia efetua antecipação de recebíveis cobrados pelas instituições financeiras e reconhecidas no resultado financeiro como despesa com juros por se tratar de antecipação de recebíveis com bancos.

A Companhia realiza cessões de recebíveis de determinados clientes. Nessas operações, há transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos cedidos; consequentemente, os recebíveis são desreconhecidos do saldo de Contas a Receber na data da cessão, em consonância com o CPC 48/IFRS 9.

8. PARTES RELACIONADAS

8.1 Ativos e passivos com partes relacionadas

Ativo circulante	Natureza	31.12.2025	Controladora 31.12.2024
Klabin Argentina	Contas a receber pela venda de produtos	85.879	143.296
Sociedade em conta de participação	Serviço de silvicultura	15.655	39.130
Klabin Austria	Contas a receber pela venda de produtos	1.783.992	7.066
KEUA	Contas a receber pela venda de produtos	80.191	78.667
Itararé	Serviço de silvicultura / Debêntures	14	115.573
Cambará	Debêntures intercompanhia	-	52.911
Arapoti	Serviço de silvicultura / Debêntures	227	513.513
Jacarandá	Serviço de silvicultura / Debêntures	16	182.351
Outras	Contas a receber pela venda de produtos / Serviço de silvicultura	17.388	19.309
Figueira	Dividendos a receber	7.981	-
Total Controladora		1.991.343	1.151.816

Ativo circulante	Natureza	31.12.2025	Consolidado 31.12.2024
Figueira	Dividendos a receber	7.981	-
Total Consolidado		7.981	-

Ativo não circulante	Natureza	31.12.2025	Controladora 31.12.2024
Klabin Austria	Reembolsos diversos	1.749	-
Sociedade em conta de participação	Serviço de silvicultura	137	-
Itararé	Debêntures	78	265.511
Jacarandá	Debêntures	7	435.399
Cambará	Debêntures	-	122.252
Arapoti	Debêntures	-	1.184.969
Figueira	Dividendos a receber	23.741	-
Outras	Serviço de silvicultura	460	177.518
Total Controladora		26.172	2.185.649

Ativo não circulante	Natureza	31.12.2025	Consolidado 31.12.2024
Figueira	Dividendos a receber	23.741	-
Total Consolidado		23.741	-

Passivo circulante	Natureza	31.12.2025	Controladora 31.12.2024
			(Reapresentado Nota 2.1)
Klabin Austria	Empréstimos	290.597	368.964
Pinus Sul	Arrendamento de terras	8.630	-
Paraná	Compra de madeira	5.025	-
Outras	Compra de madeira	33.047	158.239
		337.299	527.203

Passivo não circulante	Natureza	31.12.2025	Controladora 31.12.2024
			(Reapresentado Nota 2.1)
Klabin Austria	Empréstimos	12.171.859	16.453.560
Outras	Reembolsos diversos	8.265	164.252
		12.180.124	16.617.812

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

8.2 Transações com partes relacionadas

Receita de vendas	Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Klabin Argentina	Vendas de produtos	58.987	53.963
Sociedade em conta de participação	Serviço de silvicultura	69.415	39.612
Klabin Austria	Vendas de produtos	5.144.703	4.305.454
KEUA	Vendas de produtos	88.025	128.575
Klabin Amazônia	Venda de produtos	83.860	96.357
Outras	Serviço de silvicultura	171.329	57.846
		5.616.319	4.681.807

Compras	Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Sociedade em conta de participação	Compra de madeira	(208.844)	(362.919)
Aroeira	Compra de madeira	(93.542)	(227.126)
Guaricana	Compra de madeira	(115.014)	(134.384)
Sapopema	Compra de madeira	(106.885)	(129.412)
Itararé	Compra de madeira	(23.111)	(59.648)
Arapoti	Compra de madeira	(81.086)	(72.912)
Erva-Mate	Compra de madeira	(142.458)	(292.820)
Jacarandá	Compra de madeira	(2.501)	(100.622)
Outras	Compra de madeira	(85.408)	(584.405)
		(858.849)	(1.964.248)

Resultado financeiro	Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Klabin Argentina	Variação cambial	(20.723)	84.024
Klabin Austria	Variação cambial	(1.809.243)	(5.788.343)
Klabin Austria	Juros de empréstimos	971.967	1.129.792
KEUA	Variação cambial	(11.755)	15.280
Itararé	Juros de debêntures	30.623	16.400
Arapoti	Juros de debêntures	136.643	75.403
Jacarandá	Juros de debêntures	48.600	7.512
Cambará	Juros de debêntures	14.102	7.546
Outras	Variação cambial / juros de debêntures	-	2.341
		(639.786)	(4.450.045)

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços equivalentes aos praticados no mercado. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

8.3 Remuneração e benefícios da Administração e Conselho Fiscal

A remuneração da Administração e do Conselho Fiscal é fixada anualmente pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO), de acordo com a legislação societária brasileira e o Estatuto Social da Companhia. Dessa forma, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 24 de abril de 2025, o montante global da remuneração anual dos Administradores, fixado em até R\$ 105.856 e do Conselho Fiscal, fixado em até R\$ 1.796 para o exercício de 2025 (R\$ 79.078 para remuneração anual dos administradores e R\$ 1.799 para remuneração anual do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2024).

O quadro a seguir demonstra a remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária:

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Remuneração da Administração e Conselho Fiscal		
Curto Prazo		
Honorários administrativos	29.134	28.237
Longo prazo		
Benefícios	3.848	3.699
Bônus e remuneração baseada em ações (i)	42.180	48.941
Total das remunerações	75.162	80.877

(i) Apenas para diretores estatutários.

Política contábil

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta por honorários mensais, incentivo de curto e longo prazos, benefícios (seguro de vida, assistência médica, farmácia, vale-refeição, vale-alimentação, previdência privada e check-up) buscando um alinhamento à mediana do mercado selecionado, bem como às práticas adotadas no pacote de benefícios dessas empresas.

Já o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia recebem honorários mensais fixos, além de seguro de vida e assistência médica como benefícios. Para participações em comitês é oferecida uma remuneração adicional.

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Produtos acabados	1.094.224	1.133.173	1.403.891	1.039.786
Produto em processo	76.603	67.580	81.383	70.941
Madeiras e toras	764.827	619.269	764.827	619.727
Material de manutenção	738.198	681.724	751.047	695.004
Matérias-primas	888.355	907.061	939.899	966.266
Perdas estimadas com estoque	(270.138)	(224.123)	(272.745)	(226.908)
Outros	15.933	49.656	15.682	51.122
Total de Estoques	3.308.002	3.234.340	3.683.984	3.215.938

Os estoques de matérias-primas incluem bobinas de papel transferidas das unidades produtivas para as unidades de conversão. Os estoques de produtos acabados estão, substancialmente, comprometidos com pedidos de venda aprovados.

A Companhia efetua a análise de ajuste ao valor recuperável de seus itens de estoques, sendo a despesa com a constituição das perdas estimadas com estoques registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “custo dos produtos vendidos”.

Não há produtos acabados cujo valor de mercado seja inferior ao custo, sendo a provisão apresentada composta basicamente por itens de manutenção e peças sobressalentes.

O custo dos produtos vendidos reconhecidos no resultado do exercício foi de R\$ 15.155.391 na controladora e R\$ 15.043.958 no consolidado (R\$13.496.810 na controladora e R\$ 13.344.298 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Política contábil

De acordo com o CPC 16 (R1) – Estoques (IAS 2 – *Inventories*), os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, sendo inferior aos valores da realização líquida dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados são valorizados pelo custo das matérias-primas processadas, mão de obra direta e outros custos de produção.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de perdas estimadas, constituídas em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. Adicionalmente, os produtos podem ser reciclados para a produção de novos estoques em decorrência da natureza dos produtos em casos de obsolescência ou danos físicos que impossibilitem a venda.

A Companhia constitui provisão para a cobertura de 100% do estoque para fins de análise de obsolescência e baixo giro para os casos que não tiver perspectiva de realização.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2025		31.12.2024		31.12.2025		31.12.2024	
	Ativo Circulante	Ativo não Circulante						
Imposto de renda e contribuição social	324.534	212.535	561.468	192.668	361.972	212.535	631.518	192.668
Imposto de renda e contribuição social a	324.534	212.535	561.468	192.668	361.972	212.535	631.518	192.668
ICMS	169.959	157.152	176.209	234.260	169.959	157.152	176.212	234.260
Pis e Cofins	115.647	2.762	185.249	10.335	118.193	2.762	188.383	10.335
Reintegra	9.794	-	4.755	-	9.794	-	4.755	-
Outros (i)	39.291	52.860	3.848	3.294	58.504	53.876	45.112	3.294
Demais Impostos a recuperar	334.691	212.774	370.061	247.889	356.450	213.790	414.462	247.889
Total	659.225	425.309	931.529	440.557	718.422	426.325	1.045.980	440.557

(i) Saldo contém o valor referente ao IVA calculado nas empresas do exterior.

a) IRPJ/CSLL

Em 23 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores relativos à taxa Selic, recebidos pelo contribuinte em razão de repetição de indébito tributário.

A Companhia, em 16 de outubro de 2019, impetrou mandado de segurança objetivando o reconhecimento da não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores decorrentes de atualização monetária e juros de mora, dentre eles a Selic, tendo em vista a sua natureza indenizatória, aplicados sobre as repetições de indébito tributário em que houve ganho de causa a favor da Companhia.

No final de 2023, a Companhia reconheceu os valores dos indébitos exclusivamente relacionados à taxa Selic na situação mencionada. A compensação dessa parcela se dará após o trânsito em julgado de seu processo judicial e posterior habilitação do crédito pela autoridade fiscal.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

b) ICMS

A Companhia possui saldos relativos a créditos de impostos e contribuições incidentes nas aquisições de ativo imobilizado conforme legislação vigente. Não há risco de não utilização do crédito de ICMS para os estabelecimentos onde há saldo de créditos, inclusive com a entrada em vigor da reforma tributária.

c) PIS/COFINS

O saldo registrado no ativo circulante refere-se ao crédito de Pis e Cofins apurado nos moldes do art. 3º das Leis 10.637/02 e 10.833/03. O montante registrado no grupo não circulante refere-se à apropriação dos créditos do Pis e da Cofins sobre edificações incorporadas ao ativo imobilizado, adquiridas ou construídas para utilização na produção dos bens comercializados pela Companhia, no prazo de 24 meses, calculados sobre o custo de construção ou aquisição da edificação, conforme disposição legal constante no art. 6º da Lei nº 11.488/07. Não há risco de não utilização do crédito de Pis e Cofins para os estabelecimentos onde há saldo de créditos, inclusive com a entrada em vigor da reforma tributária.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

A Companhia, enquadrada no regime de lucro real, manteve a sistemática de apuração anual para o ano-calendário de 2025, bem como a permanência no regime de caixa da variação cambial, ou seja, os efeitos cambiais são oferecidos para tributação à medida que são efetivamente liquidados. Essa opção não é válida para as controladas estrangeiras, que observam a alíquota nominal conforme disciplinado nas jurisdições em que estão sediadas. Para as demais entidades controladas, há a adoção da seguinte sistemática de tributação do IRPJ e da CSLL:

	Regime Tributação	Alíquota Nominal IRPJ	Alíquota Nominal CSLL
Empresas controladas			
Klabin Amazônia	Lucro Real (i)	25,00%	9,00%
KPPF	Lucro Real	25,00%	9,00%
KLAFITO	Lucro Real	25,00%	9,00%
Klabin Paranaguá	Lucro Real	25,00%	9,00%
IKAPÊ	Lucro Real	25,00%	9,00%
ForYou	Lucro Real	25,00%	9,00%
Manacá	Lucro Real	25,00%	9,00%
Paraná	Lucro Real	25,00%	9,00%
Sapopema	Lucro Real	25,00%	9,00%
Erva-Mate	Lucro Real	25,00%	9,00%
Pinheiro	Lucro Real	25,00%	9,00%
VDC	Lucro Real	25,00%	9,00%
Guaricana	Lucro Real	25,00%	9,00%
Aroeira	Lucro Real	25,00%	9,00%
Jacarandá	Lucro Real	25,00%	9,00%
Imbuia	Lucro Presumido (ii)	2,00%	1,08%
Itararé	Lucro Presumido (ii)	2,00%	1,08%
Arapoti	Lucro Presumido (ii)	2,00%	1,08%
Kla Holding	Lucro Presumido (ii)	2,00%	1,08%
Cerejeira	Lucro Presumido (ii)	2,00%	1,08%
Cambará	Lucro Presumido (ii)	2,00%	1,08%
Santa Catarina	Lucro Presumido (ii)	2,00%	1,08%
Eucalipto São Nicolau	Lucro Presumido (iii)	8,00%	2,88%
Pinus Sul	Lucro Presumido (iii)	8,00%	2,88%
Pitangueira	Lucro Presumido (iii)	8,00%	2,88%

Empresas controladas - Indiretas

Paineira	Lucro Real	25,00%	9,00%
----------	------------	--------	-------

Sociedades em Conta de Participação

Harmonia	Lucro Real	25,00%	9,00%
Araucária	Lucro Real	25,00%	9,00%
Serrana	Lucro Presumido (ii)	2,00%	1,08%

Empresas controladas em conjunto

Figueira	Lucro Real	25,00%	9,00%
----------	------------	--------	-------

(i) Exclusivamente para essa entidade, há a aplicação da redução de 75% sobre o IRPJ em razão do incentivo do lucro da exploração.

(ii) Alíquotas de presunção aplicadas sobre as alíquotas nominais de 8% para IRPJ e 12% para a CSLL.

(iii) Alíquotas de presunção aplicadas sobre as alíquotas nominais de 32% para IRPJ e para a CSLL.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.1 Natureza e expectativa de realização dos impostos diferidos

	Controladora						Consolidado			
	Reconhecido no			Reconhecido no						
	31.12.2025	Resultado do exercício	Outros Resultados Abrangentes	Outras movimentações	31.12.2024	31.12.2025	Resultado do exercício	Outros Resultados Abrangentes	Outras movimentações	31.12.2024
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	427.197	413.623	-	-	13.574	428.415	413.634	-	-	14.781
Provisões fiscais, previdenciárias e cíveis	75.896	22.807	-	-	53.089	75.896	22.807	-	-	53.089
Outras Provisões	302.950	43.316	-	-	259.634	306.751	43.490	-	-	263.261
Passivo atuarial	194.594	17.724	8.529	-	168.341	195.434	17.885	8.370	-	169.179
Provisões trabalhistas	39.919	3.723	-	-	36.196	44.068	3.147	-	-	40.921
Variação cambial	765.773	(1.154.686)	-	-	1.920.459	765.773	(1.154.686)	-	-	1.920.459
(Ganho) ou perda com instrumentos financeiros	(19.827)	535.968	(1.357.242)	-	801.447	(19.827)	535.968	(1.357.242)	-	801.447
Passivo de arrendamento	562.437	31.930	-	-	530.507	1.015.783	406.773	-	-	609.010
Lucros não realizados nos estoques	37.332	2.177	-	35.155	-	37.332	2.177	-	(137.675)	172.830
Outras diferenças temporárias	47.006	(1.243)	-	-	48.249	48.659	(1.080)	-	-	49.739
Imposto diferido ativo	2.433.277	(84.661)	(1.348.713)	35.155	3.831.496	2.898.284	290.115	(1.348.872)	(137.675)	4.094.716
Valor justo dos ativos biológicos	(599.593)	94.219	-	-	(693.812)	(1.266.280)	(51.638)	-	193.518	(1.408.160)
Depreciação taxa fiscal x Taxa vida útil (Lei 12.973/14)	(1.217.734)	(274.428)	-	-	(943.306)	(1.217.975)	(274.387)	-	-	(943.588)
Custo atribuído ao ativo imobilizado (terrás)	(544.595)	(10.572)	-	11.335	(545.358)	(564.938)	(10.572)	-	11.335	(565.701)
Juros capitalizados (Lei 12.973/14)	(613.335)	22.231	-	-	(635.566)	(613.335)	22.231	-	-	(635.566)
Reserva de reavaliação de ativos	(25.092)	-	-	-	(25.092)	(25.092)	-	-	-	(25.092)
Depreciação acelerada (Lei 12.272/12)	(40.083)	5.108	-	-	(45.191)	(52.779)	20.827	-	-	(73.606)
Direito de uso de arrendamento	(502.638)	(71.588)	-	-	(431.050)	(902.056)	(450.579)	-	-	(451.477)
Outras diferenças temporárias	2.415	14.378	-	-	(11.963)	(31.675)	(5.535)	-	-	(26.140)
Imposto diferido passivo	(3.540.655)	(220.652)	-	11.335	(3.331.338)	(4.674.130)	(749.653)	-	204.853	(4.129.330)
Saldo imposto diferido	(1.107.378)	(305.313)	(1.348.713)	46.490	500.158	(1.775.846)	(459.538)	(1.348.872)	67.178	(34.614)
Saldo ativo não circulante		-			500.158	103.138				524.572
Saldo passivo não circulante			(1.107.378)			-	(1.878.984)			(559.186)

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora						Consolidado	
	Reconhecido no			Reconhecido no			Efeto de Aquisição de Ativos	Outros Resultados Abrangentes
	31.12.2024	Resultado do exercício	Outros Resultados Abrangentes	31.12.2023	31.12.2024	Resultado do exercício		
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	13.574	(3.331)	-	16.905	14.781	(2.124)	-	-
Provisões fiscais, previdenciárias e cíveis	53.089	46.146	-	6.943	53.089	46.146	-	6.943
Outras Provisões	259.634	96.899	-	162.735	263.261	97.795	945	-
Passivo atuarial	168.341	15.565	(6.614)	159.390	169.179	15.726	-	(5.937)
Provisões trabalhistas	36.196	18.676	-	17.520	40.921	23.350	-	17.571
Variação cambial	1.920.459	(1.019.737)	2.702.629	237.567	1.920.459	(1.019.737)	-	2.702.629
(Ganho) ou perda com instrumentos financeiros	801.447	886.924	-	(85.477)	801.447	886.924	-	(85.477)
Passivo de arrendamento	530.507	(71.866)	-	602.373	609.010	(3.888)	800	-
Lucros não realizados nos estoques	-	-	-	-	172.830	168.579	4.251	-
Outras diferenças temporárias	48.249	(15.989)	-	64.238	49.739	(15.975)	-	65.714
Imposto diferido ativo	3.831.496	(46.713)	2.696.015	1.182.194	4.094.716	196.796	2.696.692	1.195.232
Valor justo dos ativos biológicos	(693.812)	(75.084)	-	(618.728)	(1.408.160)	(194.085)	(286.539)	-
Depreciação taxa fiscal x Taxa vida útil (Lei 12.973/14)	(943.306)	(147.745)	-	(795.561)	(943.588)	(147.805)	-	(795.783)
Custo atribuído ao ativo imobilizado (terrás)	(545.358)	12	-	(545.370)	(565.701)	12	(20.343)	-
Juros capitalizados (Lei 12.973/14)	(635.566)	34.263	-	(669.829)	(635.566)	34.263	-	(669.829)
Reserva de reavaliação de ativos	(25.092)	-	-	(25.092)	(25.092)	-	-	(25.092)
Depreciação acelerada (Lei 12.272/12)	(45.191)	5.447	-	(50.638)	(73.606)	7.796	(30.764)	-
Direito de uso de arrendamento	(431.050)	108.109	-	(539.159)	(451.477)	97.131	(4)	-
Outras diferenças temporárias	(11.963)	18.729	-	(31.437)	(26.140)	10.753	-	(36.893)
Imposto diferido passivo	(3.331.338)	(56.269)	-	(3.275.814)	(4.129.330)	(191.935)	-	(3.599.745)
Saldo imposto diferido	500.158	(102.982)	2.696.015	(2.093.620)	(34.614)	4.861	2.696.692	(2.404.513)
Saldo ativo não circulante	500.158			(2.093.620)	524.572			(2.404.513)
Saldo passivo não circulante	-			-	(559.186)			-

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

Todos os diferidos sobre as diferenças temporárias estão reconhecidos, para todas as controladas. A Administração, com base em orçamento aprovado, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias e base negativa de contribuição social sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

Impostos diferidos ativo

	Diferido ativo	
	Controladora	Consolidado
2026	645.214	745.321
2027	421.111	512.336
2028	421.111	512.336
2029	421.111	512.336
2030 em diante	524.730	615.955
Total	2.433.277	2.898.284

Impostos diferidos líquido

	Diferido líquido	
	Controladora	Consolidado
2026	455.691	508.472
2027	182.962	36.705
2028	182.962	36.705
2029	182.962	36.705
2030 em diante	(2.111.955)	(2.394.433)
Total	(1.107.378)	(1.775.846)

A projeção de realização do saldo considera a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas à limitação de compensação de 30% do lucro real do exercício. A projeção pode não se concretizar caso as estimativas utilizadas sejam divergentes das efetivamente realizadas, as quais foram analisadas considerando as projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros, avaliadas dentro do processo orçamentário aprovado pela Administração da Companhia.

11.2 Conciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Resultado antes do tributos sobre o lucro	1.709.108	1.943.724	2.379.403	2.269.680
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(581.097)	(660.866)	(808.997)	(771.691)
(Adições) / Exclusões permanentes	21.339	(10.749)	47.486	(10.803)
Incentivos fiscais (PAT / LE / Deduções doações)	-	7.405	6.758	12.944
Juros sobre o capital próprio	-	232.220	-	232.220
Diferenças de alíquotas nominal e estimada de controladas	-	-	109.936	305.430
Resultado de participações societárias	230.877	318.686	(147)	8.516
Impacto de mudança de tributação (nas SPE e SCP)	-	-	(83.057)	-
IR/CS sobre a SELIC do indébito tributário	23.568	9.952	23.953	9.952
Subvenção governamental (i)	-	-	199	-
Provisão lucro auferido no exterior	-	(9.385)	-	(9.385)
IR e CS de exercícios anteriores	(660)	-	2.386	-
Parcela isenta do adicional de 10%	-	24	298	120
Outros	-	-	(7)	(38)
IR e CS no resultado	(305.973)	(112.713)	(701.192)	(222.735)
Corrente	(660)	(9.731)	(241.654)	(227.596)
Diferido	(305.313)	(102.982)	(459.538)	4.861
Alíquota efetiva	17,90%	5,80%	29,47%	9,81%

(i) Benefícios, incentivos fiscais e financeiros de ICMS, nos termos da Lei Complementar nº 160/2017. A Companhia segue o disposto na Lei nº 14.789/2023 quanto à tributação das subvenções de investimentos para IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

11.3 Preço de transferência

Devido as alterações trazidas na Lei nº 14.596/2023, a Companhia analisou as mudanças trazidas na nova legislação com o intuito de identificar possíveis impactos. Nesse sentido não será alterado o método, visto que este representa a maneira mais confiável dos termos e das condições que seriam estabelecidos entre partes não relacionadas em uma transação comparável, bem como já era adotado o princípio *arm's length* nas nossas operações intragrupo, entendemos que eventuais ajustes sejam tratados da mesma maneira feita nos anos anteriores.

11.4 Implementação global das regras do modelo “Pilar Dois” da OCDE

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE.

Em dezembro de 2024 foi publicada a Lei nº 15.079, que institui o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no processo de adaptação da legislação brasileira às regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária - Regras GloBE. A referida legislação entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

11.5 Processos de natureza tributária

Conforme o ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 – *Uncertainty over Income Tax Treatments*), a Companhia mantém o procedimento de avaliação do conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais.

As informações dos processos de natureza tributária constam na nota explicativa 19.3.

a) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o Pis e a Cofins, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto, a qual a Companhia está em conformidade nos procedimentos de emissão de notas fiscais.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Política contábil

a) Impostos correntes e diferidos

De acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 12 – *Income Taxes*), a Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, com base no lucro tributável do exercício, mediante aplicação das alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

Conforme facultado pela legislação tributária no Brasil, certas controladas optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro estimado apurado à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas, sobre o qual se aplica as alíquotas nominais respectivamente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são mensurados sobre as diferenças temporárias de cada exercício, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo os saldos de prejuízo fiscal e a base negativa de CSLL, quando aplicável. O IRPJ e CSLL correntes e diferidos são reconhecidos no resultado da Companhia, exceto quando correspondem a itens registrados em “ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

A recuperabilidade do IRPJ diferido ativo é revisada anualmente, tendo seu reconhecimento contábil quando provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para essa recuperação.

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos, ativo e passivo, são lançados pelos montantes líquidos, no não circulante apresentado nos balanços patrimoniais da controladora, líquido dos adiantamentos de impostos pagos durante o exercício, e no consolidado apenas quando aplicável.

As controladas têm os seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação de seu país e/ou seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, o lucro presumido. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício é apresentada nos balanços patrimoniais, líquida dos adiantamentos de imposto pagos durante o exercício.

b) Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação Técnica CPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 – *Uncertainty Over Income Tax Treatments*), requer que as incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro sejam avaliadas quando do reconhecimento e mensuração desses tributos.

Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nessa interpretação.

12. PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

	Total de Investimentos em 31 de dezembro de 2024	Participação de passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2024	Aumento e redução de capital	Dividendos distribuídos	Equivalência patrimonial	Reorganização societária (i)	Outros (ii)	Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	Constituição de adiantamento para futuro aumento de capital	Total de Investimentos em 31 de dezembro de 2025	Participação de passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2025
Empresas controladas											
Aroeira	235.479	-	-	(17.601)	67.169	-	(5)	-	-	285.042	-
Cambará	28.086	-	46.490	-	27.695	40.945	-	(906)	-	142.310	-
Cerejeira	63.184	-	18.000	-	4.516	(1.009)	-	-	-	84.691	-
Guaricana	124.869	-	-	(17.511)	10.769	-	(58)	-	-	118.069	-
Imbuia	19.460	-	136.416	-	(11.585)	-	-	(51.000)	121.000	214.291	-
Itararé	376.176	-	38.809	-	(8.548)	5.240	-	(6.846)	-	404.831	-
KEUA	20.787	-	-	-	18.464	-	-	-	-	39.251	-
Klabin Amazônia	219.868	-	-	-	43.154	-	316	-	-	263.338	-
Klabin Argentina (v)	-	(137.444)	211.189	-	(55.445)	-	18.836	-	-	37.136	-
Klabin Austria	1.441.242	-	-	(509.962)	258.944	-	(29.860)	-	-	1.160.364	-
Manacá	111.928	-	48.000	-	(7.641)	-	-	(48.000)	24.000	128.287	-
Paranaguá	162.205	-	-	-	5.145	-	(5)	-	-	167.345	-
Pinheiro	194.058	-	14.000	-	(43.045)	-	-	(14.000)	8.000	159.013	-
Sapopema	195.884	-	-	(13.776)	1.815	-	-	-	-	183.923	-
VDC	157.285	-	90.000	-	6.307	(15.964)	1.469	-	-	239.097	-
Jacarandá (iii)	304.216	-	(91.688)	-	125.182	(40.016)	-	(4.147)	-	293.547	-
Erva-Mate	3.494.630	-	-	-	10.246	(946.307)	344	-	-	2.558.913	-
Arapoti (iv)	-	(64.231)	193.003	-	62.271	238.053	45	(10.201)	-	418.940	-
Paraná	405.983	-	34.000	-	34.677	(276.835)	-	(34.000)	14.000	177.825	-
Pinus Sul (vi)	-	-	36.114	-	8.525	7.669	-	-	-	52.308	-
Sao Nicolau (vi)	-	-	23.566	-	(6.152)	128.363	-	-	-	145.777	-
Pitangueira (vi)	-	-	79.161	-	(2.769)	71.254	-	-	-	147.646	-
Outras	8.286	-	6.773	-	(2.269)	-	-	(6.773)	2.700	9.224	(507)
Sociedade em conta de participação											
Araucária	309.925	-	-	(494)	17.815	-	-	-	-	327.246	-
Harmonia	275.106	-	-	(412)	16.509	-	-	-	-	291.203	-
Serrana	242.700	-	-	(303)	97.733	-	-	-	-	340.130	-
Total Empresas Controladas	8.391.357	(201.675)	883.833	(560.059)	679.482	(788.607)	(8.918)	(175.873)	169.700	8.389.747	(507)
Empresas controladas em conjunto											
Figueira	121.819	-	-	(45.314)	(433)	-	-	-	-	76.072	-
Total Controladas em conjunto	121.819	-	-	(45.314)	(433)	-	-	-	-	76.072	-
Total Controladora	8.513.176	(201.675)	883.833	(605.373)	679.049	(788.607)	(8.918)	(175.873)	169.700	8.465.819	(507)
Total Consolidado	121.819	-	-	(45.314)	(433)	-	-	-	-	76.072	-

(i) Contempla o saldo de avaliação patrimonial resultante de variações nos percentuais de participação societária e efeito de cisões entre controladas.

(ii) Contempla o saldo de ajustes de conversão e outros resultados abrangentes.

(iii) Em 30 de junho de 2025, a Jacarandá realizou redução de capital no valor de R\$ 95.835, mediante resgate de ações, com pagamento à sua acionista Klabin com base no patrimônio líquido apurado em 31 de maio de 2025.

(iv) Aporte de florestas realizado pela Companhia na Arapoti em 3 de fevereiro de 2025, resultando na reversão do patrimônio líquido para posição positiva.

(v) Aporte de capital realizado pela Companhia na Klabin Argentina em 17 de julho de 2025, resultando na reversão do patrimônio líquido para posição positiva.

(vi) SPEs do Projeto arrendamento de terra, vide informações na nota 5.2.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Total de Investimentos em 31 de dezembro de 2023	Participação de passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2023	Aumento e redução de capital	Dividendos distribuídos	Equivalência patrimonial	Reorganização societária (i)	Outros (ii)	Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	Constituição de adiantamento para futuro aumento de capital	Total de investimentos em 31 de dezembro de 2024	Participação de passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2024
Empresas controladas											
Aroeira	95.338	-	-	(27.167)	138.699	28.604	5	-	-	235.479	-
Cambará	703.152	-	91.589	-	(31.098)	(679.463)	-	(69.000)	12.906	28.086	-
Cerejeira	87.020	-	-	-	(23.836)	-	-	-	-	63.184	-
Guaricana	144.723	-	-	(24.342)	67.582	(63.152)	58	-	-	124.869	-
Imbuia	-	-	22.000	-	(2.540)	-	-	(22.000)	22.000	19.460	-
Itararé	-	-	2.104	-	113.282	253.944	-	-	6.846	376.176	-
Jatobá(iii)	119.624	-	3.473.412	-	(6.319)	(3.562.717)	-	(37.121)	13.121	-	-
KEUA	29.624	-	-	-	(8.837)	-	-	-	-	20.787	-
Klabin Amazônia	186.374	-	-	-	34.732	-	(1.238)	-	-	219.868	-
Klabin Argentina	-	(122.309)	-	-	(23.523)	-	8.388	-	-	-	(137.444)
Klabin Austria	1.261.410	-	-	(547.367)	727.199	-	-	-	-	1.441.242	-
Manacá	130.401	-	24.000	-	(54.473)	-	-	(24.000)	36.000	111.928	-
Paranaguá	165.270	-	-	(295)	(2.695)	-	(75)	-	-	162.205	-
Pinheiro	149.341	-	15.000	-	38.717	-	-	(15.000)	6.000	194.058	-
Sapopema	118.181	-	-	(16.247)	22.734	71.216	-	-	-	195.884	-
VDC	-	-	-	-	4.092	153.193	-	-	-	157.285	-
Jacarandá	-	-	-	-	139.195	160.874	-	-	4.147	304.216	-
Erva-Mate	-	-	13.121	-	(81.207)	3.562.716	-	-	-	3.494.630	-
Arapoti	-	-	7.336	-	(81.769)	-	-	-	10.202	-	(64.231)
Paraná	-	-	-	-	(39.537)	425.520	-	-	20.000	405.983	-
Outras	7.609	-	197.758	-	(38.564)	(160.874)	-	-	2.357	8.286	-
Sociedade em conta de participação											
Araucária	288.931	-	-	(463)	21.457	-	-	-	-	309.925	-
Harmonia	245.654	-	-	(389)	28.813	-	1.028	-	-	275.106	-
Serrana	194.917	-	-	(286)	48.069	-	-	-	-	242.700	-
Total Empresas Controladas	3.927.569	(122.309)	3.846.320	(616.556)	990.173	189.861	8.166	(167.121)	133.579	8.391.357	(201.675)
Empresas controladas em conjunto											
Florestal Vale do Corisco S.A.	150.296	-	-	(4.689)	7.586	(153.193)	-	-	-	-	-
Pinus Taeda Florestal S.A.	113.436	-	-	(9.078)	17.461	-	-	-	-	121.819	-
Total Controladas em conjunto	263.732	-	-	(13.767)	25.047	(153.193)	-	-	-	121.819	-
Total Controladora	4.191.301	(122.309)	3.846.320	(630.323)	1.015.220	36.668	8.166	(167.121)	133.579	8.513.176	(201.675)
Total Consolidado	263.732	-	-	(13.767)	25.047	(153.193)	-	-	-	121.819	-

(i) Contempla o saldo de avaliação patrimonial resultante de variações nos percentuais de participação societária e efeito de cisões entre controladas.

(ii) Contempla o saldo de ajustes de conversão e outros resultados abrangentes.

(iii) A Jatobá Reflorestadora S.A. foi incorporada pela Erva-Mate Reflorestadora S.A. em outubro de 2024.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.1 Saldos relativos ao patrimônio e ao resultado

	31.12.2025				
	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita Líquida	Resultado do exercício
Empresas controladas					
Aroeira	1.453.405	300.801	1.152.604	84.920	36.770
Cambará	296.360	8.005	288.355	21.359	48.278
Cerejeira	186.978	988	185.990	255	8.287
Guaricana	563.974	137.469	426.505	102.018	52.709
Imbuia	359.984	145.693	214.291	-	(11.585)
Itararé	782.994	13.658	769.336	50.671	(10.537)
KEUA	129.303	90.053	39.250	229.624	18.464
Klabin Amazônia	293.667	49.340	244.327	178.580	43.538
Klabin Argentina	136.367	99.820	36.547	124.669	(55.468)
Klabin Austria	15.225.671	14.065.305	1.160.366	5.426.091	258.944
Manacá	214.720	86.434	128.286	1.461	(7.641)
Paranaguá	264.564	97.217	167.347	39.402	5.145
Pinheiro	180.886	21.874	159.012	24.636	(43.045)
Sapopema	1.003.677	117.582	886.095	94.807	28.209
VDC	589.518	74.998	514.520	529	12.778
Jacarandá	1.109.585	159.783	949.802	45.327	174.100
Erva-Mate	3.611.242	1.049.683	2.561.559	126.360	(45.609)
Arapoti	1.977.119	48.826	1.928.293	205.318	207.721
Paraná	337.266	154.989	182.277	4.453	39.130
Pinus Sul	362.156	13.437	348.719	11.288	6.887
Sao Nicolau	990.107	18.260	971.847	13.845	8.935
Pintangueira	999.219	14.911	984.308	3.840	(50)
Outras	13.969	5.241	8.728	8.177	(2.269)
FOR YOU	3.947	4.454	(507)	1.347	(464)
Ikapê	5.086	551	4.535	6.822	584
Klafito	2.111	196	1.915	8	(1.825)
Santa Catarina	733	2	731	-	30
KPPF	2.092	38	2.054	-	(594)
	31.082.731	16.774.367	14.308.364	6.797.630	773.691
Sociedade em conta de participação					
Araucária	530.841	165.602	365.239	94.575	56.186
Harmonia	478.327	146.802	331.525	65.170	55.264
Serrana	365.410	49.629	315.781	31.618	85.810
	1.374.578	362.033	1.012.545	191.363	197.260
Empresas controladas em conjunto					
Figueira	425.962	127.640	298.322	65.255	(1.698)
	425.962	127.640	298.322	65.255	(1.698)

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31.12.2024

	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita Líquida	Resultado do exercício
Empresas controladas					
Aroeira	1.497.211	311.642	1.185.569	214.180	149.946
Camará	209.219	181.133	28.086	-	(53.971)
Cerejeira	162.725	3.022	159.703	57	(14.338)
Guaricana	574.006	143.503	430.503	118.931	103.164
Imbuia NO Reflorestadora S.A.	75.187	55.727	19.460	-	(2.540)
Itararé Reflorestadora S.A.	840.355	453.809	386.546	52.908	123.959
Jatobá	-	-	-	-	(6.319)
KEUA	103.944	83.157	20.787	137.895	(8.837)
Klabin Amazônia	239.152	38.678	200.474	171.863	33.049
Klabin Argentina	184.252	328.365	(144.113)	132.087	(29.065)
Klabin Austria	18.229.067	16.817.679	1.411.388	4.682.030	697.678
Manacá	191.707	79.780	111.927	-	(54.473)
Paranaguá	252.908	90.702	162.206	33.007	(2.695)
Pinheiro	207.508	13.450	194.058	-	38.717
Sapopema	968.073	46.658	921.415	129.232	50.692
VDC (i)	326.745	79.669	247.076	11.822	6.826
Jacarandá	1.121.615	823.575	298.040	92.291	126.500
Erva-Mate	3.655.980	102.850	3.553.130	261.574	9.268
Arapoti	1.655.931	1.720.135	(64.204)	68.756	(81.741)
Paraná	428.695	22.712	405.983	-	(16.970)
Outras	11.608	3.312	8.296	7.661	(41.535)
	30.935.888	21.399.558	9.536.330	6.114.294	1.027.315
Sociedade em conta de participação					
Araucária	418.238	108.692	309.546	132.366	21.862
Harmonia	374.268	97.595	276.673	98.382	31.720
Serrana	289.598	59.324	230.274	15.024	44.704
	1.082.104	265.611	816.493	245.772	98.286
Empresas controladas em conjunto					
VDC (i)	-	-	-	28.297	14.874
Figueira	489.373	11.653	477.720	71.177	68.474
	489.373	11.653	477.720	99.474	83.348

(i) Em 16 de julho de 2024, a Companhia assumiu o controle da Florestal Vale do Corisco S.A., que anteriormente era avaliada como controle compartilhado.

A Klabin tem SPEs florestais com investidores que são constituídas por meio de aportes de terras e ativos florestais pela Klabin e caixa pelos investidores. Esses aportes podem ser desproporcionais uma vez que a definição da participação de cada um dos acionistas é feita com base no valor econômico dos ativos aportados e não pelo seu custo histórico contábil. As variações patrimoniais decorrentes desses aportes são reconhecidas no patrimônio líquido da Controladora, na rubrica de ajustes por alterações de participação em controladas.

Essas participações podem ser divididas entre ações ordinárias e preferenciais com direitos econômicos diferentes entre essas classes. O cálculo do resultado de equivalência tem como base os direitos econômicos de cada tipo de ação que os investidores detêm sobre essas investidas, vide participações na nota 20.7.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

40

Política contábil

Controladas:

São representadas por investimentos em empresas controladas e empresas com controle compartilhado, na controladora, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, em decorrência da participação da Companhia nessas empresas. As Demonstrações Financeiras das controladas e controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas e controladas em conjunto, são eliminados para fins de equivalência patrimonial no balanço individual e para fins de consolidação.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas e controladas em conjunto sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na demonstração do resultado.

A variação cambial sobre o investimento em entidades controladas no exterior reconhecida no “resultado abrangente” é classificada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e realizada mediante a realização do investimento a que se refere.

De acordo com o CPC 36 – Demonstrações consolidadas (IFRS 10 – *Consolidated Financial Statements*), para as SPEs, a controladora deve apresentar as participações de não controladores no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora.

Nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia, a participação de sócios investidores nas sociedades em conta de participação é apresentada no balanço patrimonial no passivo, sob a rubrica de “Contas a pagar - investidores de sociedade em conta de participação”, por constituir passivos financeiros e não instrumentos patrimoniais, conforme CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32 *Financial Instruments: Presentation*).

A Administração da Companhia qualifica as SCPs como entidades de vida própria com características de controladas, as quais são registradas nas Demonstrações Financeiras individuais da Companhia pela avaliação de investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial.

Controladas em conjunto:

O investimento na Pinus Taeda Florestal S.A., considerando sua característica e os acordos de acionistas garantidos aos sócios, está classificado como entidade controlada em conjunto (*joint venture*) e está registrado pelo método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

13. IMOBILIZADO

13.1 Composição do imobilizado

Controladora	31.12.2025				31.12.2024			
	Taxa média (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Taxa média (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terrenos	-	2.278.685	-	2.278.685		2.420.355	-	2.420.355
Edifícios e construções	3,18	4.753.491	(1.417.178)	3.336.313	3,16	4.538.874	(1.250.741)	3.288.133
Máquinas, equipamentos e instalações	10,67	29.213.956	(13.337.515)	15.876.441	10,64	27.628.320	(11.548.322)	16.079.998
Obras e instalações em andamento	-	1.734.547	-	1.734.547		1.952.502	-	1.952.502
Outros (i)	13,05	901.822	(632.647)	269.175	12,95	813.217	(586.294)	226.923
Total		38.882.501	(15.387.340)	23.495.161		37.353.268	(13.385.357)	23.967.911
Consolidado								
Terrenos	-	7.357.428	-	7.357.428		7.326.082	-	7.326.082
Edifícios e construções	3,22	4.760.269	(1.419.591)	3.340.678	3,17	4.544.611	(1.252.928)	3.291.683
Máquinas, equipamentos e instalações	10,73	29.270.589	(13.346.607)	15.923.982	10,65	27.681.238	(11.555.890)	16.125.348
Obras e instalações em andamento	-	1.747.431	-	1.747.431		1.984.585	-	1.984.585
Outros (i)	13,11	914.039	(635.242)	278.797	12,99	826.933	(589.251)	237.682
Total		44.049.756	(15.401.440)	28.648.316		42.363.449	(13.398.069)	28.965.380

(i) Saldo correspondente as classes de imobilizado como veículos, móveis e utensílios, equipamentos de informática e bens em poder de terceiros.

As informações dos ativos imobilizados dados em garantia de operações firmadas pela Companhia constam na nota explicativa 18.5.

13.2 Movimentação do imobilizado

	Controladora					
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2023	2.370.244	2.873.947	15.357.968	2.990.920	214.450	23.807.529
Adições	-	24.109	69.470	2.107.697	29.939	2.231.215
Baixas	(33)	-	(4.435)	-	(380)	(4.848)
Depreciação	-	(153.389)	(1.748.994)	-	(66.410)	(1.968.793)
Transferências internas	50.456	539.202	2.427.545	(3.139.993)	122.790	-
Juros capitalizados	-	-	-	17.960	-	17.960
Outros (i)	(313)	4.264	(21.555)	(24.082)	(73.466)	(115.152)
Em 31 de dezembro de 2024	2.420.354	3.288.133	16.079.999	1.952.502	226.923	23.967.911
Adições	-	-	-	1.733.807	-	1.733.807
Baixas	(28.722)	-	-	-	-	(28.722)
Depreciação	-	(166.895)	(1.851.122)	-	(76.353)	(2.094.370)
Transferências internas	54.948	206.119	1.655.945	(2.004.147)	87.135	-
Juros capitalizados	-	-	-	56.999	-	56.999
Cisão em controladas	(167.895)	-	-	-	-	(167.895)
Outros (i)	-	8.956	(8.381)	(4.615)	31.471	27.431
Em 31 de dezembro de 2025	2.278.685	3.336.313	15.876.441	1.734.546	269.176	23.495.161

(i) Compreende movimentações de subvenções e transferências para outros grupos do balanço.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2023	3.657.239	2.877.595	15.383.004	3.244.286	224.426	25.386.550
Adições	-	24.109	69.760	2.160.074	30.006	2.283.949
Baixas	(33)	-	(4.440)	-	(389)	(4.862)
Depreciação	-	(159.201)	(1.751.190)	-	(69.877)	(1.980.268)
Transferências internas	318.044	539.418	2.433.654	(3.416.236)	125.120	-
Juros	-	-	-	17.960	-	17.960
Projeto Caetê	3.354.383	-	11	3	707	3.355.104
Outros (i)	(3.550)	9.761	(5.452)	(21.502)	(72.310)	(93.053)
Em 31 de dezembro de 2024	7.326.083	3.291.682	16.125.347	1.984.585	237.683	28.965.380
Adições	-	-	61	1.749.270	72	1.749.403
Baixas	(29.087)	-	(2)	-	(98)	(29.187)
Depreciação	-	(167.140)	(1.853.219)	-	(76.826)	(2.097.185)
Transferências internas	75.492	207.261	1.665.965	(2.036.190)	87.472	-
Juros capitalizados	-	-	-	56.999	-	56.999
Outros (i)	(15.059)	8.874	(14.171)	(7.233)	30.495	2.906
Em 31 de dezembro de 2025	7.357.429	3.340.677	15.923.981	1.747.431	278.798	28.648.316

(i) Compreende movimentações de subvenções e transferências para outros grupos do balanço.

A depreciação compõe o custo da produção da Companhia e é reconhecida no resultado à medida que os produtos são vendidos. O montante reconhecido no resultado é demonstrado na nota explicativa 22.

13.3 Capitalização de juros para bens qualificados do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de juros capitalizados é de R\$ 1.134, com a taxa média de 5,51% (R\$ 17.960, com a taxa média de 5,34% em 31 de dezembro de 2024).

13.4 Vida útil e método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação pelo método linear que foram aplicadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, definidas com base na vida útil econômica dos ativos:

	Taxa média em 2025	Taxa média em 2024
 Edifícios e Construções	3,19%	3,17%
 Máquinas, equipamentos e Instalações	10,72%	10,65%
 Outros	13,05%	12,99%

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.5 Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2025, os principais projetos são a construção de uma nova caldeira de recuperação na unidade de Monte Alegre (PR) (R\$ 686.976), projeto Puma II (R\$ 77.592) e projeto da Linha 7 do Pátio de Madeira (R\$ 60.283) da unidade de Ortigueira (PR) incorporando tecnologia de ponta.

13.6 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Na análise de estimativa do valor recuperável dos ativos, os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa (UGC) são estimados com base nas projeções orçamentárias pelo período de cinco anos e perpetuidade ou quando existe um indicativo de desvalorização ou de reversão de perdas, descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflete os riscos específicos inerentes aos negócios da Companhia, a partir de seu custo médio de capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram identificados indicadores de *impairment* que justificasse a elaboração de teste para recuperabilidade dos ativos imobilizados.

Política contábil

De acordo com o CPC 27 – Ativo Imobilizado (IAS 16 – *Property, Plant and Equipment*), o ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Vida útil é o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica e/ou forma e frequência de uso de cada unidade.

Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do exercício, conforme são efetivamente realizados. Encargos financeiros são capitalizados ao ativo imobilizado, quando incorridos sobre imobilizações em andamento, se aplicáveis.

Anualmente, ou sempre que existe algum indicativo, a Companhia avalia se existe indicativos de não recuperabilidade do valor contábil de seus ativos. Existindo, é preparado teste de *impairment* e reconhecida provisão pela diferença entre o valor contábil dos ativos e seu valor realizável líquido (considerado dos dois o maior, valor em uso ou valor de venda, deduzidos os respectivos custos de transação).

14. INTANGÍVEL

14.1 Composição do intangível

Controladora	31.12.2025			31.12.2024	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada
Direito de Uso	339.520	(175.953)	163.567	232.119	(131.075)
Marcas e Patentes	54	-	54	63	-
Ágio	62.717	(21.350)	41.367	62.708	(20.627)
Intangíveis em andamento	109.027	-	109.027	92.355	-
Total	511.318	(197.303)	314.015	387.245	(151.702)
Consolidado					
Direito de Uso	409.279	(178.037)	231.242	299.217	(136.867)
Marcas e Patentes	84	-	84	93	-
Ágio	63.130	(21.350)	41.780	63.121	(20.627)
Intangíveis em andamento	110.118	-	110.118	93.404	-
Outros	146.832	(24.230)	122.602	145.653	(15.916)
Total	729.443	(223.617)	505.826	601.488	(173.410)

14.2 Movimentação do intangível

	Controladora				
	Software	Marcas e Patentes	Mais valia de ativos	Intangível em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2023	81.218	63	42.804	16.718	140.803
Adições	-	-	-	123.364	123.364
Amortização	(27.571)	-	(723)	-	(28.294)
Transferências internas	47.727	-	-	(47.727)	-
Outros (i)	(330)	-	-	-	(330)
Em 31 de dezembro de 2024	101.044	63	42.081	92.355	235.543
Adições	-	-	-	115.544	115.544
Amortização	(42.556)	-	(723)	-	(43.279)
Transferências internas	72.442	-	-	(72.442)	-
Juros capitalizados	-	-	-	1.134	1.134
Outros (i)	32.637	(9)	9	(27.564)	5.073
Em 31 de dezembro de 2025	163.567	54	41.367	109.027	314.015

(i) Compreende movimentações de subvenções e transferências para outros grupos do balanço.

	Consolidado					
	Direito de Uso	Marcas e Patentes	Mais valia de ativos	Intangível em Andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2023	142.048	93	43.218	16.821	137.458	339.638
Adições	-	-	-	127.857	-	127.857
Amortização	(30.143)	-	(724)	-	(8.220)	(39.087)
Transferências internas	50.775	-	-	(51.274)	499	-
Outros (i)	(330)	-	-	-	-	(330)
Em 31 de dezembro de 2024	162.350	93	42.494	93.404	129.737	428.078
Adições	-	-	-	119.617	-	119.617
Amortização	(39.030)	-	(723)	-	(8.316)	(48.069)
Transferências internas	75.286	-	-	(76.473)	1.187	-
Juros capitalizados	-	-	-	1.134	-	1.134
Outros (i)	32.636	(9)	9	(27.564)	(6)	5.066
Em 31 de dezembro de 2025	231.242	84	41.780	110.118	122.602	505.826

(i) Compreende movimentações de subvenções e transferências para outros grupos do balanço.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.3 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram identificados indicadores de impairment que justificassem a elaboração de teste para recuperabilidade dos ativos intangíveis.

Política contábil

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios têm seu custo definido como o valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representam o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios.

15. ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e o plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose de fibra curta, longa e fluff, bem como utilizada no processo de produção de papel, além das vendas de toras de madeira para terceiros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam 410 mil hectares (454 mil hectares em 31 de dezembro de 2024) de florestas plantadas, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal protegidas pela Companhia e que também servem para atendimento à legislação ambiental brasileira.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia, ao valor justo, pode ser assim demonstrado:

	Controladora	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025
Custo de formação dos ativos biológicos	4.470.749	4.546.554	9.405.518
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	1.763.509	2.040.624	3.836.858
Total	6.234.258	6.587.178	13.242.376
			12.887.297

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

15.1 Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como preço de madeira, taxa de desconto a valor presente, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) serão mantidas a custo histórico as florestas de eucalipto até o terceiro ano de plantio e florestas de pinus até o quinto ano de plantio, em decorrência de análises efetuadas pela Companhia indicando que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo, além de ser somente possível a realização de inventários para avaliação de crescimento e expectativa de produção da floresta após esse período;
- (ii) as florestas de eucalipto e pinus, após o terceiro e quinto ano de plantio, respectivamente, são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo, menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;
- (iii) a metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e o crescimento dos ativos biológicos;
- (iv) a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, o qual é revisado pela Administração anualmente dentro do processo orçamentário ou sempre que houver situações que exijam tal revisão;
- (v) os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação, região e idade das florestas. O conjunto dessas características compõem um índice denominado IMA (incremento médio anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das espécies cultivadas pela Companhia é variável, principalmente entre 6 e 7 anos para eucalipto e entre 14 e 15 anos para pinus;
- (vi) os preços dos ativos biológicos (madeira em pé), denominados em R\$/metro cúbico, são obtidos por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referentes a terras, em decorrência de serem ativos contribuintes para o plantio das florestas, e os demais custos necessários para pôr os ativos em condição de venda ou consumo;
- (vii) os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos;

(viii) a apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no exercício;

(ix) a Companhia efetua a remensuração do valor justo de seus ativos biológicos mensalmente. Até 31 de dezembro de 2024, essa remensuração era realizada trimestralmente, por se entender que tal periodicidade era suficiente para evitar defasagem material nos saldos registrados nas Demonstrações Financeiras.

15.2 Reconciliação e movimentação das variações de valor justo

	Controladora			Consolidado		
	Pinus	Eucalipto	Total	Pinus	Eucalipto	Total
Em 31 de dezembro de 2023	5.886.496	26.487	5.912.983	6.749.316	2.428.515	9.177.831
Adição	1.583.976	767.863	2.351.839	3.481.305	1.431.329	4.912.634
Adições por plantio e compras de florestas em pé	1.583.976	767.863	2.351.839	1.358.618	613.676	1.972.294
Projeto Caetê	-	-	-	2.122.687	817.653	2.940.340
Exaustão	(1.909.141)	(272.604)	(2.181.745)	(1.759.604)	(514.121)	(2.273.725)
Custo histórico	(1.702.768)	(197.747)	(1.900.515)	(1.286.550)	(120.195)	(1.406.745)
Ajuste ao valor justo	(206.373)	(74.857)	(281.230)	(473.054)	(393.926)	(866.980)
Variação de valor justo não realizada	1.665.618	(1.161.517)	504.101	1.286.609	(216.052)	1.070.557
Preço	195.126	65.408	260.534	945.511	116.616	1.062.127
Crescimento (i)	1.470.492	(1.226.925)	243.567	341.098	(332.668)	8.430
Em 31 de dezembro de 2024	7.226.949	(639.771)	6.587.178	9.757.626	3.129.671	12.887.297
Adição	1.395.679	691.865	2.087.544	1.127.662	801.549	1.929.211
Adições por plantio e compras de florestas em pé	1.572.533	860.776	2.433.309	1.132.975	805.326	1.938.301
Aporte em controlada (ii)	(176.854)	(168.911)	(345.765)	-	-	-
Capitalização de arrendamento no ativo biológico	-	-	-	(5.313)	(3.777)	(9.090)
Exaustão	(2.247.540)	(739.111)	(2.986.651)	(2.459.642)	(785.851)	(3.245.493)
Custo histórico	(1.739.781)	(423.568)	(2.163.349)	(1.471.659)	(307.679)	(1.779.338)
Ajuste ao valor justo	(507.759)	(315.543)	(823.302)	(987.983)	(478.172)	(1.466.155)
Variação de valor justo não realizada	237.402	308.785	546.187	1.831.910	(160.549)	1.671.361
Preço	(100.021)	410.481	310.460	483.200	68.156	551.356
Crescimento (i)	337.423	(101.696)	235.727	1.348.710	(228.705)	1.120.005
Em 31 de dezembro de 2025	6.612.490	(378.232)	6.234.258	10.257.556	2.984.820	13.242.376

(i) Além do efeito de crescimento da floresta em razão da proximidade de seu corte, os impactos registrados referem-se exclusivamente à atualização dos saldos das premissas já adotadas.

(ii) Aporte de R\$ 85.416 na SPE Imbuia, e de R\$ 260.349 nas SPEs do Projeto Plateau (vide nota 5.1.)

(Área útil em milhares de hectares)	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Eucalipto (i)	84	136	171	196
Ativos maduros	48	103	87	111
Ativos imaturos	36	33	84	85
Pinus (i)	106	120	239	258
Ativos maduros	70	79	149	177
Ativos imaturos	36	41	90	81
Total	190	256	410	454

(i) A mensuração a valor justo aplica-se aos ativos maduros, iniciando-se no quarto ano para o eucalipto e no sexto ano para o pinus.

A exaustão dos ativos biológicos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

De acordo com a hierarquia de mensuração do valor justo, os ativos biológicos são classificados no Nível 3, conforme o CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, em razão da complexidade e da natureza das premissas utilizadas em seu cálculo.

Entre as premissas consideradas no cálculo destacam-se a sensibilidade aos preços utilizados na avaliação e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado. Os preços referem-se aos praticados nas regiões onde a Companhia está alocada. A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado de capital, levando em conta juros e inflação de longo prazo.

O preço médio ponderado utilizado na avaliação do ativo em 31 de dezembro de 2025 foi equivalente a R\$ 125/m³ (R\$ 116/m³ em 31 de dezembro de 2024).

Sobre a taxa de desconto, os efeitos materiais de elevação (redução) da taxa utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos acarretariam em queda (elevação) dos valores mensurados. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia utilizou o custo médio de capital ponderado de 6,34% em moeda constante para a controladora e 7,63% para as controladas (6,57% para a controladora e 7,93% para as controladas em 31 de dezembro de 2024).

Política contábil

A Companhia realiza a avaliação mensal dos ativos biológicos, conforme as disposições do CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola (IAS 41 - Agriculture), que estabelece os critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação desses ativos. Essa avaliação periódica visa garantir que os valores registrados no balanço patrimonial refletem com precisão a realidade econômica dos ativos, alinhando-se aos princípios de transparência e confiabilidade das informações financeiras. A revisão mensal permite a atualização contínua das premissas e valores, assegurando que os ativos biológicos sejam avaliados de acordo com suas condições e características atuais.

Para a determinação do valor justo, a Companhia adota a técnica da abordagem de receita, conforme preconizado pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13 - *Fair Value Measurement*). Essa abordagem utiliza o modelo de fluxo de caixa descontado, o qual projeta os fluxos de caixa futuros dos ativos biológicos, descontados a uma taxa que reflete o risco e o valor do tempo do dinheiro. A aplicação dessa técnica possibilita uma mensuração precisa e adequada do valor justo, alinhada às práticas contábeis e às exigências regulamentares, garantindo que a avaliação dos ativos biológicos seja baseada em critérios sólidos e consistentes.

16. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

16.1 Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 529 contratos de arrendamentos na controladora e 662 contratos no consolidado (606 contratos na controladora e 708 contratos no consolidado em 31 de dezembro de 2024).

A composição e movimentação do direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos estão demonstradas a seguir:

	Controladora			
	Terras	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Total no ativo
Direito de uso dos ativos				
Em 31 de dezembro de 2023	913.831	27.635	804.631	1.746.097
Amortização	(51.234)	(17.996)	(289.823)	(359.053)
Novos contratos	70.253	18.669	24.408	113.330
Atualização	(168)	2.899	55.021	57.752
Baixas	(54.310)	(3.212)	(5.591)	(63.113)
Em 31 de dezembro de 2024	878.372	27.995	588.646	1.495.013
Amortização	(58.720)	(22.776)	(230.222)	(311.718)
Novos contratos	315.914	94.327	186.751	596.992
Atualização	11.717	(786)	19.525	30.456
Baixas	(140.240)	(990)	(70.208)	(211.438)
Em 31 de dezembro de 2025	1.007.043	97.770	494.492	1.599.305
	Consolidado			
	Terras	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Total no ativo
Direito de uso dos ativos				
Em 31 de dezembro de 2023	1.051.033	28.453	822.166	1.901.652
Amortização	(70.884)	(18.692)	(293.887)	(383.463)
Novos contratos	127.770	18.669	24.766	171.205
Atualização	26.711	3.276	55.102	85.089
Baixas	(56.960)	(3.212)	(5.591)	(65.763)
Projeto Caetê	79.251	-	-	79.251
Em 31 de dezembro de 2024	1.156.921	28.494	602.556	1.787.971
Amortização	(85.254)	(23.388)	(234.974)	(343.616)
Novos contratos	107.486	94.327	186.753	388.566
Atualização	21.200	(646)	19.525	40.079
Baixas	(146.169)	(1.017)	(66.006)	(213.192)
Em 31 de dezembro de 2025	1.054.184	97.770	507.854	1.659.808

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
Passivo de arrendamento		
Em 31 de dezembro de 2023	1.771.685	1.923.294
Pagamento	(477.041)	(525.850)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(477.041)	(525.850)
 Outras movimentações		
Encargos	157.702	182.262
Novos contratos	113.330	171.205
Baixas	(63.113)	(65.764)
Atualização	57.752	85.090
Projeto Caetê	-	87.966
Em 31 de dezembro de 2024	1.560.315	1.858.203
Pagamento	(428.312)	(497.299)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(428.312)	(497.299)
 Outras movimentações		
Encargos	126.976	169.115
Novos contratos	596.992	388.566
Atualização	30.456	40.079
Baixas	(211.438)	(213.192)
Variação cambial	1.149	1.149
Capitalização para ativo biológico	-	(9.090)
Em 31 de dezembro de 2025	1.676.138	1.737.531
Passivo circulante	251.498	251.911
Passivo não circulante	1.424.640	1.485.620
Total no passivo	1.676.138	1.737.531

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos relacionados à separação de componentes nos contratos de arrendamento. Além disso, não foram identificados impactos sobre os custos diretos iniciais associados aos contratos na mensuração do ativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou despesa de R\$ 10.717 (R\$ 18.232 em 31 de dezembro de 2024) referente aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) e às operações envolvendo ativos de baixo valor.

A Companhia não possui contratos cujos pagamentos sejam mensurados de forma variável. Caso existam pagamentos variáveis, estes são registrados diretamente no resultado do exercício.

Adicionalmente, a Companhia não possui contratos de arrendamento classificados como onerosos, nem foram identificados indicadores que tenham resultado no reconhecimento de *impairment* dos ativos de direito de uso.

16.2 Cronograma de vencimento dos arrendamentos

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2025				31.12.2025			
	Terras	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Total	Terras	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Total
2026	152.929	20.162	236.721	409.812	124.316	25.629	212.463	362.408
2027	149.389	15.613	195.745	360.747	159.300	21.184	201.076	381.560
2028	148.918	15.593	123.199	287.710	158.853	21.164	128.586	308.603
2029	148.066	15.532	47.820	211.418	158.001	21.103	47.820	226.924
2030 - 2034	720.960	73.779	9.481	804.220	769.525	101.634	9.481	880.640
2035 - 2039	549.493	-	-	549.493	582.188	27.855	-	610.043
2040 - 2044	239.234	-	-	239.234	335.483	27.855	-	363.338
2045 - 2082	261.697	-	-	261.697	478.748	8.217	-	486.965
	2.370.686	140.679	612.966	3.124.331	2.766.414	254.641	599.426	3.620.481
Juros embutidos	(1.337.452)	(42.740)	(68.001)	(1.448.193)	(1.724.261)	(88.771)	(69.918)	(1.882.950)
Passivo dos arrendamentos	1.033.234	97.939	544.965	1.676.138	1.042.153	165.870	529.508	1.737.531

16.3 Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de imóveis, máquinas e equipamentos. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025		31.12.2025	
	Nominal	Ajuste ao valor presente	Nominal	Ajuste ao valor presente
Contraprestação do arrendamento	753.645	642.904	854.067	695.378
Pis/Cofins (9,25%)	69.712	59.469	79.001	64.322

16.4 Fluxo projetado com inflação para atendimento do Ofício Circular CVM

Em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/N° 02/2019, a Companhia adotou como prática contábil os requisitos do CPC06 (R2) - Arrendamentos (IFRS16 – Leases) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, empregando o modelo de fluxo de caixa descontado, considerando taxa de desconto nominal. Durante o exercício de 2025, a administração avaliou a utilização de fluxos nominais e concluiu que esses não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas.

Para resguardar a representação fidedigna da informação para atender os requerimentos do CPC06 (R2) – Arrendamentos (IFRS16 - Leases) e as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos dos ativos e passivos inflacionados, efetivamente contabilizados (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos juros com inflação nos períodos de comparação (fluxo real x taxa real).

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fluxo real				
Direito de uso dos ativos	1.599.305	1.495.013	1.659.808	1.787.971
Passivo de Arrendamento	3.124.331	2.972.394	3.620.481	3.644.347
Juros embutidos	(1.448.193)	(1.412.079)	(1.882.950)	(1.786.144)
	1.676.138	1.560.315	1.737.531	1.858.203
Fluxo inflacionado				
Direito de uso dos ativos	1.660.017	1.550.733	1.722.324	1.860.772
Passivo de Arrendamento	3.237.019	3.087.853	3.750.336	3.784.694
Juros embutidos	(1.500.169)	(1.471.818)	(1.950.289)	(1.853.690)
	1.736.850	1.616.035	1.800.047	1.931.004

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Política contábil

Os direitos de uso de ativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos de terras, máquinas, equipamentos e imóveis, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido, considerando a taxa incremental de financiamento. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado dos exercícios e registrado na linha competente à sua natureza (“custo dos produtos vendidos” / “despesas administrativas” / “despesas com vendas”), assim como as despesas de juros, correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “resultado financeiro”.

A Companhia reconhece seu ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos, considerando as seguintes premissas:

- (i) operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia avaliou os aspectos de renovação em sua metodologia e, por não identificar aspectos de renovação, optou por não considerar as renovações dos contratos, haja vista que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido);
- (ii) contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor;
- (iii) somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato são consideradas;
- (iv) inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável e, no caso de terras e imóveis, excluindo custos como imposto territorial rural – ITR, condomínio, imposto predial e territorial urbano – IPTU;
- (v) a metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas, descontadas pela taxa incremental de financiamento definida para a classe do ativo;
- (vi) a taxa incremental de financiamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi calculada com base nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia. As taxas para as operações de arrendamento de terras florestais e imóveis administrativos e galpões comerciais para contratos firmados no exercício de 2025 são de 13,45% ao ano para contratos com vencimento de até 5 anos, de 13,48% para vencimento de 6 a 10 anos, de 13,52% para vencimentos de 11 a 15 anos, de 13,36% para vencimentos de 16 a 20 anos e de 13,33% para vencimento acima de 20 anos, além de 13,45% ao ano para operações que envolvam máquinas e equipamentos;
- (vii) a remensuração para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento será feita no mês de aniversário de um ano de cada contrato (*reset*), quando a Companhia avaliará a necessidade de reajustes nos pagamentos mensais e anuais e, caso aplicável, os reajustes serão realizados no ativo contra o passivo de arrendamentos;
- (viii) a Companhia analisou, dentro das operações que se enquadram no escopo da norma, os efeitos relativos às contingências e aos riscos de *impairment* e não identificou impactos.

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Circulante				
Moeda nacional	2.110.382	1.990.404	2.196.513	2.045.405
Moeda estrangeira	126.769	36.781	165.504	56.307
Fornecedor risco sacado	658.466	601.448	658.466	601.448
Fornecedor risco sacado florestal	1.178.216	265.377	1.178.218	265.377
(-) Ajuste valor presente - risco sacado florestal	(60.030)	(28.716)	(60.030)	(28.716)
Total fornecedores circulante	4.013.803	2.865.294	4.138.671	2.939.821
Não Circulante				
Moeda nacional	5.721	35.497	6.052	35.497
Fornecedor risco sacado florestal	272.513	698.528	272.513	698.528
(-) Ajuste valor presente - risco sacado florestal	(38.728)	(109.627)	(38.728)	(109.627)
Total fornecedores não circulante	239.506	624.398	239.837	624.398
Total fornecedores	4.253.309	3.489.692	4.378.508	3.564.219

Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de vencimento dos títulos em aberto junto a seus fornecedores operacionais é de aproximadamente 92 dias (75 dias em 31 de dezembro de 2024). No caso de fornecedores de ativos imobilizados, os prazos seguem negociação comercial de cada operação.

17.1 Fornecedor risco sacado

O saldo de fornecedor correspondente às operações de risco sacado, em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$ 2.092.503 (R\$ 1.565.353 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado. A Companhia possui convênio de risco sacado com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos. Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca recebe antecipadamente esses recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o ajuste a valor presente do risco sacado no resultado financeiro foi de R\$ 133.027 na controladora e no consolidado (R\$ 76.638 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e no consolidado).

Considerando as orientações do Ofício CVM SMC/SEP nº 01/21, a Companhia optou por apresentar esses montantes em dois grupos distintos:

Fornecedor risco sacado: engloba operações de aquisição de insumos e matérias-primas diversas para consumo no curto prazo. Os fornecedores escolhem a instituição financeira que melhor atende às suas necessidades de fluxo de caixa, com as negociações entre fornecedor e instituição financeira feitas geralmente de forma bilateral, sendo que o fornecedor é o tomador de decisão, sem incidência de encargos financeiros ou garantias adicionais para a Companhia. Tais transações não apresentam modificações nas condições de compras (prazos de pagamentos e de preços negociados), permanecendo as condições usualmente praticadas no mercado. Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2025 as operações liquidadas foram de R\$ 2.100.708 (R\$ 2.003.317 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

no consolidado. Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de vencimento é de aproximadamente 93 dias (98 dias em 31 de dezembro de 2024).

Fornecedor risco sacado florestal: engloba operações para aquisição de madeira em pé (florestas) que, devido ao seu longo ciclo operacional, necessitam de estruturação frente às instituições financeiras específicas, que atenderão exclusivamente aos fornecedores que optarem em descontar os recebíveis. Os montantes envolvidos são ajustados ao valor presente na data das transações, utilizando taxas de desconto pré-acordadas entre todas as partes. O ajuste a valor presente é reconhecido inicialmente como redutor na conta de fornecedores – risco sacado florestal e o valor líquido da transação tem sua contrapartida na conta de ativo biológico. A conta fornecedores é mensurada pelo custo amortizado, com os juros do contrato sendo reconhecidos como despesa financeira ao longo do prazo de pagamento. A Companhia paga à instituição financeira na data do pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio ponderado das operações de risco sacado florestal é de 0,44 anos, com custo médio anual ponderado de 13,35% (1,3 ano com custo médio anual ponderado de 13,30% em 31 de dezembro de 2024) e as operações liquidadas durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 265.377 (R\$ 280.002 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia.

Política contábil

O contas a pagar aos fornecedores é composto por obrigações decorrentes de bens ou serviços adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, além de obrigações relacionadas aos investimentos nos projetos. Essas obrigações são inicialmente reconhecidas pelo valor justo na data de reconhecimento inicial e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As operações de risco sacado, incluindo aquelas de risco sacado florestal, são reconhecidas inicialmente a valor presente. No caso das operações florestais, os saldos das rubricas são ajustados a valor presente.

Após o reconhecimento inicial, as mensurações subsequentes dessas obrigações são feitas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. O ajuste a valor presente, que é realizado no momento do reconhecimento inicial, é amortizado ao longo do prazo da obrigação, e os ganhos e perdas resultantes dessa amortização ou da baixa dos passivos são reconhecidos no resultado.

Além disso, os ajustes decorrentes das operações de risco sacado florestal, incluindo a contraparte registrada em ativo biológico, são mensurados de acordo com os princípios estabelecidos no CPC 29 – Ativo Biológico.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

18.1 Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Juros anuais (i)	31.12.2025			31.12.2024 (Reapresentado Nota 2.1)		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional							
BNDES - Projeto Puma II (ii)	74,91% CDI	218.740	2.606.467	2.825.207	209.085	2.844.386	3.053.471
BNDES e Outros	IPCA + 3,45%, TR + 3% e TJLP	23.308	460.466	483.773	19.722	98.216	117.938
CRA	98% CDI	208.389	-	208.389	373.403	200.000	573.403
Debêntures	99,48% CDI	35.962	1.588.574	1.624.537	55.625	1.500.000	1.555.625
CPR	95,5% CDI e 93,86% CDI	38.974	1.504.183	1.543.157	-	-	-
Custo com captação		(28.542)	(231.692)	(260.235)	(29.657)	(211.022)	(240.679)
Outros	0,76% a 8,5%	-	-	-	152	-	152
		496.831	5.927.998	6.424.828	628.330	4.431.580	5.059.910
Em moeda estrangeira							
Pré-pagamentos de exportação (PPE) (iii)	USD + 5,00% a 5,12%	21.475	2.326.804	2.348.279	5.457	774.038	779.495
Notas de crédito à exportação (iii)	SOFR + 2,01%	-	-	-	21.444	2.054.336	2.075.780
CCB Rural	USD + 5,13%	208.067	2.000.000	2.208.067	-	-	-
Debêntures	USD + 5,40%	45.885	1.000.000	1.045.885	34.994	1.000.000	1.034.994
Term Loan (BID Invest e IFC) (iii)	SOFR + 1,88% a 2,18%	320.032	4.005.747	4.325.779	249.518	4.805.225	5.054.743
Finnvera (iii)	SOFR + 0,55% a 0,70% ou USD + 3,38%	435.160	1.883.707	2.318.867	578.254	2.903.198	3.481.452
CRA vinculado a debêntures	USD + 2,45% a USD + 5,20%	90.129	5.359.989	5.450.119	101.329	5.146.926	5.248.255
ECA (iii)	EUR + 0,45%	3.779	-	3.779	6.864	4.533	11.397
Synd Loan (iii)	SOFR + 2,05%	-	-	-	4.310	928.845	933.155
Term Loan (EDC) (iii)	SOFR + 1,48%	9.792	825.360	835.152	-	-	-
Custo com captação		(41.863)	(285.393)	(327.256)	(57.299)	(308.671)	(365.970)
		1.092.456	17.116.214	18.208.671	944.871	17.308.430	18.253.301
Total da controladora		1.589.287	23.044.212	24.633.499	1.573.201	21.740.010	23.313.211
Nas Controladas							
Em moeda estrangeira							
Bonds (Notes) (iii)	USD + 3,20% a 7,00%	179.655	11.850.888	12.030.542	211.565	13.470.858	13.682.423
Synd Loan (iii)	USD - SOFR + 2,05%	-	-	-	46.648	2.755.574	2.802.222
Custo com captação		1.723	55.277	57.001	(18.365)	(75.254)	(93.619)
		181.378	11.906.165	12.087.543	239.848	16.151.178	16.391.026
Total consolidado		1.770.665	34.950.377	36.721.042	1.813.049	37.891.188	39.704.237

(i) As taxas apresentadas consideram os instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) contratados.

(ii) Mensurado a valor justo.

(iii) Operação designada como instrumento de *hedge*, dentro do programa de contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa cambial, vide nota explicativa 28.

18.2 Natureza dos principais empréstimos e financiamentos

a) BNDES – Projeto Puma II e outros

A Companhia tem contratos com o BNDES e FINEP que tiveram por finalidade o financiamento de projetos de desenvolvimento industrial, florestal, projetos sociais e de inovação, tais como o projeto de expansão produtiva de papéis, denominado Projeto Puma II. A amortização dos financiamentos é realizada mensalmente com os respectivos juros, com liquidações previstas até 2040 (sendo até 2039 para o BNDES – Projeto Puma II e até 2040 para as demais linhas).

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em novembro de 2025, a Companhia assinou um novo contrato de financiamento com a Finep no valor de R\$ 43.426 pela linha Mais Inovação, com taxa de juros de TR + 3,0% ao ano e prazo de 13 anos. O primeiro desembolso aconteceu em dezembro de 2025, sendo 64% do volume total do financiamento.

b) Pré-pagamentos de exportação e notas de crédito à exportação (NCE)

As operações de pré-pagamentos e notas de crédito à exportação foram captadas com a finalidade de administração do capital de giro vinculados à atividade de exportação. A liquidação dos contratos está prevista para até junho de 2033.

Em fevereiro de 2025, a Companhia realizou a amortização antecipada das notas de crédito à exportação, no valor de R\$ 1.649.967, composto por R\$ 1.125.491 referentes ao principal, R\$ 35.717 de juros e R\$ 488.759 referentes à liquidação do swap atrelado à NCE, registrada como despesa financeira. O contrato estava previsto para vencimento original em maio de 2026.

Em abril de 2025, a Companhia celebrou contrato de pré-pagamento de exportação (PPE) no montante de US\$ 300 milhões (R\$ 1.706.400) e amortizações no 5º, 6º e 7º anos. Na mesma data, foi realizada operação de swap para taxa fixa em dólar com custo *all-in* de US\$ + 5,12% a.a..

Em junho de 2025, a Companhia realizou a amortização antecipada do saldo remanescente das notas de crédito à exportação no valor de US\$ 150 milhões (R\$ 825.320). O contrato estava previsto para vencimento em janeiro de 2028.

Em dezembro de 2025, a Companhia realizou o adiantamento de três contratos de pré-pagamentos de exportação que venceriam nos anos de 2026 a 2029, no montante de US\$ 125 milhões. Os novos contratos possuem vencimento integral em junho de 2033, e custo de US\$ + 5,00% a.a..

c) Empréstimo sindicalizado

Em 3 de outubro de 2023, a Companhia celebrou um contrato de empréstimo sindicalizado no montante de US\$ 595 milhões (R\$ 3.040.000) pelo prazo de 5 (cinco) anos com amortização integral no vencimento e custo médio equivalente a SOFR + 2,05%.

A Companhia realizou liquidações antecipadas parciais do contrato de empréstimo sindicalizado, em 07 de abril de 2025, no valor de aproximadamente US\$ 330 milhões (R\$ 2.001.818) e em 07 de julho de 2025, no valor de aproximadamente US\$ 145 milhões (R\$ 818.280).

Em 07 de outubro de 2025, a Companhia realizou a liquidação antecipada de contrato de empréstimo sindicalizado, cujo vencimento original estava previsto para 2028, no valor aproximado de US\$ 120 milhões (equivalente a R\$ 640.356), o que implicou na quitação total da obrigação contratual. O vencimento original estava previsto para 2028.

d) Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA)

A Companhia emitiu debêntures simples que servem de lastro para a emissão de CRA, sendo:

Tipo	Emitido	Valor Captado (R\$)	Prazo	Vencimento	Emissor	Periodicidade (Juros)	Juros
CRA IV	abr/19	200.000	7 anos	mar/26	VERT Securitizadora	Semestral	98% do CDI
CRA IV	abr/19	800.000	10 anos	mar/29	VERT Securitizadora	Semestral	IPCA + 4,5081% a.a.
CRA V	jul/19	966.291	10 anos	jun/29	VERT Securitizadora	Semestral	IPCA + 3,5% a.a.
CRA VI	jul/22	2.500.000	12 anos	mai/34	VERT Securitizadora	Semestral	IPCA + 6,7694% a.a.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) substituindo o indexador do contrato de IPCA para US\$, descritos na nota explicativa 28.1.

e) Term loan (BID Invest, IFC, JICA e outros)

Como parte do *funding* necessário para execução do Projeto Puma II, a Companhia celebrou um contrato de *term loan* junto ao *BID Invest, IFC & JICA*, além de outros bancos comerciais e o montante desembolsado desse contrato de financiamento é de atualmente US\$ 800 milhões (R\$ 4.147.397) divididos em três subcontratos, sendo o primeiro de US\$ 350 milhões (R\$ 1.810.093) com juros de SOFR + 1,88% a.a. com vencimento em 2029, o segundo de US\$ 378 milhões (R\$ 1.962.304) com juros de SOFR + 2,18% a.a. e vencimento em 2032 e o terceiro de US\$ 72 milhões (R\$ 375.000) com juros de SOFR + 1,83% a.a. e vencimento em 2032.

Em 15 de outubro de 2025, a Companhia celebrou um novo contrato de financiamento na modalidade *Term Loan*, no montante de US\$ 150 milhões (equivalente a R\$ 816.960). O contrato prevê amortizações no 5º, 6º e 7º anos e apresenta custo médio *all-in* de SOFR + 1,61% ao ano.

f) Finnvera (agência de crédito de exportação da Finlândia)

Como parte do *funding* necessário para a execução do Projeto Puma II, a Companhia firmou contrato para captação de recursos destinados ao financiamento dos ativos adquiridos (ECA *Finnvera Puma II – fase I*). Nessa linha foi realizada a captação de US\$ 67 milhões (R\$ 342.496) em abril de 2020, de US\$ 165 milhões (R\$ 783.737) em março de 2022 e de US\$ 4,3 milhões (R\$ 22.069) em janeiro de 2023. Essa linha conta com um custo médio de SOFR acrescida de 0,55% a.a., amortizações semestrais e vencimento em 2031.

Em fevereiro de 2024 a Klabin realizou o saque da linha de crédito ECA *Finnvera - fase II*, referente à importação dos equipamentos para a segunda fase do Projeto Puma II, no montante de US\$ 320 milhões (R\$ 1.785.188), sendo US\$ 295 milhões (R\$ 1.643.801) referente a captação e US\$ 25 milhões (R\$ 141.386) ao pagamento do prêmio com juros anuais de SOFR + 0,70% e vencimento em 2033. O volume desembolsado foi menor do que o contrato (US\$ 447 milhões) por conta das despesas vinculadas ao Projeto não atingirem o limite da linha contratada. Não existirão outros saques referentes a esse contrato.

g) Revolving credit facility (RCF)

Em 2 de outubro de 2025, a Companhia contratou uma nova linha de crédito rotativo RCF no montante de US\$ 500 milhões (R\$ 2.757.000), com vencimento em outubro de 2030.

O custo de manutenção, caso a linha não seja desembolsada, será de 0,36% a.a., e caso a linha seja sacada, o custo será de SOFR +1,20% a.a..

Essa operação substituiu a linha de crédito rotativo contratada pela Companhia em outubro de 2021, no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento originalmente previsto para outubro de 2026, a qual foi cancelada em 7 de outubro de 2025. Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia não utilizou a linha de crédito.

h) Bonds (notes)

A Companhia, por meio de sua controlada integral Klabin Austria GmbH (Áustria), emitiu títulos representativos de dívida (*notes*) no mercado internacional com listagem na Bolsa de Luxemburgo (Euro MTF) e na Bolsa de Singapura (SGX) com tipo de emissão *senior unsecured notes 144^a/Reg S*.

Em 31 de dezembro de 2025, os *bonds* em vigência são:

Tipo	Captado	Valor Captado (US\$ mil)	Prazo	Vencimento	Cupom % a.a.	Periodicidade (Juros)	Valor Recomprado (US\$ mil)
<i>Green Bonds</i>	set/17	500.000	10 anos	2027	4,88%	semestral	277.733
<i>Bonds</i>	mar/19	500.000	10 anos	2029	5,75%	semestral	18.500
<i>Green Bonds</i>	mar/19	500.000	30 anos	2049	7,00%	semestral	-
<i>Bonds</i>	jul/19	250.000	10 anos	2029	5,75%	semestral	-
<i>Bonds</i>	jan/20	200.000	29 anos	2049	7,00%	semestral	-
<i>Sustainability Linked Bonds (SLB)</i>	jan/21	500.000	10 anos	2031	3,20%	semestral	-

i) Debêntures

A Companhia concluiu em 1º de abril de 2019 a 12^a emissão de debêntures, totalizando R\$ 1.000.000, com vencimento em 19 de março de 2029. Os juros pagos serão de 114,65% do CDI semestralmente e as amortizações ocorrerão nos anos 2027, 2028 e 2029. Essa operação possui um *swap* vinculado contratado junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., com posição ativa em 114,65% do CDI e passiva em US\$ + 5,40% a.a..

Em 12 de agosto de 2024, a Companhia aprovou a realização da sua 15^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 séries, no montante total de R\$ 1.500.000. O valor nominal unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Sobre o valor nominal unitário atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,05% ao ano. O vencimento das Debêntures será em 2039. Essa operação foi objeto de operação de *swap*, substituindo o indexador do contrato de inflação para juros (IPCA para CDI), com taxa final efetiva em 99,48% do CDI ao ano.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

j) Cédula de Crédito Bancário (CCB)

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 02 de abril de 2025, a Companhia celebrou contrato de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), no montante de R\$ 2.000.000 (equivalente a aproximadamente US\$ 350 milhões), considerando a operação de *swap* para dólar realizada na mesma data. A emissão tem prazo de 5 (cinco) anos, amortização integral no vencimento e custo total correspondente a US\$ + 5,13 % a.a..

k) Cédulas de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F)

Conforme Fato Relevante divulgado em 22 de agosto de 2025, a Companhia celebrou a 1^a emissão de Cédulas do Produto Rural com Liquidação Financeira, em duas séries, ambas objeto de distribuição pública, destinadas ao público investidor geral.

Para Primeira Série, o montante total emitido foi de R\$ 300.000, com prazo de 7 (sete) anos, vencimento em 15 de agosto de 2032 com amortização paga em parcela única, e juros remuneratórios de 95,50% CDI ao ano, com pagamentos semestrais.

Para Segunda Série, o montante total emitido foi de R\$ 1.200.000, com prazo de 10 (dez) anos, vencimento em 15 de agosto de 2035 com amortização paga em parcela única, atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e juros remuneratórios de IPCA + 7,1596% com pagamentos semestrais. Essa série foi objeto de operação de *swap*, junto a bancos de primeira linha, transformando o indexador do contrato de inflação para juros (IPCA para CDI), com taxa final efetiva em 93,86% CDI.

18.3 Cronograma dos vencimentos não circulantes

O vencimento dos financiamentos da Companhia classificados no passivo não circulante no balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 é demonstrado da seguinte forma:

Ano	Consolidado
2027	3.130.504
2028	2.881.096
2029	6.892.211
2030	4.297.710
2031	4.235.740
2032	1.666.955
2033	1.074.226
2034	3.129.326
2035	1.290.331
2036	221.020
2037	754.430
2038	754.221
2039	736.048
2040 em diante	3.886.559
Total	34.950.377

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.4 Movimentação sumária dos empréstimos e financiamentos e debêntures

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.534.403	31.341.244
Captações	3.430.166	3.430.166
Amortização de principal	(1.329.472)	(1.349.201)
Pagamento de juros	(1.413.202)	(2.191.872)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	687.492	(110.907)
Outras movimentações		
Provisão de juros	1.863.282	2.677.088
Variação cambial	2.337.334	5.886.383
Adição de custo de transação	(205.185)	(205.185)
Amortização custo de transação	95.885	115.614
Em 31 de dezembro de 2024	23.313.211	39.704.237
Captações	6.051.159	6.951.159
Amortização de principal	(3.995.452)	(7.371.201)
Pagamento de juros	(1.341.208)	(2.116.146)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	714.499	(2.536.188)
Outras movimentações		
Provisão de juros	2.015.380	2.741.394
Variação cambial	(1.262.545)	(3.062.803)
Adição de custo de transação	(80.990)	(82.740)
Amortização custo de transação	100.147	123.345
Marcação a Mercado (hedge de valor justo)	(166.203)	(166.203)
Em 31 de dezembro de 2025	24.633.499	36.721.042

18.5 Garantias

Os financiamentos junto ao BNDES são garantidos por terrenos, edifícios, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações da fábrica de Ortigueira (PR).

Os financiamentos junto ao Finnvera são garantidos pelas plantas industriais de Angatuba (SP), Piracicaba (SP), Betim (MG), Goiana (PE), Otacílio Costa (SC), Jundiaí TP e DI (SP), Horizonte (CE) e Monte Alegre (PR) (apenas equipamentos).

O financiamento junto ao BID Invest, IFC & JICA é garantido pelas plantas industriais de Correa Pinto (SC) e Monte Alegre (PR).

Os empréstimos de crédito de exportação, pré-pagamentos de exportações, bonds, certificados de recebíveis do agronegócio e capital de giro não possuem garantias reais.

18.6 Cláusulas restritivas financeiras de contratos

A Companhia e suas controladas não possuem, na data das Demonstrações Financeiras, contratos de empréstimos ou financiamentos com cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações relacionadas à manutenção de índices financeiros, como resultado, liquidez e alavancagem, cuja violação tornaria o pagamento da dívida automaticamente exigível. Adicionalmente, a Companhia possui cláusulas de covenants para indicadores não financeiros, os quais estavam integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

As debêntures que não são mandatoriamente conversíveis são representadas no passivo pelo valor correspondente ao montante dos recursos captados, acrescido dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidas as parcelas amortizadas e juros pagos.

19. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

19.1 Processos fiscais, tributários, trabalhistas e cíveis classificados como perda provável

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

				31.12.2025
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados (i)	Subtotal	Depósitos judiciais sem vínculo (i)
Controladora				
PIS/COFINS				38.779
ICMS / IPI	(77.983)	99.743	21.760	7.006
IR / CS	(124)	-	(124)	-
IPTU	(9.916)	21	(9.895)	10
Outros	(59.360)	20.639	(38.721)	13.026
	(147.383)	120.403	(26.980)	58.821
Trabalhistas	(117.408)	6.677	(110.731)	2.217
Cíveis	(236.480)	26.990	(209.490)	-
	(501.271)	154.070	(347.201)	61.038
Controladas				
Trabalhistas	(12.202)	834	(11.368)	-
Cíveis	(6.708)	63	(6.645)	-
Consolidado	(520.181)	154.967	(365.214)	61.038

(i) Saldo corresponde ao montante de depósitos judiciais do ativo não circulante.

				31.12.2024
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados (i)	Subtotal	Depósitos judiciais sem vínculo (i)
Controladora				
PIS/COFINS	-	-	-	36.983
ICMS / IPI	(81.262)	77.849	(3.413)	23.805
IR / CS	(74)	-	(74)	136
IPTU	(8.688)	16	(8.672)	10
Outros	(19.122)	622	(18.500)	21.089
	(109.146)	78.487	(30.659)	82.023
Trabalhistas	(106.459)	9.488	(96.971)	-
Cíveis	(169.942)	26.979	(142.963)	-
	(385.547)	114.954	(270.593)	82.023
Controladas				
Trabalhistas	(13.896)	1.584	(12.312)	-
Cíveis	(5.297)	-	(5.297)	-
Consolidado	(404.740)	116.538	(288.202)	82.023

(i) Saldo corresponde ao montante de depósitos judiciais do ativo não circulante.

19.2 Movimentação das contingências

				Controladora	
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Exposição bruta	Exposição líquida
Em 31 de dezembro de 2023	(7.671)	(36.641)	(5.871)	(65.927)	(50.183)
Provisão / Novos processos	(112.870)	(78.863)	(163.660)	(355.393)	(355.393)
Baixas e reversões	11.395	23.934	444	35.773	35.773
Movimentação de depósito	78.487	(5.401)	26.124	-	99.210
Em 31 de dezembro de 2024	(30.659)	(96.971)	(142.963)	(385.547)	(270.593)
Provisão / Novos processos	(32.377)	(81.387)	(71.259)	(206.974)	(185.023)
Baixas e reversões	16.092	70.438	4.720	91.250	91.250
Movimentação de depósito	19.964	(2.811)	12	-	17.165
Em 31 de dezembro de 2025	(26.980)	(110.731)	(209.490)	(501.271)	(347.201)

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

					Consolidado
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Exposição bruta	Exposição líquida
Em 31 de dezembro de 2023	(7.671)	(36.798)	(5.871)	(66.084)	(50.340)
Provisão / Novos processos	(112.870)	(93.599)	(168.958)	(375.427)	(375.427)
Baixas e reversões	11.395	24.932	444	36.771	36.771
Movimentação de depósito	78.487	(3.818)	26.125	-	100.794
Em 31 de dezembro de 2024	(30.659)	(109.283)	(148.260)	(404.740)	(288.202)
Provisão / Novos processos	(32.377)	(91.995)	(73.171)	(219.494)	(197.543)
Baixas e reversões	16.092	82.740	5.222	104.053	104.054
Movimentação de depósito	19.964	(3.561)	74	-	16.477
Em 31 de dezembro de 2025	(26.980)	(122.099)	(216.135)	(520.181)	(365.214)

19.3 Processos fiscais, tributários, previdenciários, trabalhistas e cíveis classificados como perda possível

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas eram partes em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda para a Companhia avaliados como possíveis, que totalizam:

Possíveis	31.12.2025		31.12.2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fiscais e Tributários	3.456.400	3.680.743	2.847.644	3.101.229
Trabalhistas	277.165	295.118	282.822	290.768
Cíveis	173.561	174.088	132.130	137.141
Total	3.907.126	4.149.949	3.262.596	3.529.138

Com base na análise individual dos processos judiciais e administrativos, e amparada na opinião de seus consultores jurídicos, a Administração entende que esses processos têm os prognósticos de perda avaliados como possíveis e, dessa forma, não são provisionados.

Os principais processos judiciais em que a Companhia figurava no polo passivo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 eram:

a) Processos de natureza fiscal

(i) Execução fiscal referente à cobrança da contribuição de 2,6% sobre a receita bruta decorrente da comercialização da produção da atividade agroindustrial. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional reduziu o valor do débito ao limitar as multas ao percentual de 20%, e em 25 de março de 2025, o juiz aceitou o seguro garantia apresentado. O valor total dessa ação em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 368.537 (R\$ 361.876 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Glosa de compensação face à discordância sobre a correção do crédito de Finsocial ocorrida em 2017. O valor total da ação em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 162.116 (R\$ 150.915 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) Execução fiscal cujo objeto é a cobrança de ICMS decorrente de créditos sobre produtos considerados intermediários. O valor total dessa ação em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 96.029 (R\$ 88.693 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figurava no polo passivo em processos relacionados a imposto de renda e contribuição social que não atendem aos critérios de reconhecimento conforme o ICPC 22/IFRIC 23, com um montante de R\$ 2.459.117 na controladora e no consolidado (R\$ 1.948.942 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e no consolidado). Dentre esses processos, destaca-se os seguintes:

- (i) Execução fiscal ajuizada pela União Federal, visando a cobrança de IRPJ decorrente de supostas deduções indevidas, a título de *royalties* e pelo uso de marcas, além de IRPJ e CSLL relacionados à amortização do ágio das aquisições das empresas Klamasa e Igaras, com valor total de R\$ 1.587.106 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.507.700 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Auto de infração para cobrança de IRPJ e CSLL sobre os lucros obtidos pela Klabin Austria GmbH, no ano de 2021, além de multa por descumprimento de obrigação acessória. O valor total desse processo, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 259.155.
- (iii) Auto de infração para cobrança de IRPJ e CSLL sobre os lucros obtidos pela Klabin Austria GmbH, no ano de 2022, além de multa por descumprimento de obrigação acessória. O valor total desse processo, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 189.759.
- (iv) Auto de infração para cobrança de IRPJ e CSLL decorrente da glosa de amortizações fiscais de ágio realizadas nos de 2016 a 2020. Decorre da operação envolvendo a Florestal Vale do Corisco (FVC). O valor total desse processo, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 168.206 (R\$ 203.728 em 31 de dezembro de 2024).
- (v) Execução fiscal ajuizada pela União Federal visando à cobrança de diferença de IRPJ e CSLL, pela realização de negócio jurídico indireto envolvendo as empresas Norske Skog Pisa Ltd. e Lille Holdinds S/A., com multa agravada. O valor total dessa execução em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 90.148 (R\$ 95.938 em 31 de dezembro de 2024).

Em 2025, o CARF reduziu a multa de ofício de 150% para 75%, reduzindo significativamente o saldo da provisão, considerando os itens iv e v.

b) Processos de natureza trabalhista

Os principais pedidos estão relacionados a horas extras, dano moral, adicional de insalubridade e periculosidade, além de indenizações e responsabilidade solidária ou subsidiária de terceiros. Nenhuma ação individual é relevante o suficiente para impactar adversamente e de maneira considerável os resultados da Companhia.

c) Processos de natureza cível

Ação Cível Pública proposta, em 2009, pela Associação dos Pescadores Ambientais do Paraná – APAP, em face de alegados danos ao Rio Tibagi (PR), pelo descarte de resíduos de carvão mineral queimado, utilizado pela Companhia até 1998. Apesar de não haver comprovação do dano ambiental, em dezembro de 2015 foi proferida sentença desfavorável à Companhia, condenando-a à obrigação de fazer a retirada

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

do carvão mineral queimado depositado no leito do rio. O processo encontra-se atualmente em fase de liquidação de sentença.

Em 03 de janeiro de 2023, o Instituto Água e Terra – “IAT” (órgão ambiental local) protocolou um laudo que foi favorável ao entendimento que a Companhia sustenta no processo que, a tentativa de retirada do resíduo de carvão do Rio Tibagi, poderá causar impacto ambiental concreto e mais grave que a manutenção do material na área que se encontra.

Em 9 de outubro de 2024, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) instaurou processo administrativo para investigar suposta troca de informações sensíveis entre departamentos de recursos humanos de determinadas empresas. A Klabin não é capaz de antecipar no atual estágio processual o desfecho desta investigação. Caso a autoridade conclua pela existência de uma violação, o CADE pode impor uma multa de 0,1% a até 20% de seu faturamento bruto (ou de seu grupo econômico) no ano anterior à instauração do processo administrativo, havendo também a possibilidade de imposição de sanções não pecuniárias.

d) Processos ativos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figurava em processos judiciais de naturezas cível e tributária envolvendo causas ativas, para as quais não existem valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras, sendo os ativos reconhecidos somente após o trânsito em julgado dos processos e em que o ganho seja definitivamente certo.

Política contábil

De acordo com CPC 25 - Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes (IAS 37 – *Provisions, contingent liabilities and contingent assets*), as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são registradas quando os processos judiciais são avaliados como perda provável pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia. Essa avaliação é efetuada considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

Para os casos em que a expectativa de ocorrer qualquer desembolso para a liquidação de uma provisão não seja provável, mas também que não seja remoto o desembolso, a Companhia classifica como risco de perda possível e divulga as incertezas relacionadas com a ocorrência do evento bem como uma expectativa do valor envolvido.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital social

O capital social da Klabin S.A., subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025, está dividido em 6.241.478.850 ações (6.179.682.031 em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal, correspondente a R\$ 6.875.625 (R\$ 6.075.625 em 31 de dezembro de 2024), assim distribuído:

Acionistas	31.12.2025		31.12.2024	
	Ações ordinárias ON	Ações preferenciais PN	Ações ordinárias ON	Ações preferenciais PN
Klabin Irmãos S.A.	1.208.081.570	-	1.196.120.367	-
The Bank of New York Department (i)	70.064.980	280.259.922	69.080.975	276.323.900
BlackRock (i)	73.240.831	292.963.389	51.052.913	204.211.652
Ações em tesouraria (ii)	21.208.284	84.842.901	20.080.051	80.320.413
Outros (iii)	940.204.804	3.270.612.169	953.567.149	3.328.924.791
Total de ações	2.312.800.469	3.928.678.381	2.289.901.455	3.889.780.756

(i) Acionistas no exterior.

(ii) Considera ações de usufruto.

(iii) Acionistas com participação inferior a 5% das ações. Em 2025, o acionista T. Rowe Price Associates deixou de deter participação superior a 5% e não é mais citado no quadro.

Além das ações ordinárias e preferenciais nominativas, a Companhia negocia certificados de depósito de ações, denominados *units*, correspondentes ao lote de uma ação ON e quatro ações PN.

Em 08 de dezembro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 800.000 mediante a capitalização de parte do saldo da “Reserva para Investimentos e Capital de Giro”, com a emissão de 61.796.819 novas ações, todas escriturais e sem valor nominal, sendo 22.899.014 novas ações ordinárias e 38.897.805 novas ações preferenciais, bonificadas aos acionistas na proporção de uma nova ação de cada espécie para cada 100 ações da mesma espécie detidas pelo acionista, ou seja, à razão de 1% (“Bonificação”).

As novas ações decorrentes da bonificação têm os mesmos direitos conferidos pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável às ações da Companhia já existentes de mesma espécie, inclusive a dividendos e juros sobre capital próprio que venham a ser declarados após a sua emissão. A base apresentada já contempla a atualização das posições com a Bonificação.

20.2 Reservas de capital

São constituídas por transações com acionistas que não transitam pela demonstração de resultado. Podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações.

Além disso, são registrados os efeitos dos planos de incentivo de longo prazo, e descritos na nota 24.

20.3 Reservas de lucro

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

- (i) **Reserva legal:** constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76 e limitado a 20% do capital social.
- (ii) **Reserva para Investimentos e Capital de Giro:** constituída por parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, observado o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, acréscimos de capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamentos de capital, podendo seu saldo ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, quando autorizadas na forma prevista no Estatuto Social, ou para incorporação ao capital social.
- (iii) **Reserva de Ativos Biológicos:** com a finalidade de alocação dos efeitos de ajustes ao valor justo dos ativos biológicos enquanto não realizados financeiramente, pela destinação do resultado do exercício pelo que estiver nele contido, líquido dos efeitos tributários, de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos próprios e de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos de controladas contida no resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela controladora. O valor a ser utilizado para a constituição da Reserva de Ativos Biológicos será limitado ao saldo da conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados” após a constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar.
- (iv) **Incentivos fiscais:** constituída nos termos do artigo 195-A da Lei no 6.404/76, alterada pela Lei no 11.638/07 e por proposta dos órgãos da administração, destinará a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, sendo excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Em determinação do artigo 30 da Lei no 12.973/14 e do artigo 19 do Decreto no 1.598/77, a Companhia, pelo lucro apurado no exercício, constituiu sua reserva de incentivos fiscais, incluindo os incentivos que (i) foram absorvidos com prejuízo (ii) teriam sido reconhecidos nos exercícios anteriores, caso tivesse apurado lucro e (iii) do exercício corrente.

	Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024
Reserva legal	587.234	517.077
Reserva de incentivos fiscais	682.767	682.767
Reserva de ativos biológicos	443.722	366.283
Dividendos propostos	-	54.000
Reserva de investimento e capital de giro	1.063.939	2.622.716
Reserva de lucros	2.777.662	4.242.843

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Criado pela Lei 11.638/07, o grupo de “ajustes de avaliação patrimonial” mantido no patrimônio líquido da Companhia comporta ajustes de avaliações com aumentos e diminuições de ativos e passivos, quando aplicável.

O saldo mantido pela Companhia corresponde à adoção do custo atribuído do ativo imobilizado (*deemed cost*) para as terras florestais, opção exercida na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis convergentes aos IFRS em 1º de janeiro de 2009; alteração nas participações em controladas (nota explicativa 20.7), variação cambial de controladas mantidas no exterior com moeda funcional diferente da controladora; contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa (nota explicativa 28) e atualizações do passivo atuarial.

	Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024
Custo atribuído imobilizado (terras) (i)	1.036.661	1.058.681
Alterações nas participações em controladas	(751.937)	36.668
Ajustes de conversão para moeda estrangeira	(87.500)	(111.360)
Opção de compra	8.059	(1.055)
Reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa (i)	(1.532.621)	(4.167.267)
Passivo atuarial (i)	(180.492)	(163.937)
Passivo atuarial de controladas (i)	(1.003)	(1.314)
Total de ajustes de avaliação patrimonial	(1.508.833)	(3.349.584)

(i) Líquido dos impostos diferidos correspondentes, na alíquota de 34%.

20.5 Ações em Tesouraria

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha em Tesouraria 106.051.185 ações de sua própria emissão, correspondente a 21.208.284 *units* e 9.765 PN (100.400.464 ações, correspondente a 20.080.051 *units* em 31 de dezembro de 2024). O preço em 31 de dezembro de 2025 em negociação na Bolsa de Valores de São Paulo foi de R\$ 18,76 (R\$ 23,20 em 31 de dezembro de 2024) por *unit* (código KLBN11 na B3).

De acordo com o plano de outorga de ações, descrito na nota explicativa 24, concedido como remuneração de longo prazo aos executivos e colaboradores da Companhia, em 30 de março de 2025 foram alienadas 8.870.470 ações mantidas em tesouraria, correspondentes a 1.774.094 *units*, pelo valor total de R\$ 33.050. O custo histórico dessas ações foi de R\$ 10.893.

Política contábil

As ações em tesouraria são registradas pelo custo como uma dedução do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas com vendas de ações em tesouraria (e o respectivo efeito tributário) são registrados diretamente no patrimônio líquido sem afetar o lucro líquido do exercício.

20.6 Dividendos/Juros sobre capital próprio

Os dividendos/juros sobre capital próprio representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuída aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais. Todos os acionistas têm direito a receber dividendos e juros sobre capital próprio, proporcionais à sua participação

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

acionária, conforme assegurado pela legislação societária brasileira e o Estatuto Social da Companhia. Também é prevista no Estatuto Social a faculdade da Administração aprovar distribuições intermediárias e/ou intercalares durante o exercício de forma antecipada, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária destinada a apreciar as contas do exercício.

Os juros sobre capital próprio, para fins de atendimento às normas fiscais, são contabilizados em contrapartida à rubrica “despesas financeiras”. Para fins de preparação das Demonstrações Financeiras, são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, compondo o saldo do dividendo mínimo obrigatório, conforme instrução da CVM.

A base de cálculo do dividendo obrigatório definida no Estatuto Social da Companhia é ajustada pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da “reserva de ativos biológicos”, outorgando aos acionistas da Companhia o direito ao recebimento em cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. Adicionalmente, é facultada à Companhia a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio com saldos de “reservas de lucros” mantidos no patrimônio líquido.

No decorrer de 2025, em reuniões do Conselho de Administração, foram aprovadas as distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio, sendo:

Aprovação	Provento	Pagamento	Classe	Valor por lote de mil	Fonte	Total distribuído
25/02/2025	Dividendo	14/03/2025	ON e PN "Units"	R\$ 0,01 R\$ 0,04	Complementar 2024	54.000
06/05/2025	Dividendo	22/05/2025	ON e PN "Units"	R\$ 0,05 R\$ 0,23	Intermediário 2025	279.000
04/08/2025	Dividendo	19/08/2025	ON e PN "Units"	R\$ 0,05 R\$ 0,25	Intermediário 2025	306.000
03/11/2025	Dividendo	19/11/2025	ON e PN "Units"	R\$ 0,05 R\$ 0,26	Intermediário 2025	318.000
08/12/2025	Dividendo	27/02/2026	ON e PN "Units"	R\$ 0,18 R\$ 0,91	Intercalares	1.112.000
		20/05/2026				
		19/08/2026				
		12/11/2026				
						2.069.000

Os juros sobre capital próprio possuem retenção de 15% de imposto de renda na fonte, exceto para os acionistas que sejam comprovadamente imunes ou isentos, conforme legislação em vigor sobre os juros sobre capital próprio, a ser debitado.

da conta de parte dos resultados intermediários do exercício de 2025, em cumprimento aos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia.

Além disso, os dividendos e os juros sobre o capital ora declarados serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social em curso, devendo ser deduzido do montante que for declarado pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026, conforme previsão estatutária e legal (vide nota explicativa 20.8).

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Política contábil

O Estatuto da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio (“JCP”) é reconhecido na demonstração de resultado (nota explicativa 11).

20.7 Participação dos acionistas não controladores

Em 31 de dezembro de 2025, a participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido consolidado é de R\$ 6.515.155 (R\$ 1.985.347 em 31 de dezembro de 2024). Corresponde ao capital social detido por acionistas não controladores nas controladas na proporção do patrimônio líquido conforme descrito abaixo:

		31.12.2025		31.12.2024
	Acionistas não controladores	Klabin S.A	Acionistas não controladores	Klabin S.A
Guaricana	65,26%	34,74%	65,26%	34,74%
Sapopema	74,52%	25,48%	74,52%	25,48%
Aroeira	71,90%	28,10%	71,90%	28,10%
Cerejeira	45,50%	54,50%	50,00%	50,00%
Arapoti	74,96%	25,04%	-	100,00%
Cambará	47,48%	52,52%	-	100,00%
Itararé	45,69%	54,31%	-	100,00%
Jacarandá	72,34%	27,66%	-	100,00%
São Nicolau	31,04%	68,96%	-	-
Pinus Sul	24,15%	75,85%	-	-
Pitangueira	25,75%	74,25%	-	-

Em decorrência do Projeto Plateau (nota 5.1) e do Projeto de Arrendamento de Terras (nota 5.2), a Companhia realizou alterações nos percentuais de participação em suas controladas, resultando em uma redução patrimonial de R\$ 788.605 na controladora e um aumento de R\$ 782.115 na participação dos não controladores.

A Companhia poderá exercer direito de compra das ações pertencentes aos acionistas não controladores das SPEs, em opção facultativa, conforme condições comerciais previstas em acordo de acionistas, levando em consideração:

- Guaricana, Sapopema, Aroeira, São Nicolau, Pinus Sul e Pitangueira, o valor líquido entre o capital investido pelos acionistas não controladores subtraído do retorno obtido no período até o exercício da opção;
- Cerejeira, Arapoti e Cambará, o preço de mercado das ações detidas pelos investidores serão avaliadas pelo fluxo de caixa descontado;
- Para as empresas Itararé e Jacarandá, a Companhia não possui a opção de compra.

Os acordos de acionistas firmados no âmbito da emissão de ações preferenciais preveem, em linha com práticas usuais de mercado, direito de venda outorgado aos investidores de vender a suas respectivas participações acionárias à Klabin, contingente à ocorrência de eventos excepcionais e/ou descumprimento de cláusulas sob controle da Klabin. Na presente data-base a Companhia está adimplente com todas as suas obrigações.

20.8 Destinação do resultado do exercício

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido ajustado conforme a legislação vigente e, adicionalmente, ajustado pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da Reserva de Ativos Biológicos e pela realização da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou um dividendo mínimo de R\$ 308.811, já distribuído por meio de dividendos intermediários.

A distribuição do resultado do exercício de 2025 está disposta no quadro abaixo e será apresentada na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 07 de abril de 2026, juntamente com a aprovação das contas do exercício.

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas de Klabin	1.403.135	1.831.011
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	(5.095)
(-) Constituição de reserva legal	(70.157)	(91.296)
(+) Realização da reserva de ativos biológicos - próprios	543.379	186.954
(-) Constituição da reserva de ativos biológicos - próprios	(360.483)	(332.706)
(+/-) Realização/constituição da reserva de ativos biológicos - controladas	(260.334)	16.934
(+) Dividendos prescritos	684	-
(=) Base para pagamento de dividendos	1.256.224	1.605.802
<hr/>		
Destinação		
Dividendos antecipados	1.112.000	740.000
Juros sobre capital próprio	-	683.000
Dividendos adicionais propostos	-	54.000
Constituição da reserva de investimento e capital de giro	144.224	128.802
Lucros distribuídos	1.256.224	1.605.802
(=) Dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto Social (25%)	314.056	401.451

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receita bruta de vendas de produtos	23.344.287	22.060.245	23.842.896	22.753.190
Descontos e abatimentos	(84.141)	(81.436)	(184.653)	(281.182)
Hedge de fluxo de caixa	(76.115)	32.765	(76.115)	32.765
Impostos incidentes sobre vendas	(2.762.885)	(2.747.432)	(2.884.621)	(2.859.509)
Receita líquida de vendas	20.421.146	19.264.142	20.697.507	19.645.264
Mercado interno	13.163.731	12.451.325	13.131.287	12.699.510
Mercado externo	7.257.415	6.812.817	7.566.220	6.945.754
Receita líquida de vendas	20.421.146	19.264.142	20.697.507	19.645.264

Política contábil

De acordo com o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 – *Revenue from Contracts with Customers*), a receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos. A Companhia reconhece a receita de venda sempre que for provável que os recursos econômicos da transação fluam para a entidade e que, todas as obrigações de desempenho contratadas pelo cliente tenham sido cumpridas, que se dá no momento da transferência de posse e propriedade dos ativos ao comprador.

22. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Custo dos produtos vendidos				
Custos variáveis (i)	(6.359.134)	(5.855.896)	(6.488.912)	(5.923.679)
Gastos com pessoal e serviços	(2.478.359)	(2.712.161)	(2.528.938)	(2.767.511)
Depreciação e amortização	(2.178.348)	(2.026.777)	(2.197.167)	(2.051.738)
Exaustão	(1.682.028)	(1.055.652)	(2.697.982)	(1.844.166)
Manutenção (ii)	(1.022.866)	(914.409)	(1.043.741)	(914.409)
Outros (iii)	(1.434.656)	(931.915)	(87.218)	157.205
	(15.155.391)	(13.496.810)	(15.043.958)	(13.344.298)
Despesas com vendas				
Fretes	(1.317.065)	(1.200.529)	(1.384.656)	(1.264.198)
Comissões	(20.797)	(17.684)	(79.777)	(56.424)
Gastos com pessoal e serviços	(116.181)	(122.751)	(118.552)	(146.929)
Depreciação e amortização	(6.611)	(8.821)	(7.227)	(9.523)
Portuárias e de armazenagens	(133.184)	(135.494)	(121.091)	(135.490)
Outros (iv)	(64.169)	9.215	(107.777)	6.621
	(1.658.007)	(1.476.064)	(1.819.080)	(1.605.943)
Despesas gerais e administrativas				
Gastos com pessoal	(605.109)	(549.929)	(617.458)	(561.152)
Contratação de serviços	(347.824)	(308.015)	(354.922)	(314.301)
Depreciação e amortização	(87.561)	(57.196)	(88.061)	(58.127)
Manutenção	(5.639)	(17.479)	(5.754)	(17.836)
Outros (v)	(131.684)	(145.549)	(151.496)	(160.540)
	(1.177.817)	(1.078.168)	(1.217.691)	(1.111.956)
Outras receitas e despesas líquidas				
Receita de outras vendas	216.466	5.304	311.266	5.304
Crédito fiscal sobre subvenção	27.856	-	27.856	-
Custo de outras vendas	(42.039)	(31.996)	(57.043)	(31.996)
Outros (vi)	(120.921)	(162.791)	(89.436)	(154.540)
	81.362	(189.483)	192.643	(181.232)
Total	(17.909.853)	(16.240.525)	(17.888.086)	(16.243.429)

(i) Matérias-primas e materiais de consumo na processo produtivo.

(ii) Incluso parada geral.

(iii) Contém seguros e materiais de consumo.

(iv) Contém despesas com feiras e eventos.

(v) Contém despesas com viagens e hospedagens.

(vi) Contém despesas com provisões judiciais.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	526.882	664.922	781.895	777.584
Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(43.916)	(44.154)	(51.604)	(45.431)
Atualização monetária	34.249	29.271	34.415	29.275
Variação do valor justo de títulos e valores mobiliários	46.708	(66.315)	46.708	(66.367)
Receita de juros com debêntures intercompanhias	229.968	133.539	-	-
Outras	59.162	35.021	60.953	60.617
	853.053	752.284	872.367	755.678
Despesas financeiras				
Juros financiamentos e atualização monetária	(2.987.347)	(2.993.074)	(2.741.394)	(2.677.088)
Juros capitalizados no imobilizado	58.133	17.960	58.133	17.960
Instrumentos financeiros derivativos (SWAP)	561.356	769.643	561.356	769.643
Instrumentos financeiros derivativos (Opções)	(4.410)	(61.540)	(4.410)	(61.540)
Desconto de recebíveis	(257.830)	(134.469)	(311.298)	(183.046)
Remuneração de investidores - SCPs	-	-	(22.190)	(21.833)
Despesa com custo de transação	(100.147)	(95.885)	(123.345)	(115.614)
Encargos de arrendamento	(126.976)	(157.702)	(169.115)	(182.262)
Ajuste de valor presente – risco sacado florestal	(133.027)	(76.638)	(133.027)	(76.638)
Outras	(176.823)	(70.453)	(213.233)	(160.377)
	(3.167.071)	(2.802.158)	(3.098.523)	(2.690.795)
Variação cambial				
Variação cambial de ativos	(233.371)	830.873	(344.770)	1.025.809
Variação cambial de passivos	519.968	(1.380.213)	469.980	(1.318.451)
	286.597	(549.340)	125.210	(292.642)
Resultado financeiro	(2.027.421)	(2.599.214)	(2.100.946)	(2.227.759)

24. PLANO DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO

24.1 ILP Matching

A Companhia possui plano de incentivo de longo de prazo com outorgas anuais, cujas cláusulas para que a transferência das ações outorgadas seja consumada estabelecem a permanência do beneficiário na Companhia e a não alienação das ações adquiridas na adesão ao plano. As ações outorgadas também podem ser imediatamente cedidas em caso de demissão por iniciativa da Companhia, aposentadoria ou falecimento do beneficiário, nesse último caso, passando o direito das ações ao espólio.

Para os planos vigentes, a Companhia estabelece os seguintes limites de participação:

Cargo	Percentual do Bônus	
	Mínimo	Máximo
Diretor Geral	15%	50%
Diretores Estatutários e Designados	15%	50%
Diretores não Estatutários	15%	50%
Gerentes Sêniores	15%	40%
Gerentes	15%	25%
Demais colaboradores	5%	10%

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia concederá o usufruto da mesma quantidade de ações ao adquirente por 3 (três) anos, em regime de outorga, passando a propriedade dessas ações aos beneficiários após 3 anos, desde que cumpridas as cláusulas estabelecidas no plano.

O usufruto concede ao beneficiário o direito aos dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos no período em que o benefício estiver válido.

O valor de aquisição das ações em Tesouraria pelos beneficiários do plano será obtido pela média das cotações de valor de mercado dos últimos 60 pregões das ações da Companhia, ou de sua cotação na data de aquisição, prevalecendo o menor entre os dois. O valor das ações concedidas em usufruto corresponde à cotação das ações em negociação na Bolsa de Valores de São Paulo, no dia da operação. Em 30 de março de 2025, foi deliberada uma nova outorga no “Plano 2024” com vesting em março de 2028.

Os quadros a seguir apresentam as informações dos planos pactuados:

Diretores estatutários e não estatutários

	Plano 2020 (i)	Plano 2021 (i)	Plano 2022	Plano 2023	Plano 2024	Total
Data de início do plano	26.02.2021	28.02.2022	28.02.2023	29.02.2024	31.03.2025	
Data de término da outorga	26.02.2024	28.02.2025	28.02.2026	28.02.2027	31.03.2028	
Ações em Tesouraria adquiridas pelos beneficiários	1.169.700	1.355.905	3.906.885	2.847.300	4.846.015	14.125.805
Valor de compra por ação (R\$)	5,41	4,64	3,80	4,33	3,73	
Ações em Tesouraria concedidas em usufruto	1.169.700	1.355.905	3.906.885	2.847.300	4.846.015	14.125.805
Valor do usufruto por ação (R\$)	5,41	4,64	3,80	4,33	3,73	
Despesa acumulada do plano - desde o início	5.620	6.464	16.630	10.595	5.996	45.305
Despesa do plano - 31.12.2025	-	322	4.728	4.112	4.491	13.653
Despesa do plano - 31.12.2024	330	1.933	4.608	3.430	-	10.301

(i) Planos encerrados

Gerentes

	Plano 2020 (i)	Plano 2021 (i)	Plano 2022	Plano 2023	Plano 2024	Total
Data de início do plano	26.02.2021	28.02.2022	28.02.2023	29.02.2024	31.03.2025	
Data de término da outorga	26.02.2024	28.02.2025	28.02.2026	28.02.2027	31.03.2028	
Ações em Tesouraria adquiridas pelos beneficiários	1.834.990	2.399.645	2.399.240	1.400.980	2.663.340	10.698.195
Valor de compra por ação (R\$)	5,41	4,64	3,80	4,33	3,73	
Ações em Tesouraria concedidas em usufruto	1.834.990	2.399.645	2.399.240	1.400.980	2.663.340	10.698.195
Valor do usufruto por ação (R\$)	5,41	4,64	3,80	4,33	3,73	
Despesa acumulada do plano - desde o início	8.998	10.387	8.938	4.714	3.247	36.284
Despesa do plano - 31.12.2025	-	467	2.752	2.023	2.427	7.669
Despesa do plano - 31.12.2024	235	2.896	2.564	1.696	-	7.391

(i) Planos encerrados

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demais cargos

	Plano 2020 (i)	Plano 2021 (i)	Plano 2022	Plano 2023	Plano 2024	Total
Data de início do plano	26.02.2021	28.02.2022	28.02.2023	29.02.2024	31.03.2025	
Data de término da outorga	26.02.2024	28.02.2025	28.02.2026	28.02.2027	31.03.2028	
Ações em Tesouraria adquiridas pelos beneficiários	497.385	1.343.955	1.439.665	905.470	1.361.115	5.547.590
Valor de compra por ação (R\$)	5,41	4,64	3,80	4,33	3,73	
Ações em Tesouraria concedidas em usufruto	497.385	1.343.955	1.439.665	905.470	1.361.115	5.547.590
Valor do usufruto por ação (R\$)	5,41	4,64	3,80	4,33	3,73	
Despesa acumulada do plano - desde o início	2.356	6.112	6.016	3.358	1.389	19.231
Despesa do plano - 31.12.2025	-	206	1.509	1.236	1.200	4.151
Despesa do plano - 31.12.2024	117	1.322	1.241	780	-	3.460

(i) Planos encerrados

ILP Performance

O objetivo desse programa é fortalecer o alinhamento com a estratégia da Companhia e com os interesses dos acionistas, condicionando seu recebimento ao atingimento de objetivos de performance, vinculados a indicadores de desempenho (como Retorno Total ao Acionista – TSR e Retorno sobre o Capital Investido – ROIC) da Companhia.

O valor corresponde até 40% do alvo da remuneração variável de curto prazo dependendo do nível do cargo do executivo, com base nos honorários/salários vigentes no mês de janeiro do ano em que se inicia o programa. Esse valor alvo é convertido em *units* virtuais, considerando a média da cotação dos últimos 60 pregões do ano anterior ao plano vigente. O plano tem duração de 5 (cinco) anos e seu recebimento está condicionado ao atingimento dos objetivos de performance após esse período de 5 (cinco) anos (*vesting*), além da permanência na Klabin.

Uma vez atingido o objetivo de performance, além das *units* virtuais, o executivo fará jus, a título de rendimento adicional do ILP Performance, ao valor equivalente a dividendos e/ou juros sobre o capital próprio distribuído pela KLABIN S.A. aos acionistas ao longo do período de *vesting*. Esses valores são convertidos em *units* virtuais ao longo desses 5 (anos) anos do período de *vesting* e acumulados em uma conta gráfica.

A quantidade total de *units* do ILP Performance, será convertida em valores pela cotação da *unit* (KLBN11), considerando a média dos últimos 60 pregões anteriores ao fechamento do plano.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo correspondente ao valor de ILP Performance era de R\$ 11.121 (R\$ 20.806 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Política contábil

O plano de outorga de ações *Matching* oferecido pela Companhia é mensurado pelo valor justo na data da outorga e sua despesa é reconhecida no resultado durante o período no qual o direito de outorga é adquirido contra o patrimônio líquido.

A transferência das *units* ao colaborador, liquidáveis em ações, somente se dará com o cumprimento das condições e prazos previstos no Plano. Transcorrido o prazo de 3 (três) anos, com o cumprimento das condições e prazos previstos no Plano, a Companhia transferirá a propriedade plena das *units* outorgadas (*matching*) em favor do colaborador elegível.

O plano de outorga de ações *Performance* oferecido pela Companhia, liquidáveis em caixa ou ações, é mensurado pelo valor justo trimestralmente até o término do plano e sua despesa é reconhecida no resultado durante o período no qual o direito de outorga é adquirido contra o passivo na rubrica de “outras contas a pagar e provisões”. Sobre o valor calculado, será feito acréscimo do IR e o pagamento ao colaborador será feito a título de bônus.

25. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias – ON e preferenciais – PN da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui nenhum instrumento que possa ter efeito diluidor.

Conforme mencionado na nota explicativa 20, as movimentações sobre o saldo de ações em Tesouraria afetam a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em Tesouraria no cálculo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação apurada da seguinte forma:

Quantidade ponderada de ações em Tesouraria Em 31 de dezembro de 2025			
Mês		Ações em Tesouraria	Ponderação
jan	+	100.400.464	x 1/12
fev	+	100.405.463	x 1/12
mar	+	100.405.463	x 1/12
abr	+	105.022.701	x 1/12
mai	+	105.039.506	x 1/12
jun	+	105.073.676	x 1/12
jul	+	105.101.681	x 1/12
ago	+	105.109.531	x 1/12
set	+	105.116.181	x 1/12
out	+	105.128.966	x 1/12
nov	+	105.140.951	x 1/12
dez	+	105.141.691	x 1/12
12 meses de 2025	=	103.923.856	x 1/12

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

Os quadros a seguir demonstram a reconciliação do resultado apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 no cálculo do resultado por ação básico e diluído:

	Controladora 31.12.2025		
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	2.312.800	3.928.678	6.241.478
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(20.785)	(83.139)	(103.924)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	2.292.015	3.845.539	6.137.554
% de ações em relação ao total	37,34%	62,66%	100%
Numerador			
Resultado líquido atribuível a cada classe de ações	523.988	879.147	1.403.135
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	2.292.015	3.845.539	6.137.554
Resultado por ação básico e diluído	0,2286	0,2286	

	Controladora 31.12.2024		
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	2.312.800	3.928.678	6.241.478
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(19.614)	(78.455)	(98.069)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	2.293.186	3.850.223	6.143.409
% de ações em relação ao total	37,33%	62,67%	100%
Numerador			
Resultado líquido atribuível a cada classe de ações	696.822	1.169.816	1.866.638
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	2.270.287	3.811.326	6.081.613
Resultado por ação básico e diluído	0,3069	0,3069	

26. SEGMENTOS OPERACIONAIS

26.1 Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma como a Administração gerencia o negócio, de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento (IFRS 8 – *Operating Segments*). Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados a seguir:



Segmento florestal: envolve as operações de plantio e cultivo florestal de pinus e eucalipto para abastecimento das fábricas de papéis e celulose da Companhia e venda de madeiras de comércio para terceiros no mercado interno.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Segmento de celulose: envolve a produção e comercialização de celulose de fibra curta, longa e fluff nos mercados interno e externo.



Segmento de papéis: envolve substancialmente a produção e as operações de venda de bobinas de papel cartão, papel containerboard e papel reciclado nos mercados interno e externo.



Segmento de embalagens: envolve a produção e as operações de venda de caixas de papelão ondulado, chapas de papelão ondulado e sacos industriais, nos mercados interno e externo.

26.2 Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Florestal	Celulose	Papéis	Embalagens	Corporativo Eliminações	31.12.2025 Total Consolidado
Receitas líquidas de vendas:						
Mercado interno	687.848	1.999.440	3.421.655	7.038.064	(15.720)	13.131.287
Mercado externo	-	3.803.092	3.398.998	390.112	(25.982)	7.566.220
Receita de vendas para terceiros	687.848	5.802.532	6.820.653	7.428.176	(41.702)	20.697.507
Receitas entre segmentos	2.424.571	93.886	3.842.451	53.653	(6.414.561)	-
Vendas líquidas totais	3.112.419	5.896.418	10.663.104	7.481.829	(6.456.263)	20.697.507
Variação do valor justo dos ativos biológicos	1.671.361	-	-	-	-	1.671.361
Custo dos produtos vendidos	(5.597.130)	(3.013.276)	(6.880.148)	(6.019.329)	6.465.925	(15.043.958)
Lucro bruto	(813.350)	2.883.142	3.782.956	1.462.500	9.662	7.324.910
Despesas / receitas operacionais (i)	(85.554)	(723.301)	(855.311)	(858.719)	(321.676)	(2.844.561)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(898.904)	2.159.841	2.927.645	603.781	(312.014)	4.480.349
Venda de produtos (em toneladas)						
Mercado interno	-	483.137	591.071	1.037.424	(156)	2.111.476
Mercado externo	-	1.060.716	791.676	44.177	(371)	1.896.198
Entre segmentos	-	17.845	1.240.289	4.929	(1.263.063)	-
		1.561.698	2.623.036	1.086.530	(1.263.590)	4.007.674
Venda de madeira (em toneladas)						
Mercado interno	4.479.497	-	-	-	-	4.479.497
Entre segmentos	15.467.076	-	-	-	(15.467.076)	-
	19.946.573	-	-	-	(15.467.076)	4.479.497
Investimento no exercício (ii)	1.201.237	117.212	1.199.475	196.359	117.680	2.831.963
Depreciação, exaustão e amortização	(2.860.923)	(631.646)	(983.950)	(237.217)	(276.701)	(4.990.437)
Ativo total - 31.12.2025	39.001.268	9.960.065	12.295.536	5.418.284	(2.878.376)	63.796.777
Passivo total - 31.12.2025	10.820.909	1.457.778	8.148.136	2.672.656	26.296.197	49.395.676
Patrimônio líquido - 31.12.2025	21.665.204	8.502.287	4.147.400	2.745.628	(29.174.573)	7.885.946
Participação dos acionistas não controladores	6.515.155	-	-	-	-	6.515.155

(i)A linha de receitas e despesas operacionais também inclui resultado de equivalência patrimonial das joint venture.

(ii)Por se tratar de visão caixa, os valores investidos não consideram os investimentos decorrentes das atividades para expansão da base florestal das controladas por meio das Sociedades de Propósito Específico (SPE's), realizados via aporte de ativos florestais já existentes no balanço da Klabin. Vale lembrar que pode haver um descasamento temporal entre o valor desembolsado pela Klabin em tais atividades florestais e a entrada de caixa dos investidores das SPE's.

	31.12.2024					
	Florestal	Celulose	Papéis	Embalagens	Corporativo Eliminações	Total Consolidado
Receitas líquidas de vendas:						
Mercado interno	587.809	2.441.480	3.597.308	6.114.190	(41.277)	12.699.510
Mercado externo	-	3.593.459	2.857.884	494.411	-	6.945.754
Receita de vendas para terceiros	587.809	6.034.939	6.455.192	6.608.601	(41.277)	19.645.264
Receitas entre segmentos	2.750.525	94.872	3.626.155	66.453	(6.538.005)	-
Vendas líquidas totais	3.338.334	6.129.811	10.081.347	6.675.054	(6.579.282)	19.645.264
Variação do valor justo dos ativos biológicos	1.070.557	-	-	-	-	1.070.557
Custo dos produtos vendidos	(4.660.180)	(2.791.623)	(7.029.571)	(5.584.383)	6.721.459	(13.344.298)
Lucro bruto	(251.289)	3.338.188	3.051.776	1.090.671	142.177	7.371.523
Despesas / receitas operacionais (i)	1.820	(897.828)	(913.209)	(712.823)	(352.044)	(2.874.084)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(249.469)	2.440.360	2.138.567	377.848	(209.867)	4.497.439
Venda de produtos (em toneladas)						
Mercado interno	-	552.208	664.600	999.654	3.107	2.219.569
Mercado externo	-	901.511	694.799	54.234	-	1.650.544
Entre segmentos	-	20.004	1.220.870	5.724	(1.246.598)	-
		1.473.723	2.580.269	1.059.612	(1.243.491)	3.870.113
Venda de madeira (em toneladas)						
Mercado interno	1.982.917	-	-	-	-	1.982.917
Entre segmentos	15.751.932	-	-	-	(15.751.932)	-
	17.734.849	-	-	-	(15.751.932)	1.982.917
Investimento no exercício (ii)						
Depreciação, exaustão e amortização	(2.149.346)	(582.638)	(1.003.143)	(193.134)	(35.293)	(3.963.554)
Ativo total - 31.12.2024	30.319.361	8.476.203	14.018.838	5.046.098	1.530.332	59.390.832
Passivo total - 31.12.2024	9.160.331	1.199.404	1.209.920	1.146.462	38.037.515	50.753.632
Patrimônio líquido - 31.12.2024	19.173.683	16.010.186	4.075.531	3.899.636	(36.507.183)	6.651.853
Participação dos acionistas não controladores	1.985.347	-	-	-	-	1.985.347

(i) A linha de receitas e despesas operacionais também inclui resultado de equivalência patrimonial das *joint venture*.

(ii) Por se tratar de visão caixa, os valores investidos não consideram os investimentos decorrentes das atividades para expansão da base florestal das controladas por meio das Sociedades de Propósito Específico (SPE's), realizados via aporte de ativos florestais já existentes no balanço da Klabin. Vale lembrar que pode haver um descasamento temporal entre o valor desembolsado pela Klabin em tais atividades florestais e a entrada de caixa dos investidores das SPE's.

O saldo da coluna "Corporativa/eliminações" envolve substancialmente as despesas da unidade corporativa não rateadas aos demais segmentos e as eliminações dos resultados gerados entre os segmentos.

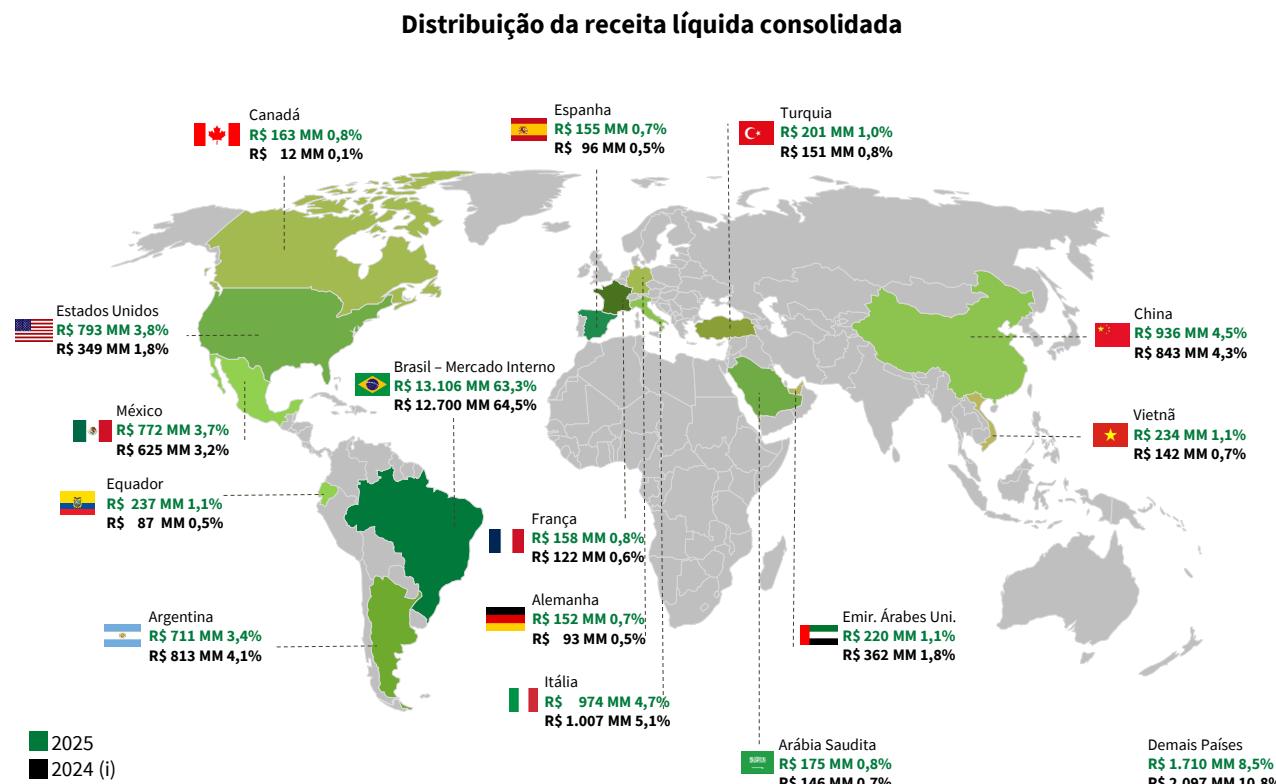
As informações do resultado financeiro e impostos sobre o lucro não foram divulgadas por segmento em razão da não utilização pela Administração dos referidos dados de forma segmentada, pois eles são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.3 Informações das receitas líquidas de vendas

O mapa a seguir demonstra a distribuição da receita líquida consolidada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:



(i) Os países apresentados em 2024 foram reapresentados para maior comparabilidade com o ano de 2025.

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a base de clientes da Companhia era pulverizada, de forma que em nenhum dos exercícios concentra, individualmente, participação relevante (acima de 10%) da receita líquida de vendas no mesmo exercício.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

27.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais entende que esteja exposta, de acordo com a natureza dos seus negócios e estrutura operacional.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais riscos da Companhia estão descritos a seguir:

27.1.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. No caso da Companhia, os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar, empréstimos a pagar, títulos e valores mobiliários.

a) Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras (substancialmente em dólares americanos) que estão expostas a riscos de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	3.669.525	1.278.525
Títulos e valores mobiliários	10.955	14.766
Contas a receber	518.664	449.155
Fornecedores	(165.504)	(56.307)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	(30.296.214)	(34.644.327)
Exposição líquida	(26.262.574)	(32.958.188)

(i) Incluem empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que são designados como instrumentos de *hedge* conforme nota explicativa 28.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo por ano de vencimento dessa exposição líquida está dividido da seguinte maneira:

Ano	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Valor	2.529.688	(2.882.164)	(2.606.691)	(6.595.852)	(16.707.555)	(26.262.574)

A Companhia designa parte de seus empréstimos em moeda estrangeira como instrumento de *hedge* para parte das receitas futuras cujo acontecimento seja altamente provável. O fluxo anual projetado de receitas em dólares americanos é de aproximadamente US\$ 1,2 bilhão.

Além dos empréstimos em moeda estrangeira a Companhia possui derivativos contratados (nota explicativa 28) referentes a *swap* de câmbio convertendo a emissão de instrumentos de dívida de moeda local para dólares americanos. Essas operações são casadas, pactuadas somente para converter empréstimos e financiamentos em moeda nacional para operações em moeda estrangeira, que, posteriormente são designados como instrumento de *hedge* de receitas em moeda estrangeira futuras.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos *Zero Cost Collar* (ZCCs) e *Non-Deriverable Forwards* (NDFs), conforme descritos na nota explicativa 28, para proteção contra o impacto da variação cambial sobre a exposição líquida de caixa em dólar americano.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de taxa de juros

A Companhia tem empréstimos indexados pela variação da TJLP, SOFR, IPCA e do CDI, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, Selic e IPCA, expondo esses ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros, conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a juros abaixo.

A Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justifica a sua opção por taxas flutuantes.

A composição do risco de taxa de juros por tipo de instrumento ativo e passivo é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Aplicações financeiras - CDI	6.436.491	5.425.662
Aplicações financeiras - IPCA	774.414	778.815
Exposição ativa	7.210.905	6.204.477
Financiamentos - CDI	(6.201.290)	(5.182.651)
Financiamentos - SOFR	(7.479.798)	(11.545.130)
Financiamentos -IPCA	(483.773)	(117.938)
Exposição passiva	(14.164.861)	(16.845.719)

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) visando reduzir a volatilidade de sua exposição à taxa de juros.

27.1.2 Risco de aplicação de recursos: bancos, aplicações financeiras e equivalentes de caixa

A Companhia está sujeita ao risco quanto à aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados. O valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras e operação de títulos e valores mobiliários, com valores descritos na nota explicativa 6.

Em relação à classificação de risco das instituições financeiras onde são aplicados os ativos financeiros da Companhia, é utilizada política interna para aprovação do tipo de operação que está sendo acordada e análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco, para avaliar a viabilidade da aplicação de recursos em determinada instituição, desde que esta esteja enquadrada nos critérios de aceitação da política.

O quadro a seguir demonstra os recursos de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários aplicados pela Companhia, classificando os montantes de acordo com a categorização nacional das agências de *rating* Fitch e Moody's das instituições financeiras:

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
Risco de Crédito Nacional	31.12.2025	31.12.2024
AAA	9.215.779	4.858.543
A+ até AA+	634.540	711.866
Total	9.850.319	5.570.409

	Consolidado	
Risco de Crédito Internacional	31.12.2025	31.12.2024
AA até A-	1.040.685	1.941.091
BBB+	381	18.708
Total	1.041.066	1.959.799

27.1.3 Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2025, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito das contas a receber de clientes equivalia aos saldos apresentados na nota explicativa 7. As informações sobre a concentração de clientes estão descritas na nota explicativa 26.

A Companhia mantém apólice de seguro para os determinados recebíveis nos mercados interno e externo nos montantes de R\$ 240.000 e de US\$ 50 milhões, respectivamente, para todas as unidades de negócio, exceto para os clientes de madeira das unidades Florestais, além de determinados clientes que não atendam às exigências específicas de risco, tais como continuidade e liquidez. A apólice vigente tem vencimento em setembro de 2028.

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em contrato de instrumento financeiro, adiantamento de fornecedor ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Adicionalmente às aplicações de recursos referidas acima, a Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber).

A qualidade do risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrada por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para buscar o seu recebimento, sendo registrada provisão para perdas de crédito esperada para itens com risco de não recebimento.

27.1.4 Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos no mercado global, administrando seu capital por meio de um planejamento de liquidez recorrente, com intuito de assegurar recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações, substancialmente concentrada nos financiamentos firmados junto a instituições financeiras.

O quadro a seguir demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor dos fluxos não descontados nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices contratados na data de 31 de dezembro de 2025:

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Fornecedores	2.362.016	5.499	554	-	-	2.368.069
Fornecedores risco sacado e risco sacado florestal	1.836.684	264.752	7.761	-	-	2.109.197
Passivos de arrendamento	362.408	381.560	308.603	226.924	2.340.986	3.620.481
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.770.665	3.130.504	2.881.096	6.892.211	22.046.566	36.721.042
Instrumentos financeiros derivativos	(110.015)	67.916	104.772	104.772	(247.424)	(79.979)
Total	6.221.758	3.850.231	3.302.786	7.223.907	24.140.128	44.738.810

A projeção orçamentária para os próximos exercícios aprovada pela Administração demonstra a capacidade de cumprimento das obrigações.

27.1.5 Gestão de riscos climáticos

As operações da Companhia, dada sua natureza, estão expostas a riscos atrelados a mudanças climáticas. Os ativos imobilizados da Companhia (nota explicativa 13) e os ativos biológicos (nota explicativa 15) podem ser impactados pela determinação de suas respectivas variáveis usadas nos cálculos de valor justo e recuperáveis (*impairment*).

A Companhia contempla em sua rotina a gestão de avaliações de riscos climáticos e de escassez hídrica que podem afetar, de certa forma, diretamente a produtividade dos ativos biológicos e potencialmente a capacidade de produção de celulose e papel de fibra virgem. Em seu Centro Tecnológico de Pesquisa Florestal, são coordenados estudos e monitoramento contínuo de suas florestas para compreender o comportamento do desenvolvimento e da adaptação de seus ativos biológicos frente às mudanças de temperatura, disponibilidade de água, qualidade de conservação do solo e importância da biodiversidade existente.

Historicamente, os maciços florestais que atendem as unidades fabris de celulose e papel da Companhia situam-se em regiões de clima subtropical com baixa deficiência hídrica ao longo do ano e temperaturas moderadas. A Companhia realiza o monitoramento baseado em modelos matemáticos e experimentos de campo, na busca por regiões que têm se mostrado mais resilientes frente aos impactos climáticos e de biodiversidade projetados para o futuro.

Além dos possíveis impactos em produtividade, citados acima, a falta de chuva pode acarretar queimadas que podem atingir os maciços florestais da Companhia.

A Companhia conta com centros de monitoramento que identificam focos de queimadas e viabilizam ações rápidas de combate à incêndios, minimizando danos à nossas florestas. Possui ainda uma estrutura dedicada à gestão de riscos climáticos e corporativos, com metodologias próprias que permitem o monitoramento contínuo, a avaliação e a mitigação de riscos, além da implementação de estratégias de resiliência e adaptação.

Em 2025, tivemos 349 hectares atingidos por incêndios, 4.230 hectares atingidos por geada e 257 hectares por vento, o que resultou na perda de aproximadamente 41 mil toneladas de madeira, gerando um impacto financeiro de R\$ 87.505, sendo reembolsado pelo seguro R\$ 47.458.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.2 Gestão de capital

A estrutura de capital da Companhia é monitorada pelo acompanhamento do endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota explicativa 18), deduzidos pelo saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (nota explicativa 6), e pelo índice de endividamento líquido, obtido pela divisão do endividamento líquido pelo saldo do patrimônio líquido (nota explicativa 20), incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	10.106.016	6.736.171
Títulos e valores mobiliários	785.369	794.037
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(36.721.042)	(39.704.237)
Instrumentos financeiros derivativos	79.979	(2.178.505)
Endividamento líquido	(25.749.678)	(34.352.534)
Patrimônio líquido	14.401.101	8.637.200
Índice de endividamento líquido	(1,79)	(3,98)

27.3 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia tem os seguintes instrumentos financeiros por categoria:

	Hierarquia	Valor Contábil		Valor Justo		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa		10.106.016	10.106.016	6.736.171	6.736.171		
Contas a receber de clientes (valor líquido de PECLD)		2.404.326	2.404.326	1.815.129	1.815.129		
Outros ativos		513.717	513.717	411.932	411.932		
Ativo - Custo amortizado		13.024.059	13.024.059	8.963.232	8.963.232		
Títulos e valores mobiliários	1	785.369	785.369	794.037	794.037		
Instrumentos financeiros derivativos	2	654.536	654.536	-	-		
Ativo - Valor justo por meio do resultado		1.439.905	1.439.905	794.037	794.037		
		14.463.964	14.463.964	9.757.269	9.757.269		
Passivo							
Fornecedores		2.368.071	2.368.071	2.137.209	2.137.209		
Fornecedor risco sacado e risco sacado florestal		2.010.437	2.010.437	1.427.010	1.427.010		
Passivo de arrendamento		1.737.531	1.737.531	1.858.203	1.858.203		
Empréstimos, financiamentos e debêntures		36.721.042	37.188.046	39.704.237	39.445.483		
Dividendos e/ou JCP a pagar		1.112.000	1.112.000	223.376	223.376		
Demais contas a pagar		687.812	687.812	461.782	601.316		
Passivo - Custo amortizado		44.636.893	45.103.897	45.811.817	45.692.597		
Instrumentos financeiros derivativos	2	574.557	574.557	2.178.505	2.178.505		
Passivo - Valor justo por meio do resultado		574.557	574.557	2.178.505	2.178.505		
		45.211.450	45.678.454	47.990.322	47.871.102		

27.3.1 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo, o qual considera o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

A depender das premissas utilizadas na mensuração, os instrumentos financeiros ao valor justo podem ser classificados em 3 níveis de hierarquia:

- (i) Nível 1 – Baseada em preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado é considerado ativo se realizar transações com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação imediata e continuamente, geralmente, obtidos a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, serviço de precificação ou agência reguladora e os preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases comerciais;
- (ii) Nível 2 – Baseada em preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos, modelos de precificação para os quais as premissas são observáveis, tais como taxas de juros e curvas de rendimentos, volatilidades e spreads de crédito e informações corroboradas pelo mercado. Os ativos e passivos classificados nesta categoria são mensurados por meio do fluxo de caixa descontado e provisionamento de juros (“*accrual*”), respectivamente, para instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras. Os *inputs* observáveis utilizados são taxas e curvas de juros, fatores de volatilidade e cotações de paridade cambial; e
- (iii) Nível 3 – Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve alteração entre os três níveis de hierarquia e não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3.

27.3.2 Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o “contas a receber”, “fornecedores”, “empréstimos, financiamentos e debêntures”, “aplicações financeiras” e “caixa e equivalentes de caixa” mantidos pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida no resultado do exercício.

27.3.3 Valor justo por meio do resultado

A Companhia classificou os títulos e valores mobiliários que são representados por Letras Financeiras do Tesouro e Títulos do Tesouro Direto (LFT e NTN -B) (nota explicativa 6) como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor justo, que, na prática, corresponde ao valor aplicado acrescido dos juros reconhecidos no rendimento da operação no resultado dos exercícios.

27.3.4 Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A Companhia classificou instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos (nota explicativa 27.5) como ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes para itens designados como instrumentos de *hedge* em programas de *hedge accounting*.

27.4 Análise de sensibilidade

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de taxas de juros a que está exposta, considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2025, sendo os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado. A análise de sensibilidade não avalia os impactos da variação cambial sobre o fluxo de caixa da Companhia.

a) Exposição a câmbio

A Companhia tem ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2025 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I a taxa vigente em datas próximas a da apresentação das referidas informações trimestrais. Para o cenário II, essa taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III, em 50%.

A análise de sensibilidade da variação cambial foi calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e fornecedores a pagar em moeda estrangeira), não sendo considerada a projeção de exportações futuras que fará frente a essa exposição cambial líquida.

Adicionalmente, a Companhia adota política de *hedge accounting* (vide nota explicativa 28), de forma que os efeitos de variação cambial não afetam diretamente o resultado dos exercícios, sendo registrado no patrimônio líquido até a sua efetiva liquidação, demonstrados no resultado abrangente.

O quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação cambial no balanço patrimonial, outros resultados abrangentes e resultado financeiro, considerando os saldos e a taxa de fechamento do dólar em 31 de dezembro de 2025:

	Moeda	US\$/mil	Taxa (A)	Consolidado		
				Cenário I	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Caixa e equivalentes de caixa	US\$	666.895	5,38	(81.761)	6,72	893.773
Títulos e valores mobiliários	US\$	1.991	5,38	(244)	6,72	2.668
Contas a receber	US\$	106.665	5,38	(13.077)	6,72	142.952
	€	12.880	6,24	80.351	7,80	20.113
Fornecedores	US\$	(14.201)	5,38	1.741	6,72	(19.032)
	€	(17.661)	6,24	(12.998)	7,80	(27.579)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$	(5.505.313)	5,38	674.951	6,72	(7.378.221)
	€	(584)	6,24	(430)	7,80	(912)
Efeito líquido do balanço patrimonial		(4.749.328)		648.533		(6.366.238)
Efeito em outros resultados abrangentes				820.273		(8.146.524)
Efeito líquido no resultado financeiro				(171.740)		1.780.287
						4.399.933

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Moeda	US\$/mil	Taxa (A)	Cenário I		Cenário II 25%		Cenário III 50%	
				R\$ ganho (perda)	Taxa (B) = A+25%	R\$ ganho (perda)	Taxa (C) = A+50%	R\$ ganho (perda)	
Caixa e equivalentes de caixa	US\$	206.470	5,97	(46.435)	7,46	308.177	8,95	615.818	
Títulos e valores mobiliários	US\$	2.385	5,97	(536)	7,46	3.559	8,95	7.112	
Contas a receber	US\$	69.663	5,97	(15.667)	7,46	103.978	8,95	207.776	
	€	2.763	6,22	(603)	7,77	4.288	9,33	8.598	
Fornecedores	US\$	(6.438)	5,97	1.448	7,46	(9.609)	8,95	(19.201)	
	€	(2.555)	6,22	558	7,77	(3.965)	9,33	(7.950)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$	(4.364.911)	5,97	981.669	7,46	(6.515.067)	8,95	(13.018.785)	
	€	(1.771)	6,22	387	7,77	(2.748)	9,33	(5.511)	
Efeito líquido do balanço patrimonial		(4.092.624)		920.821		(6.111.387)		(12.212.143)	
Efeito em outros resultados abrangentes				1.461.795		(8.239.741)		(17.924.377)	
Efeito líquido no resultado financeiro				(540.974)		2.128.354		5.712.234	

b) Exposição a juros

A Companhia tem aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures atrelados à taxa de juros pós-fixada do CDI, TLP, TJLP, IPCA, Selic e SOFR. Para efeito de análise de sensibilidade, a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas a da apresentação das referidas informações trimestrais, extraídas no website do Banco Central do Brasil, utilizando para Selic, SOFR, IPCA e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário I; para o cenário II, estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III, em 50%.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra a simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado), considerando os saldos em 31 de dezembro de 2025:

	R\$/mil	Taxa (A)	Cenário I		Cenário II 25%		Cenário III 50%	
			R\$ ganho (perda)	Taxa (B) = A+25%	R\$ ganho (perda)	Taxa (C) = A+50%	R\$ ganho (perda)	
Aplicações financeiras								
CDBs	CDI	6.436.491	15,09%	971.266	18,86%	1.214.083	22,64%	1.456.900
NTN - B	IPCA	774.414	14,90%	115.388	18,63%	144.235	22,35%	173.082
Financiamentos								
CPR e CRA	CDI	(1.751.546)	14,90%	(260.980)	19%	(326.225)	22%	(391.471)
Swap taxa de juros (i)	CDI	(2.825.207)	14,90%	(420.956)	19%	(526.195)	22%	(631.434)
BNDES Outros	IPCA	(483.773)	4,46%	(21.576)	6%	(26.970)	7%	(32.364)
Debêntures (i)	CDI	(1.624.537)	14,90%	(242.056)	19%	(302.570)	22%	(363.084)
Pré-pagamento de exp., term loan e Finnvera	SOFR	(7.479.798)	3,87%	(289.468)	5%	(361.835)	6%	(434.202)
Efeito líquido no resultado financeiro				(148.382)		(185.477)		(222.573)

(i) Efeito do “ponta passiva” de instrumento derivativo designado como hedge de fluxo de caixa, descrito na nota 28.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
	31.12.2024		Cenário I		Cenário II 25%		Cenário III 50%	
	Índice	R\$ mil	Taxa (A)	R\$ ganho (perda)	Taxa (B) = A+25%	R\$ ganho (perda)	Taxa (C) = A+50%	R\$ ganho (perda)
Aplicações financeiras								
CDBs	CDI	5.425.206	12,15%	659.163	15,19%	823.953	18,23%	988.744
NTN - B	IPCA	778.814	4,83%	37.617	6,04%	47.021	7,25%	56.425
Financiamentos								
NCE (R\$) e CRA	CDI	(573.403)	12,15%	(69.668)	15,19%	(87.086)	18,23%	(104.503)
Swap taxa de juros (i)	CDI	(3.053.623)	12,15%	(371.015)	15,19%	(463.769)	18,23%	(556.523)
BNDES Outros	IPCA	(117.938)	4,83%	(5.696)	6,04%	(7.121)	7,25%	(8.545)
Debêntures	CDI	(1.555.625)	12,15%	(189.008)	15,19%	(236.261)	18,23%	(283.513)
Pré-pagamento de exp., term loan e Finnvera	SOFR	(11.545.130)	4,49%	(518.376)	5,61%	(647.970)	6,74%	(777.565)
Efeito líquido no resultado financeiro				(456.983)		(571.233)		(685.480)

(i) Efeito do “ponta passiva” de instrumento derivativo designado como *hedge* de fluxo de caixa, descrito na nota 28.

27.5 Instrumentos financeiros derivativos

O ganho e a perda dos instrumentos derivativos (*swap*, opções e NDF) são apurados por sua marcação a mercado, correspondente a seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de instrumentos financeiros derivativos marcados a mercado correspondia a um ganho de R\$ 70.803 (perda de R\$ 2.178.505 em 31 de dezembro de 2024). Os valores registrados na demonstração do resultado findo nessa data, sob a rubrica “resultado financeiro”, correspondem a uma receita de R\$ 556.946 na controladora e no consolidado (receita de R\$ 708.103 na controladora e no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

O valor contratado desses instrumentos, valor justo e saldos reconhecido em resultado na controladora e consolidado são demonstrados na nota explicativa 28.

A Companhia possui acordos de acionistas que preveem opções de compra, exercíveis a critério da Companhia, sobre participações detidas por acionistas não controladores em determinadas Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 20.7, com critérios de precificação e período de exercício definidos contratualmente.

Tais opções atendem à definição de instrumentos financeiros derivativos nos termos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e são mensuradas a valor justo. Para fins de mensuração, a Companhia utiliza o modelo de Black-Scholes-Merton (“BSM”), apropriado para a avaliação de opções de compra de ações.

Considerando que os acordos abrangem diferentes SPEs, foram aplicados modelos BSM distintos para cada SPE, de forma a refletir as particularidades de cada acordo societário e seus respectivos termos contratuais.

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Instrumentos financeiros derivativos			
Para proteção cambial	28.1	73.388	(1.594.293)
Para proteção de taxa de juros (fluxo de caixa)	28.2	(14.556)	-
Para proteção cambial de fluxo de caixa	28.3	142.694	(355.983)
Para proteção de taxa de juros (valor justo)	28.4	(130.723)	(228.229)
Operações com opção de compra		9.176	-
Total		79.979	(2.178.505)
No ativo circulante		110.015	-
No ativo não circulante		544.521	-
No passivo circulante		-	(584.212)
No passivo não circulante		(574.557)	(1.594.293)
Total		79.979	(2.178.505)

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Política contábil

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo, por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio dos outros resultados e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos, classificados como ativos financeiros e o saldo das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar de arrendamento, contas a pagar de aquisição de ativos e de controladas, fornecedores e outros passivos, classificados como passivos financeiros.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos. Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras, classificado como ativos financeiros e dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos e opções de compra de ações, classificados como ativos e passivos financeiros.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

28. CONTABILIDADE DE HEDGE

Considerando o volume relevante de operações de exportação e a contratação de empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira para o financiamento da expansão de suas atividades, a Companhia contrata instrumentos financeiros com o objetivo de promover o alinhamento entre os indexadores das dívidas e das aplicações financeiras.

A Companhia designa instrumentos financeiros (derivativos e empréstimos em moeda estrangeira) como instrumento de *hedge*. Estas designações são segregadas em três programas de *hedge*, sendo: (i) *hedge* de fluxo de caixa de taxa de juros, (ii) *hedge* de fluxo de caixa de receita futura em US\$ (transações altamente prováveis), (iii) *hedge* de fluxo de caixa líquido em US\$ na categoria de *hedge* de fluxo de caixa, e (iv) *hedge* de valor justo de taxa de juros, na categoria de *hedge* de valor justo.

As informações de cada um desses programas são apresentadas a seguir:

Modalidade	Categoria	Moeda	Valor nominal	Vencimento até	Taxa	Reserva de hedge	Em 31 de dezembro 2025	
							Custo de hedge	Valor Justo
i. Hedge de taxa de juros	Fluxo de Caixa	R\$	1.650.720	abr/32	SOFR PRÉ	15.713	-	(14.556)
			1.650.720			15.713		(14.556)
Empréstimos designados como instrumento de <i>hedge</i>		US\$	4.663.816	abr/49	4,75 a 5,77	1.196.326	-	-
Derivativos designados como instrumento de <i>hedge</i>		US\$	2.026.825	mai/34	5,16 a 5,71	1.897.478	(644.671)	73.388
ii. Hedge de receita futura (transações altamente prováveis)	Fluxo de Caixa		6.690.641			3.093.804	(644.671)	73.388
iii. Hedge exposição líquida de caixa	Fluxo de Caixa	US\$	531.500	set/27	5,05 a 7,98	(142.694)	-	142.694
			531.500			(142.694)		142.694
iv. Hedge de taxa de juros	Valor Justo	R\$	6.485.686	nov/39	IPCA PRÉ CDI	-	-	(130.723)
			6.485.686					(130.723)
Total						2.966.823	(644.671)	70.803

Modalidade	Categoria	Moeda	Valor nominal	Vencimento até	Taxa	Reserva de hedge	Em 31 de dezembro 2024	
							Custo de hedge	Valor Justo
(i) Hedge de taxa de juros	Fluxo de Caixa	R\$	4.580.031	nov/39	IPCA / CDI	261.908	-	(228.229)
			4.580.031			261.908		(228.229)
Empréstimos designados como instrumento de <i>hedge</i>		US\$	4.581.675	abr/29	5,08 a 5,46	3.776.422	-	-
Derivativos designados como instrumento de <i>hedge</i>		US\$	1.918.082	mai/34	5,16 a 5,34	3.116.312	(1.196.585)	(1.594.293)
(ii) Hedge de receita futura (transações altamente prováveis)	Fluxo de Caixa		6.499.757			6.892.734	(1.196.585)	(1.594.293)
(iii) Hedge exposição líquida de caixa	Fluxo de Caixa	US\$	1.289.000	jun/26	5,15 a 5,75	355.982	-	(355.982)
			1.289.000			355.982		(355.982)
Total						7.510.624	(1.196.585)	(2.178.504)

28.1 Hedge de receita futura (transações altamente prováveis):

A Companhia possui um programa de contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa de receita futura altamente provável designando empréstimos, financiamentos e debêntures (“instrumentos de dívida”) em moeda estrangeira (US\$) e/ou convertidos em moeda estrangeira através de swaps, como instrumentos de *hedge* de suas receitas futuras altamente prováveis em mesma moeda.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos de *hedge* englobam 21 contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (22 contratos em 31 de dezembro de 2024), correspondentes às operações de debêntures, *bonds*, notas de crédito à exportação, pré-pagamentos exportação (PPE), *term loan* (*BID Invest*, *IFC*, *Synd Loan* e *Jica*), *ECA* e *swap* (debêntures, *NCE*, *CRA*, *CCB*) com o vencimento da última parcela em abril de 2049.

Os empréstimos designados como instrumento de *hedge* são mensurados pelo custo amortizado e a variação cambial é reconhecida em outros resultados abrangentes.

No caso dos *swaps*, a mensuração do valor justo é feita através do valor presente dos fluxos futuros projetados descontadas pelas taxas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2025								
Instrumento de hedge	Moeda	Vencimento até	Valor nominal (US\$)	Taxa de fechamento do contrato	Reconhecida na reserva de hedge	Custo do hedge	Valor justo	Ajuste na receita
<i>Bonds</i>	US\$	abr/49	2.633.336	4,75 5,00 5,08 5,10 5,15 5,16 5,25 5,29 5,46 5,77	755.432	-	-	-
<i>ECA</i>	US\$	out/32	336.106	5,08 5,16 5,42 5,77	48.761	-	-	(22.470)
Pré-pagamentos de exportação	US\$	abr/30	325.000	5,16 5,40	61.155	-	-	-
<i>Term loan</i>	US\$	out/32	1.369.375	5,08 5,16 5,19 5,21 5,25 5,42	330.978	-	-	(8.570)
Empréstimos designados como instrumento de hedge			4.663.816		1.196.326	-	-	(31.040)
<i>Swap</i> (DEBÊNTURE)	US\$	mar/29	265.783	5,16	255.089	(403.114)	(425.102)	-
<i>Swap</i> (NCE)	US\$	dez/26	524.822	5,16	399.906	-	-	(45.075)
<i>Swap</i> (CRA)	US\$	mai/34	885.656	5,17 5,23 5,34	1.301.081	(323.614)	225.483	-
<i>Swap</i> (CCB)	US\$	abr/30	350.564	5,7051	(58.598)	82.057	273.007	-
Derivativos designados como instrumento de hedge			2.026.825		1.897.478	(644.671)	73.388	(45.075)
Total			6.690.641		3.093.804	(644.671)	73.388	(76.115)

Em 31 de dezembro de 2024								
Instrumento de hedge	Moeda	Vencimento até	Valor nominal (US\$)	Taxa de fechamento do contrato	Reconhecida na reserva de hedge	Custo do hedge	Valor justo	Ajuste na receita
<i>Bonds</i>	US\$	abr/49	2.633.336	5,00 5,15 5,16 5,46 5,77	2.097.719	-	-	38.713
<i>ECA</i>	US\$	out/32	426.572	5,08 5,16 5,42 5,77	359.418	-	-	(608)
Pré-pagamentos de exportação	US\$	abr/29	125.000	5,16	128.713	-	-	-
<i>Term loan</i>	US\$	out/32	1.396.766	5,16 5,19 5,21 5,23 5,25 5,42	1.190.572	-	-	(5.340)
Empréstimos designados como instrumento de hedge			4.581.674		3.776.422	-	-	32.765
<i>Swap</i> (DEBÊNTURE)	US\$	mar/29	265.783	5,16	465.994	(437.095)	(565.668)	-
<i>Swap</i> (NCE)	US\$	mai/26	766.643	5,16	677.269	(338.559)	(559.098)	-
<i>Swap</i> (CRA)	US\$	mai/34	885.656	5,17 5,23 5,34	1.973.049	(420.930)	(469.527)	-
Derivativos designados como instrumento de hedge			1.918.082		3.116.312	(1.196.584)	(1.594.293)	-
Total			6.499.756		6.892.734	(1.196.584)	(1.594.293)	32.765

A tabela a seguir apresenta a parcela das receitas futuras em US\$, altamente prováveis, definidas como objeto de *hedge*:

Vencimento até	Valor nominal (US\$)
2026	834.291
2027	1.189.743
2028	1.273.125
2029	752.728
2030 - 2034	1.168.754
2035 - 2037	955.000
Total	6.690.641

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

Esta relação de *hedge* torna-se inefetiva na insuficiência de receitas futuras em dólar, fato mitigado pelo montante de exportações de mercadorias, que são fonte relevante de receita da Companhia, somado à política interna que permite *hedge* até 20% das receitas altamente prováveis no período analisado nos respectivos programas de contabilidade de *hedge*, refletido na tabela acima.

28.2 Hedge de fluxo de caixa de taxa de juros:

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* de taxa de juros, com o objetivo de proteção contra o risco de variação da SOFR como indexador de dívida em US\$, o qual derivou na contratação de instrumento financeiro *swap* convertendo para taxa pré-fixada, onde os derivativos *swaps* são designados como instrumentos de *hedge* das despesas de juros (objeto) das dívidas de Pré-Pagamento de Exportação contratadas em US\$.

Instrumento de Hedge	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Moeda	R\$	R\$
Vencimento até	abr/32	nov/39
Valor nominal (R\$)	1.650.720	4.580.031
SOFR	1.672.335	4.030.534
Pré-Fixada	(1.686.891)	3.802.305
Valor justo	(14.556)	-
Reserva de Hedge	15.713	-

A Companhia identificou a variação do indexador SOFR das dívidas de Pré-Pagamento de Exportação como um risco a ser protegido, contratando instrumentos financeiros derivativos *swap*, contendo os mesmo *critical terms* do item protegido, convertendo o indexador das dívidas para uma taxa pré-fixada.

Os *critical terms* dos instrumentos e do objeto são altamente correlacionados em valores, prazos, moeda e taxas, tornando altamente efetiva a relação de *hedge* entre item protegido e instrumentos designados.

Os fatores que podem acarretar inefetividade nesta relação de *hedge* são: (i) risco de crédito da contraparte, mitigado pela política de risco da companhia onde somente é permitido a contratação de instrumentos derivativos junto a instituições *triple A*; (ii) liquidação antecipada da dívida objeto do item *hedgeado* através de política de *liability management*, tal situação resultará também na liquidação antecipada do instrumento de *hedge*, reconhecendo, se houver, os efeitos da inefetividade no resultado do exercício; (iii) descontinuidade do índice SOFR pela instituição competente, incitando na adequação dos instrumentos de *hedge* contratados, reconhecendo, se houver, os efeitos da inefetividade no resultado do exercício.

28.3 Hedge de fluxo de caixa – exposição líquida

Em 5 de dezembro de 2023, foi aprovada a política de *hedge* de fluxo de caixa da Companhia cujas contratações se iniciaram em janeiro de 2024. O programa consiste na proteção da exposição líquida do fluxo de caixa em moeda estrangeira (dólar americano – US\$), frente à flutuação da taxa de câmbio US\$ vs

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

R\$. A Companhia adota o *hedge accounting* de fluxo de caixa cambial para mitigar os efeitos contábeis dessa política, onde a variação no valor justo dos instrumentos utilizados é reconhecida em outros resultados abrangentes até a sua realização, quando os efeitos acumulados são reclassificados para o resultado do período, na rubrica de resultado financeiro. O risco cambial coberto na relação de *hedge*, a depender do instrumento utilizado, está fixada entre um limite mínimo e máximo de taxas de câmbio de exercício combinadas entre opções compradas e vendidas, e/ou a variação da taxa *spot* à uma taxa de câmbio futura fixa.

Os instrumentos contratados são mensurados ao seu valor sob a seguinte metodologia: i. *Non-Deliverable Forwards* (NDFs) e ii. *Opções Zero Cost Collar* (ZCC).

Zero Cost Collar: Instrumento financeiro que combina simultaneamente a compra de opções de venda (*put*) e a venda de opções de compra (*call*) em dólares americanos, com o mesmo valor principal e data de vencimento. Essa estratégia visa proteger o fluxo de caixa das exportações, estabelecendo um intervalo no qual não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o fluxo de caixa das exportações contra a desvalorização do real.

Non-Deliverable Forward (“NDF”): posições vendidas em contratos-balcão ou a termo, com a finalidade de proteger o fluxo de caixa das exportações contra a desvalorização do real.

A Companhia estabelece os seguintes parâmetros como Objetivo e Estratégia de *hedge*:

Estratégia de hedge: Proteger o risco de variação cambial (US\$) da exposição líquida projetada do fluxo de caixa em moeda estrangeira da Companhia através da designação de instrumentos financeiros derivativos em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa.

Objetivo de hedge: Designar Opções Zero Cost Collar (ZCC) e/ou Non-Deliverable Forwards (NDFs) como instrumentos de *hedge* para proteger de 25% a 50% da exposição cambial líquida da Companhia em até 24 meses.

Consolidado					Em 31 de dezembro de 2025	
Vencimento do contrato até	Volume Contratado (US\$)	Strike Range	Reserva de hedge (R\$)	Valor justo (R\$)	Liquidação (R\$)	
31/12/2025	364.500 364.500	4,95 - 6,97	-	-	4.410 4.410	
31/03/2026	105.500	5,05 - 6,97	(12.595)	12.595	-	
30/06/2026	73.000	5,05 - 6,93	(22.604)	22.604	-	
30/09/2026	101.500	5,86 - 7,04	(36.109)	36.109	-	
31/12/2026	61.500	5,91 - 7,98	(34.531)	34.531	-	
31/03/2027	59.000	5,90 - 7,54	(25.891)	25.891	-	
30/06/2027	35.000	5,98 - 7,55	(9.224)	9.224	-	
30/09/2027	63.000	5,82 - 7,08	(3.893)	3.893	-	
31/12/2027	33.000	5,82 - 6,95	2.153	(2.153)	-	
	531.500		(142.694)	142.694		
	531.500		(142.694)	142.694		4.410

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

KLBN3 KLBN4 KLBN11

Consolidado		Em 31 de dezembro de 2024			
Vencimento do contrato até	Volume Contratado (US\$)	Strike Range	Reserva de hedge (R\$)	Valor justo (R\$)	Liquidação (R\$)
31/12/2024	233.000	4,80 - 5,75	-	-	61.540
	233.000				61.540
31/03/2025	97.000	5,18 - 5,67	54.835	(54.835)	-
30/06/2025	89.000	5,23 - 5,82	51.639	(51.639)	-
30/09/2025	100.000	5,30 - 5,96	57.739	(57.739)	-
31/12/2025	79.000	5,36 - 6,10	48.801	(48.801)	-
31/03/2026	106.000	5,49 - 6,29	62.602	(62.602)	-
30/06/2026	50.000	5,82 - 6,65	24.748	(24.748)	-
30/09/2026	101.000	6,06 - 6,87	45.589	(45.589)	-
31/12/2026	34.000	6,50 - 7,32	10.029	(10.029)	-
	656.000		355.982	(355.982)	
	656.000		355.982	(355.982)	61.540

Fator de inefetividade desta relação de *hedge* depende da ausencia de exposição cambial líquida do período analisado, algo que torna-se altamente improvável uma vez que a política de risco da companhia permite contratação de instrumentos para proteção de 25% a 50% da exposição cambial líquida, conforme citado acima.

28.4 Hedge de valor justo de taxa de juros:

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* de valor justo de taxa de juros, com o objetivo de proteção e/ou mitigação de riscos específicos de indexadores de dívidas, compreendendo determinados grupos de contratos ou contrato em específico, adotando instrumentos derivativos como neutralizadores destes riscos. A seguir apresentamos os detalhes de cada programa:

28.4.1 Risco Variação Taxa IPCA

Até 30 de junho de 2025 este programa era enquadrado no método de *hedge* de fluxo de caixa, e em 30 de setembro de 2025 passou a ser enquadrado no método de *hedge* de valor justo. O saldo acumulado da reserva de *hedge*, no montante de R\$ 221.959, reconhecido em outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido, foi transferido para empréstimos e financiamentos no Passivo (nota 18.1), passando a mensurar o saldo da dívida à valor justo e não mais à custo amortizado.

Instrumento de Hedge	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Moeda	R\$	R\$
Vencimento até	nov/39	nov/39
Valor Nominal	5.804.373	4.580.031
IPCA	5.009.676	3.802.305
CDI	(5.041.455)	(4.030.534)
Valor justo	(31.778)	(228.229)
Reserva de Hedge	-	261.908

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A relação de *hedge* entre item protegido e instrumentos designados possui alto grau de efetividade, devido a correlação de valores, prazos, moeda e taxas dos termos críticos, tanto dos instrumentos quanto do objeto.

A inefetividade na relação de *hedge* entre item protegido e instrumentos designados, podem ser causados por: (i) risco de crédito da contraparte, mitigado pela política de risco da companhia onde somente é permitido a contratação de instrumentos derivativos junto a instituições *triple A*; (ii) liquidação antecipada da dívida objeto do item *hedgeado* através de política de *liability management*, tal situação resultará também na liquidação antecipada dos instrumento de *hedge*, reconhecendo, se houver, os efeitos da inefetividade no resultado do exercício; (iii) descontinuidade do índice IPCA pela instituição competente, provocando a adequação dos instrumentos de *hedge* contratados, reconhecendo, se houver, os efeitos da inefetividade no resultado do exercício.

28.4.2 Risco Variação Taxa Pré Dólar

Mediante análises de gestão de risco, a Companhia decidiu pela proteção do risco de variação cambial de uma dívida de Pré-Pagamento de Exportação contrata em USD à taxa pré-fixada, onde o fluxo de pagamento dos juros foi submetido à contratação de instrumento financeiro *swap* convertendo para taxa CDI em BRL. O derivativo *swap* é designado como instrumentos de *hedge* das despesas de juros (objeto) da dívida de Pré-Pagamento de Exportação.

Instrumento de Hedge	Consolidado 31.12.2025
Moeda	R\$
Vencimento até	dez/28
Valor nominal (R\$)	681.313
Pré-Fixada	96.603
CDI	(195.548)
Valor justo	(98.945)

A Companhia identificou a variação do dólar incidente sobre a taxa de juros da dívida de Pré-Pagamento de Exportação como um objeto a ser protegido, contratando instrumento financeiro derivativo *swap*, contendo os mesmo critical terms do item protegido, convertendo o indexador da dívida em dólar para um indexador em reais de maior previsibilidade de mercado.

Os critical terms dos instrumentos e do objeto são altamente correlacionados em valores, prazos, moeda e taxas, tornando altamente efetivo a relação de *hedge* entre item protegido e instrumento designado.

Os fatores que podem acarretar inefetividade nesta relação de *hedge* são: (i) risco de crédito da contraparte, mitigado pela prática da Companhia de somente contratar instrumentos derivativos junto a instituições *triple A*; (ii) liquidação antecipada da dívida objeto do item *hedgeado* através de política de *liability management*, tal situação resultará também na liquidação antecipada dos instrumento de *hedge*, reconhecendo, se houver, os efeitos da inefetividade no resultado do exercício.

28.5 Movimentações do exercício

O quadro a seguir demonstra as movimentações da reserva de *hedge* de fluxo de caixa alocada ao patrimônio líquido no exercício:

	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	1.079.014
Variação de valor justo do instrumento de <i>hedge</i>	(7.977.684)
Realização de reserva de <i>hedge</i> para resultado financeiro	61.540
Realização de reserva de <i>hedge</i> para resultado receita líquida	(32.765)
Imposto de renda e contribuição social	2.702.629
Em 31 de dezembro de 2024	(4.167.266)
Variação de valor justo do instrumento de <i>hedge</i>	3.911.363
Realização de reserva de <i>hedge</i> para resultado financeiro	4.410
Realização de reserva de <i>hedge</i> para resultado receita líquida	76.115
Imposto de renda e contribuição social	(1.357.242)
Em 31 de dezembro de 2025	(1.532.620)

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos designados como instrumentos de *hedge* apresentaram uma variação positiva de R\$ 2.634.646 (variação negativa de R\$ 5.246.277 em 31 de dezembro de 2024). Esse valor registrado no patrimônio líquido sobre a rubrica de “ajustes de avaliação patrimonial”, reflete a variação do valor justo desses instrumentos desde a data de sua designação.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a receita de exportação de US\$ 359 milhões (US\$ 375 milhões em 31 de dezembro de 2024) que eram objeto de *hedge* e cujos empréstimos e financiamentos designados como instrumentos de *hedge* foram conjuntamente liquidados, incorrendo na realização de uma despesa de R\$ 76.115 de variação cambial acumulada (R\$ 32.765 de receita em 31 de dezembro de 2024), registrada no resultado sob a rubrica de “receita líquida de vendas”.

28.6 Teste de efetividade da contabilidade de *hedge*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizados testes de efetividade que demonstraram que o programa de contabilidade de *hedge* implementado é efetivo, considerando a relação econômica a partir da análise do *hedge ratio*, do efeito do risco de crédito envolvido no instrumento e objeto de *hedge*, e avaliação dos termos críticos.

29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia concede a seus colaboradores os benefícios de seguro de vida, assistência médica e plano de aposentadoria. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência.

A Companhia possui determinados planos de assistência médica que se caracterizam como um plano de benefício definido pelos critérios do CPC 33 – Benefícios a Empregados (IAS19 *Employee Benefits*). Diante disso, mantém registrada a provisão para o passivo atuarial no montante de R\$ 572.334 e R\$ 575.155 em 31 de dezembro de 2025, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 495.119 e R\$ 497.939 em 31 de

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dezembro de 2024, controladora e consolidado, respectivamente) no passivo não circulante na rubrica de “provisão do passivo atuarial”.

29.1 Provisão para passivo atuarial

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	468.793	471.818
Pagamento de benefício	(17.622)	(17.671)
Juros sobre passivos atuariais	42.530	42.840
Custo dos serviços	3.250	3.413
Ganhos e perdas atuariais	(1.832)	(2.461)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	495.119	497.939
Pagamento de benefício	(17.277)	(17.492)
Juros sobre passivos atuariais	48.868	49.180
Custo dos serviços	3.263	3.424
Ganhos e perdas atuariais	42.361	42.104
Saldo em 31 de dezembro de 2025	572.334	575.155

Na avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e biométricas considerando a mesma metodologia de apuração nos exercícios:

	31.12.2025	31.12.2024
Taxa média de desconto Grupo A	11,15% aa. Nominal	10,43% aa. Nominal
Taxa média de desconto Grupo B	10,87% aa. Nominal	10,38% aa. Nominal
Invalidez e lei 9.656	10,91% aa. Nominal	10,35% aa. Nominal
Inflação de longo prazo	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos (início)	10,75% a.a. em 2024	10,75% a.a. em 2024
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos (término)	5,58% a.a. em 2035	5,58% a.a. em 2035
Tábua biométrica de mortalidade	RP 2000	RP 2000

As atualizações atuariais são mantidas no patrimônio líquido no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial” (nota 20.4), conforme requerido pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (IAS19 *Employee Benefits*).

Aumentos (reduções) materiais nos indicadores de inflação e custos médicos utilizados na mensuração do passivo atuarial resultariam em acréscimo (decréscimo) da provisão. Sobre a taxa de desconto, os efeitos materiais de elevação (redução) da taxa utilizada na mensuração do passivo atuarial, acarretariam queda (elevação) dos valores mensurados.

Os planos mantidos pela Companhia não possuem ativos para divulgação.

29.2 Assistência médica

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que fazem contribuição fixa da mensalidade de assistência médica descontada em folha de pagamento têm o direito de continuar no plano de saúde oferecido pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado, a Companhia apresentou as características de cada plano vigente. Tais condições permaneceram inalteradas durante o exercício encerrado em 31/12/2025.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia, por meio de acordo firmado com sindicatos, assegura o custeio de assistência médica de forma permanente a um grupo determinado de ex-colaboradores que se aposentaram até 2001, bem como para os seus dependentes legais, de forma vitalícia estando fechado a novas adesões.

29.3 Seguro de vida

A Companhia, por meio de acordo firmado com sindicatos, assegura o custeio do seguro de vida de forma permanente aos seus ex-funcionários que se aposentaram até 2001, de forma vitalícia estando fechado a novas adesões.

29.4 Previdência privada

Em 2001, foi instituído o plano de previdência privada, nomeado de Plano de Aposentadoria Complementar Klabin - PACK, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A, entidade aberta, oferecendo os produtos PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL – Plano Gerador de Vida Livre.

Colaboradores que recebem salário acima de R\$ 4.736, podem realizar uma Contribuição com a contrapartida da empresa, limitado a 9%.

Já os colaboradores que recebem salário inferior a R\$ 4.736, assim que atingem a idade para aposentadoria do plano e ocorre o término do vínculo empregatício, recebem 6 vezes o salário mensal proporcional ao tempo de empresa, limitado a 30 anos, dessa forma considerado benefício definido.

29.5 Benefícios previstos em acordo e FGTS

A Companhia concede, conforme previsto em acordo coletivo de algumas unidades, benefícios classificados como benefício definido.

A multa do FGTS também é reconhecida contabilmente com base nas premissas atuariais.

29.6 Outros benefícios a empregados

A Companhia concede aos colaboradores outros benefícios: assistência odontológica, auxílio-creche, auxílio-filho PCD (Pessoa com Deficiência), auxílio-farmácia, kit escolar, complemento auxílio-doença, licença parental, além dos benefícios estabelecidos em lei (refeição, transporte, participação nos lucros e vale-alimentação).

Todos esses benefícios respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

Política contábil

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros e outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia concedeu benefícios pós-emprego, como plano de previdência privada e assistência médica a ex-funcionários aposentados e alguns funcionários admitidos até 2019 e recentemente assumiu por sucessão planos de benefícios pós-emprego dos colaboradores da Embacorp. Para esses benefícios faz-se o reconhecimento do passivo e do resultado mensurados com base na avaliação atuarial, preparada por perito independente. Os ganhos e perdas auferidos na avaliação atuarial dos benefícios gerados por alterações nas premissas são contabilizados no patrimônio líquido em conta denominada “ajustes de avaliação patrimonial” (resultado abrangente), conforme requerido pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (IAS19 *Employee Benefits*).

30. COBERTURA DE SEGUROS

Para a proteção de seus riscos operacionais, ativos e de suas responsabilidades civis, ambientais e administrativas, a Companhia mantém cobertura de seguros para diversos tipos de eventos que podem impactar seu patrimônio e suas operações.

Dentro das melhores práticas de mercado, a Companhia mantém contratadas apólices de seguro de risco operacional, incluindo lucros cessantes e diversas outras coberturas para danos materiais envolvendo todas as instalações industriais, administrativas e estoques.

A Companhia tem ainda outros seguros contratados, tais como, seguro de responsabilidade civil geral, responsabilidade civil (D&O), transporte nacional e internacional, seguro florestal, seguro para riscos cibernéticos, seguro para poluição ambiental, seguro de crédito nos mercados interno e externo, seguro para guindastes, para drones e para danos a terceiros decorrentes de acidentes com veículos, além do seguro de responsabilidade civil portuária e os seguros garantias nas modalidades tradicionais, judiciais (fiscais, cível e trabalhista) e depósitos recursais.

Em 31 de dezembro de 2025, as seguintes apólices de seguros estavam contratadas:

Modalidade de seguro	Bens assegurados	Limite máximo de indenização	Moeda	Vigência
Garantias	Processos judiciais, pagamento de energia, fiança locatícia, tradicionais e etc.	Múltiplas Apólices R\$		-
Riscos Operacionais com Cobertura para Lucros Cessantes	Fábricas e estoques	3.700.000 R\$		abr/26
Proteção e Indenização - P&I (Riscos Marítimos)	Navios afretados	350.000 US\$		mar/26
Crédito Mercado Interno	Crédito para clientes internos	240.000 R\$		set/28
Crédito Mercado Externo	Crédito para clientes externos	50.000 US\$		set/28
Diretores e Administradores - D&O	Garantia jurídica para diretores	120.000 R\$		jul/26
Cyber	Ataques cibernéticos	145.000 R\$		jun/26
Responsabilidade Civil Geral	Danos a terceiros	75.000 R\$		jul/26
Responsabilidade Civil Ambiental	Danos ambientais a terceiros	50.000 R\$		jul/26
Riscos Nomeados	Escritórios	41.745 R\$		jan/26
Responsabilidade Civil Hangar	Danos a terceiros nas operações do Aeroporto	35.000 US\$		nov/26
Responsabilidade Civil Portuária	Danos a terceiros nas operações do Porto	21.000 R\$		mar/26
Transporte de Exportação	Mercadorias	20.000 US\$		abr/28
Transporte de Importação	Mercadorias	20.000 US\$		abr/28
Transporte Nacional	Mercadorias	15.000 R\$		abr/28
Riscos Diversos	Guindastes	5.611 R\$		abr/26
Responsabilidade Civil Ônibus	Danos a terceiros - Exigência legal	4.210 R\$		jun/26
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos	Veículos	500 R\$		out/26
Responsabilidade do Explorador e Transportador Aéreo	Drones	108 R\$		set/26

31. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

De acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7 - *Statement of Cash Flows*) algumas atividades de investimento e de financiamento não têm impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afetem a estrutura de capital e de ativos da Companhia. A exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no exercício corrente.

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Adição de ativo imobilizado	13	1.733.807	2.231.215	1.749.403
Adição de ativo intangível	14	115.544	123.364	119.617
Adição de ativo biológico	15	2.433.309	2.351.839	1.938.301
Total de aquisições		4.282.660	4.706.418	3.807.321
Aquisições a prazo em fornecedores		1.794.098	1.464.178	975.358
Efeito caixa de adição de imobilizado e madeira em pé		2.488.562	3.242.240	2.831.963
				3.548.409

Nota Explicativa	Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024
Aquisição e integralização de capital	12	(883.833)
Integralização de adiantamento para subscrição de capital	12	175.873
Aporte em controlada - biológico	15	345.765
Aporte projeto florestal	5.2	257.895
Efeito caixa de aporte de capital e cancelamento de ações em controladas		(104.300)
		(3.679.199)

Em conformidade com a prática operacional da Companhia, parte dos valores de depreciação é reclassificada para o estoque, em função do giro contínuo de produtos, devido ao fato de que determinados itens, que ainda não foram vendidos, continuam a contribuir para o custo de produção. Dessa forma, a depreciação associada a esses itens, enquanto não realizada, é alocada ao estoque.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, apresentamos a depreciação, amortização, exaustão e suas respectivas reclassificações, conforme Demonstração do Fluxo de Caixa:

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Depreciação do ativo imobilizado	13	2.094.370	1.968.793	2.097.185
Amortização do ativo Intangível	14	43.279	27.571	48.069
Amortização do direito de uso	16	311.718	359.053	343.616
Exaustão do ativo biológico	15	2.986.651	2.181.745	3.245.493
Depreciação e amortização patrimonial		5.436.018	4.537.162	5.734.363
(-) Transferência de amortização de arrendamento de terras para o biológico	15	58.720	51.234	85.254
(-) Parcela de depreciação no estoque		118.127	211.389	111.161
(-) Parcela de exaustão no estoque		1.304.623	1.126.093	547.511
Depreciação, amortização e exaustão na demonstração do fluxo de caixa		3.954.548	3.148.446	4.990.437
				3.963.554

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1 Assembleia Geral Ordinária

Em cumprimento ao disposto no § 2º do Artigo 37 da Resolução CVM nº 81, no dia 07 de janeiro de 2026, a Companhia, por meio de publicação de Aviso aos Acionistas, comunicou que a realização da sua Assembleia Geral Ordinária está prevista para ocorrer no dia 07 de abril de 2026. As orientações acerca da participação, convocação e material pertinente serão divulgadas oportunamente, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

32.2 Reafirmação do Rating pela Moody's

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 28 de janeiro de 2026, nesta data, a Moody's reafirmou o rating da Companhia em "Ba1" na escala global com manutenção da perspectiva estável.

32.3 Alienação de Participação Acionária Relevante

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 28 de janeiro de 2026, a T. Rowe Price Associates, Inc informou a alienação, por suas consultoras afiliadas, na qualidade de gestora de investimentos de alguns de seus clientes, de units da Companhia.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Foram examinadas as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Klabin S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações: (i) do resultado, (ii) do resultado abrangente, (iii) das mutações do patrimônio líquido, (iv) fluxo de caixa e (v) da demonstração do valor adicionado, acompanhadas das correspondentes notas explicativas e do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.; assim como o resumo das principais práticas contábeis, notas explicativas e relatório da administração.

Com base em tais documentos examinados, no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, sem quaisquer ressalvas e nos esclarecimentos prestados pelos representantes da administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal recomendam, por unanimidade, que, uma vez que as referidas Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que as mesmas sejam, juntamente com o Relatório da Administração e com a proposta de destinação do resultado, encaminhadas para deliberação do Conselho de Administração e posteriormente para deliberação em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.

Pedro Guilherme Zan

Igor de Castro Lima

Sergio Ladeira Furquim Werneck Filho

Tomas Junqueira de Camargo

Célio de Melo Almada Neto

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas da Companhia, cumprindo suas atribuições legais e regimentais examinaram as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, e opinaram favoravelmente à sua deliberação pelo Conselho de Administração, nos termos dos documentos disponibilizados, que permanecem arquivados na sede da Companhia.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.

Amaury Guilherme Bier

João Adamo Junior

Pedro Silva de Queiroz

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, na qualidade de diretores da KLabin S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 949, 12º, 14º, 15º e 16º andares, Bairro Pinheiros, CEP 05426-100, inscrita no CNPJ sob o nº 89.637.490/0001-45, que revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.

Cristiano Cardoso Teixeira Diretor Geral

Maria Gabriela Woge Liguori Diretora financeira e de Relações com Investidores

Francisco Cesar Razzolini Diretor de Tecnologia Industrial, Inovação, Sustentabilidade e Projetos

Antonio Alexandre Nicolini Diretor de Celulose

Douglas Dalmasi Diretor de Embalagens

Marcos Paulo Conde Ivo Diretor de Papéis

Sandro Fabiano Ávila Diretor de Florestal

Ricardo Cardoso Diretor Industrial

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, na qualidade de diretores da KLabin S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 949, 12º, 14º, 15º e 16º andares, Bairro Pinheiros, CEP 05426-100, inscrita no CNPJ sob o nº 89.637.490/0001-45, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente ao conjunto das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.

Cristiano Cardoso Teixeira Diretor Geral

Maria Gabriela Woge Liguori Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Francisco Cezar Razzolini Diretor de Tecnologia Industrial, Inovação, Sustabilidade e Projetos

Antonio Alexandre Nicolini Diretor de Celulose

Douglas Dalmasi Diretor de Embalagens

Marcos Paulo Conde Ivo Diretor de Papéis

Sandro Fabiano Ávila Diretor de Florestal

Ricardo Cardoso Diretor Industrial

DIVULGAÇÃO DO LAJIDA (EBITDA)

A Companhia aderiu a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos. Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devendo ser considerado obrigatoriamente como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
(=) Lucro líquido do exercício	1.678.211	2.046.945
(+) Imposto de renda e contribuição social	701.192	222.735
(+/-) Resultado financeiro líquido	2.100.946	2.227.759
(+) Amortização, depreciação e exaustão no resultado	4.990.437	3.963.554
LAJIDA (EBITDA)	9.470.786	8.460.993
Ajustes conf. Inst. CVM 156/22		
(+/-) Variação do valor justo dos ativos biológicos (i)	(1.671.361)	(1.070.557)
(+/-) Equivalência patrimonial (ii)	433	(25.047)
(+/-) Realização do hedge de fluxo de caixa (iii)	76.115	(32.765)
(+/-) Crédito fiscal sobre subvenção (iv)	(27.856)	-
LAJIDA (EBITDA) - ajustado	7.848.117	7.332.624

Ajustes para definição do LAJIDA (EBITDA) – ajustado:

(i) Variação do valor justo dos ativos biológicos:

A variação do valor justo dos ativos biológicos corresponde aos ganhos ou perdas obtidas na transformação biológica dos ativos florestais até a colocação dos mesmos em condição de uso/venda durante o ciclo de formação. Por tratar-se de uma expectativa do valor dos ativos refletida no resultado da Companhia, calculada a partir de premissas incluídas em fluxo de caixa descontado, sem o efeito caixa no mesmo momento de seu reconhecimento, a variação do valor justo é excluída do cálculo do LAJIDA (EBITDA).

(ii) Equivalência patrimonial e LAJIDA (EBITDA) de controlada em conjunto:

A equivalência patrimonial contida no resultado consolidado da Companhia reflete o lucro/prejuízo auferido pela controlada calculado de acordo com seu percentual de participação no investimento. O lucro/prejuízo da controlada em conjunto está influenciado com itens que são excluídos do cálculo do LAJIDA (EBITDA), tais como: resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, amortização, depreciação e exaustão e variação do valor justo dos ativos biológicos. Por este motivo, o

resultado de equivalência patrimonial é excluído do cálculo, sendo adicionado o LAJIDA (EBITDA) gerado na controlada em conjunto proporcional a participação da Companhia e calculado de maneira consistente com os critérios acima.

(iii) Realização do *hedge* de fluxo de caixa:

A Companhia adota política de *hedge accounting*, buscando como estratégia minimizar os efeitos de variação cambial de seu objeto de *hedge*, definidos como determinadas receitas futuras de exportação altamente prováveis, designando operações de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira como instrumento de *hedge*, documentando a relação econômica entre instrumento e objeto de *hedge*, demonstrando que as mudanças no fluxo de caixa de ambos se compensam mutuamente de forma efetiva. Os efeitos de variação cambial (valor justo) dos instrumentos financeiros designados no *hedge* (empréstimos e financiamentos), tem seu registro contábil no patrimônio líquido, sob a rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial”, líquido dos impostos sobre a renda aplicáveis. Tais valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Receita líquida de vendas”, na medida em que houver o desembolso efetivo dos empréstimos e financiamentos designados, com a geração da respectiva receita de exportação designada no *hedge* que faça frente ao caixa desembolsado em moeda estrangeira, havendo neste momento o registro da variação cambial do instrumento de *hedge* no resultado. O valor registrado na receita líquida de vendas está sendo subtraído no LAJIDA (EBITDA).

(iv) Crédito fiscal sobre subvenção:

O valor referente ao Crédito Fiscal de Subvenção para Investimento decorre do reconhecimento do crédito federal previsto no art. 6º da Lei nº 14.789. Tal variação é excluída do cálculo do LAJIDA (EBITDA) por compor a receita da subvenção para investimento estadual.

COMENTÁRIOS SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

(i) Histórico e projeções vigentes

Seguindo a Resolução CVM nº 80/2022:

Em 20 de dezembro de 2023, conforme Fato Relevante publicado na mesma data, a Companhia apresentou projeções referentes a (i) investimentos (CAPEX); (ii) sinergias do Projeto Caetê; e (iii) custo caixa total por tonelada. Adicionalmente, em 07 de fevereiro de 2024, a Companhia divulgou projeção referente ao EBITDA incremental até o exercício de 2027.

Em 10 de dezembro de 2024, conforme Fato Relevante publicado na mesma data, a Companhia: (i) atualizou as projeções referentes a investimentos (CAPEX) e custo caixa total por tonelada; e (ii) descontinuou as projeções referentes a sinergias do Projeto Caetê. Por fim, a Companhia sinalizou que a projeção de EBITDA incremental permanece inalterada.

Em 09 de dezembro de 2025, conforme Fato Relevante publicado na mesma data, a Companhia atualizou as projeções referentes a investimentos (CAPEX) e custo caixa total por tonelada.

As estimativas ora divulgadas são dados hipotéticos e previsões que refletem as expectativas atuais da Administração. Ademais, não constituem promessa de desempenho, e dependem de fatores e condições, inclusive macroeconômicas e de mercado que não estão sob controle da Companhia, podendo, assim, diferir materialmente em relação aos números e resultados a serem efetivamente registrados pela Klabin.

A Companhia reforça que mais informações sobre as projeções abaixo estão disponíveis no item 3 de seu Formulário de Referência, conforme regulação aplicável.

(ii) Acompanhamento trimestral de projeções

Abaixo, a Companhia apresenta o acompanhamento das suas projeções até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Investimentos (CAPEX)

R\$ bilhões	2025 (e)	2025 (realizado)
Silvicultura + Compra de madeira em pé	1,1	1,1
Continuidade Operacional	0,9	1,0
Projetos Especiais	0,4	0,2
Modernização de Monte Alegre	0,6	0,5
Total	2,9	2,8

No exercício acumulado de 2025, a Companhia totalizou R\$ 2.800.000 em investimentos, dentro da projeção divulgada. Importante ressaltar que não há variações a serem destacadas sobre as aberturas das linhas providas também na projeção anual.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sobre as projeções de longo prazo, apresentamos abaixo as informações da projeção dada em 09 de dezembro de 2025. Até 31 de dezembro de 2025, não houve alterações nas projeções divulgadas. Informações referentes às projeções anteriores podem ser obtidas nos Fatos Relevantes das datas de divulgação das mesmas.

Projeções atualizadas (09 de dezembro de 2025)					
R\$ bilhões	2025 (e)	2026 (e)	2027 (e)	2028 (e)	Longo prazo (e)
Silvicultura + Compra de madeira em pé	1,1	1,1	-	-	-
Continuidade Operacional	0,9	1,4	-	-	-
Projetos Especiais	0,4	0,2	-	-	-
Modernização de Monte Alegre	0,6	0,7	-	-	-
Total	2,9	3,3	2,8	2,5	2,0-2,5

Custo caixa

R\$ mil/ton	2025 (e)	Realizado até 31.12.2025
Custo caixa total	entre 3,1-3,2	3,2

Em relação à projeção de custo caixa total por tonelada, não houve mudança na projeção de entre R\$ 3,1-3,2 mil/ton esperada para 2025. No acumulado de janeiro a dezembro de 2025, o custo caixa por tonelada foi de R\$3,2 mil/ton, alinhado à projeção fornecida.

Sobre as projeções para o ano de 2026, apresentamos abaixo as informações da projeção dada em 09 de dezembro de 2025. Até 31 de dezembro de 2025, não houve alterações nas projeções divulgadas.

R\$ mil/ton	2026 (e)
Custo caixa total	entre 3,2-3,3

EBITDA incremental

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não é possível realizar o acompanhamento da projeção referente ao EBITDA incremental, dado que se refere ao ano de 2027.

Klabin S.A.
CNPJ N° 89.637.490/0001-45
Companhia aberta

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Amanda Klabin Tkacz

Conselheiros

Alberto Klabin
Amaury Guilherme Bier
Celso Lafer
Francisco Lafer Pati
Horácio Lafer Piva
Isabella Saboya de Albuquerque
Lilia Klabin Levine
Marcelo Mesquita de Siqueira Filho
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha
Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho
Roberto Luiz Leme Klabin
Vera Lafer
Wolff Klabin

CONSELHO FISCAL

Presidente

Pedro Guilherme Zan

Conselheiros

Célio de Melo Almada Neto
Igor de Castro Lima
Sergio Ladeira Furquim Werneck Filho
Tomas Junqueira de Camargo

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Cristiano Cardoso Teixeira	Diretor Geral
Maria Gabriela Woge Liguori	Diretora Financeira e de Relações com Investidores
Francisco Cezar Razzolini	Diretor de Tecnologia Industrial, Inovação e Sustentabilidade
Antonio Alexandre Nicolini	Diretor de Celulose
Douglas Dalmasi	Diretor de Embalagens
Marcos Paulo Conde Ivo	Diretor de Papéis
Sandro Fabiano Ávila	Diretor de Florestal
Ricardo Cardoso	Diretor Industrial

Felipe Machado de Souza Arditto
Gerente Executivo de Controladoria

Dayele Rodarte Fernandes Silva
Contadora – CRC SP317897/O-0